

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

RENATA ROCHA ANJOS GARCIA

**ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS SUJEITOS DO SEXO MASCULINO:
uma análise do atendimento através do Centro de Referência da
Assistência Social**

FRANCA

2018

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

RENATA ROCHA ANJOS GARCIA

**ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS SUJEITOS DO SEXO MASCULINO:
uma análise do atendimento através do Centro de Referência da
Assistência Social**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social: Formação e Prática Profissional

Orientadora: Profa. Dra. Nayara Hakime Dutra Oliveira

FRANCA

2018

G216a	<p>Garcia, Renata Rocha Anjos</p> <p>Assistência Social e os sujeitos do sexo masculino : uma análise do atendimento através do Centro de Referência da Assistência Social / Renata Rocha Anjos Garcia. – Franca, 2018</p> <p>146 f.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca</p> <p>Orientadora: Nayara Hakime Dutra Oliveira</p> <p>1. Assistência Social. 2. Sujeitos do sexo masculino. 3. Trabalho Social com Famílias. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

RENATA ROCHA ANJOS GARCIA

**ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS SUJEITOS DO SEXO MASCULINO:
uma análise do atendimento através do Centro de Referência da
Assistência Social**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-
requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de
Concentração: Serviço Social: Formação e Prática Profissional.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Nayara Hakime Dutra Oliveira

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2018

Dedico este trabalho àqueles que me inspiram, cotidianamente, a me manter na luta: minha família, meus amigos queridos, os colegas de profissão, os professores e, especialmente, a todas as famílias que atendi nesses quase dez anos, com as quais aprendi que a luta é diária e é possível ser ressignificada em tempos de barbárie, porém nunca abandonada!

AGRADECIMENTOS

O caminho que eu escolhi é o amor. Não importam as dores, as angústias, nem as decepções que vou ter de encarar. Escolhi ser verdadeira. No meu caminho, o abraço é apertado, o aperto de mão é sincero. Por isso, não estranhe a minha maneira de sorrir e de te desejar tanto bem. Eu sou aquela pessoa que acredita no bem, que vive no bem e que anseia o bem. É assim que eu enxergo a vida. E é assim que eu acredito que vale a pena viver. (LISPECTOR, s/p).

Foram tantas pessoas especiais que contribuíram para que o meu caminho até aqui fosse mais suave ante todos os desafios enfrentados, que receio esquecer alguém. Por isso desde já dispenso toda a minha gratidão aos que caminharam comigo, àqueles que estavam presentes no meu ponto de partida, aos que pararam no meio do caminho e aos que resistiram até aqui.

Ao expor alguns desses sujeitos, preciso iniciar pelas amigas tão queridas com que a profissão me presenteou durante quase sete anos de trabalho no CRAS Cila de Lucio Bauab, e com as quais não compartilho mais a rotina diária de trabalho, mas ficarão para sempre em meu coração. Foi em meio às minhas indignações diárias com as contradições da política de assistência social, que ora apoiava, ora enxotava os sujeitos que demandavam sua atenção, que o sonho do mestrado foi despertado novamente. Era preciso mergulhar mais afundo na pesquisa para compreender tantas inquietações que transbordavam. E esse sonho foi possível não somente pelo meu esforço, mas pelo apoio dessa equipe tão linda que, de diversas formas, cada uma à sua maneira, asseverava que eu precisava ocupar outros mundos. Por isso, todo o meu carinho às queridas Margaret Marot, Natalia Kerche, Karin Peretti, Paula Gambarini, Aline Nobiato, Néia de Souza e Vanessinha Amâncio. Vocês fizeram parte de tudo isso. Grata também aos queridos Peterson Ferreira e Lorena Righi, que passaram também a compor essa linda equipe. À querida Vanessa Schiavon, que recentemente foi transferida do CRAS e passou a ser minha companheira de trabalho, ajudando-me a colorir espaços ainda cinzentos. Resistiremos sempre.

À querida Betinha, pessoa iluminada e de alma boa, que tive como chefe. Ser humano lindo que não mediu esforços para que eu pudesse conciliar as atividades do mestrado com o trabalho. Minha gratidão e admiração eterna a você.

À admirável Ruth Helena, pela linda trajetória na política de assistência social no município de Jahu, pela confiança no meu trabalho, a qual tem me permitido vislumbrar a implementação de ações de fortalecimento da política social.

Agradeço também ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação da UNESP Franca, composto por pessoas tão humanas, livres da vaidade do academicismo tão comum nos tempos atuais. Todas as aulas e atividades de que participei foram de extrema relevância para o fortalecimento das minhas bandeiras de luta.

Registro ainda o meu imenso carinho à minha orientadora, Profa. Dra. Nayara Hakime Dutra Oliveira, pelo apoio em todo esse processo, pela disponibilidade de sempre e por acreditar na minha capacidade diante do desafio de estudar uma temática pouco explorada.

Gratidão também pelos encontros de vida que esse processo provocou. Estabeleci laços de amizade com as queridas Jô Carvalho, Tati dos Santos, Carol Faleiros, Daia Nascimento. Obrigada pelo jeito de ser de cada uma, pelos momentos compartilhados, pelas trocas, pelo respeito e pela humanidade. Aprendi muito com cada uma de vocês.

À querida amiga de toda uma vida e de profissão, Máira Correa, com quem tive o prazer de ingressar nesse processo, compartilhar muitas alegrias e também muito cansaço nas longas viagens até Franca, e a conciliação do mestrado com o trabalho. Obrigada por cada momento compartilhado.

À querida amiga Márcia, que passou a compartilhar as viagens conosco no segundo ano do mestrado, mas a quem já tinha o prazer de tê-la como amiga desde a graduação – profissional admirável, companheira de escritas e de apoio imensurável. Obrigada por ser exatamente como você é.

Não posso deixar de agradecer à minha família querida, da qual me orgulho por ser parte. À minha mãe Noêmia, pelo ser humano singular que é e que me motiva todos os dias a ser um ser humano melhor, levando-me a acreditar que este mundo tem jeito. A meu querido irmão Rogério, homem de luta, pai e filho exemplar, por quem sinto um imenso orgulho.

Aos queridos Tera e Marcos (meus sogros), por serem seres humanos do bem, estarem dispostos a ajudar em tudo o que for necessário e manterem um grande afeto por mim. Digo-lhes que é recíproco.

Ao meu querido amor, Vitor. Obrigada por compreender todas as minhas ausências nesse período e respeitar a minha dedicação integral aos estudos e ao trabalho. Obrigada por respeitar a minha forma de ver o mundo e de querer caminhar comigo em todos os caminhos que escolhi.

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Família, Sociedade e Educação (perspectivas e tendências), no qual vivi momentos de suspensão do cotidiano e em que pude conhecer tantas outras pessoas unidas pelo objetivo de desconstruir perspectivas conservadoras que reproduzem a desigualdade no interior das famílias.

Por fim, agradeço a Deus por me permitir realizar esse grande sonho, em um momento no qual eu ansiava por outros mundos e outros espaços nos quais eu pudesse denunciar as misérias da realidade concreta e o sofrimento da classe trabalhadora. Pesquisar foi um processo instigante; por isso, continuarei...

GARCIA, Renata Rocha Anjos. **Assistência social e os sujeitos do sexo masculino: uma análise do atendimento através do Centro de Referência da Assistência Social**. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

Com a presente pesquisa intenta-se analisar a concretização do atendimento da política de assistência social, através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), aos sujeitos do sexo masculino. Mediante pesquisa documental, realizada no CRAS Cila de Lucio Bauab, equipamento público responsável pela execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), no município de Jahu, coletaram-se informações de todos os prontuários contendo como titulares sujeitos do sexo masculino, num total de 358. As informações versaram acerca da faixa etária, condições socioeconômicas, saúde, moradia, educação, configurações familiares, estado civil, número de filhos residindo no domicílio e, ainda, os motivos que acarretaram na busca pelo atendimento no CRAS, bem como as garantias asseguradas. A pesquisa foi consubstanciada na perspectiva do materialismo histórico dialético, indo além da imediatividade que se apresenta no cotidiano das políticas sociais que reforçam os atendimentos na perspectiva individual e que acarretam a culpabilização dos sujeitos, desconsiderando as contradições da sociedade de classes. Abordaram-se assuntos referentes ao masculino na política de assistência social, a relação tensa entre assistência social e trabalho em tempos neoliberais, a divisão sexual do trabalho e o mercado de trabalho para homens e mulheres, o Trabalho Social com Famílias no âmbito do PAIF. Nessa direção, com as informações coletadas nos prontuários e a pesquisa bibliográfica, averiguou-se o perfil dos sujeitos do sexo masculino, as condições de vida a que estão expostos, se os atendimentos se configuraram como pontuais e/ou continuados, no intuito de desvendar os fatores que originaram o atendimento e de avaliar as garantias asseguradas. As precárias condições de vida desse público em decorrência do não acesso ao trabalho, somadas à escassez das ofertas da assistência social e de diversas políticas, têm contribuído para que homens em condições de vender sua mão de obra experimentem cada vez mais cedo uma vida repleta de miserabilidade.

Palavras-chave: Assistência social; Sujeitos do sexo masculino; Trabalho social com famílias.

GARCIA, Renata Rocha Anjos. **Social assistance and male subjects: an analysis of care through the Social Assistance Reference Center**. 2018. 146.f Dissertation (Master in Social Work) – Faculty of Human and Social Sciences, Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2018.

ABSTRACT

We proposed with this research to analyze the implementation of the social assistance policy, through the Reference Center of Social Assistance (CRAS) to the male subjects. Through documentary research carried out in the CRAS Cila by Lucio Bauab, public equipment responsible for the implementation of the Service of Protection and Integral Assistance to the Family (PAIF), in Jahu municipality, we collected information from all medical records containing as male subjects, totaling 358. The information related to the age group, socioeconomic conditions, health, housing, education, family settings, marital status, number of children residing in the home, and reasons for CRAS care and guaranteed guarantees. The research was consubstantiated in the perspective of dialectical historical materialism, aiming at unveiling beyond the immediacy that present themselves in the quotidian of social policies that reinforce the attendance in the individual perspective and that lead to the culpability of the subjects, disregarding the contradictions immersed in class society. We address issues related to the masculine in social care policy, the tense relationship between social assistance and work in neoliberal times, the sexual division of labor and the labor market for men and women, Social Work with Families under the PAIF. In this direction, with the information collected in the medical records and the bibliographic research, we were able to approach the profile of the male subjects, the living conditions to which they are exposed, identify if the appointments were configured as punctual and continuous, and uncover the factors that originated service, as well as evaluate the guarantees guaranteed. The precarious living conditions of this public as a result of the lack of access to safe, protected work coupled with the shortage of social assistance offers and of various policies has contributed to the fact that men in a position to sell their labor experience an immersed life the misery.

Key - words: Social assistance. male subjects. social work with families

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CF/88	Constituição Federal de 1988
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEU	Centro de Esportes Unificados
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica/Sistema Único da Assistência Social
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PBF	Programa Bolsa Família
PIS	Programa Integração Social
PNAISH	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PTR	Programa de Transferência de Renda
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RMA	Relatórios Mensais de Atividades

PAEFI e Indivíduos	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEADS	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único da Assistência Social (SUAS)
SUS	Sistema Único de Saúde
TSF	Trabalho Social com Famílias

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Faixa etária dos sujeitos do sexo masculino titulares dos cadastros no CRAS	43
Tabela 2– Escolaridade dos sujeitos do sexo masculino	45
Tabela 3– Condições de moradia dos sujeitos do sexo masculino	46
Tabela 4– Condições de saúde dos sujeitos do sexo masculino	49
Tabela 5– Situação no mercado de trabalho.....	89
Tabela 6– Renda familiar	94
Tabela 7– Renda <i>per capita</i>	95
Tabela 8– Configurações familiares	102
Tabela 9– Estado civil dos sujeitos do sexo masculino	103
Tabela 10– Número de filhos residindo nos domicílios	103
Tabela 11– Total de membros no domicílio.....	104
Tabela 12– Formas de acesso ao CRAS	112
Tabela 13– Primeiro acesso ao CRAS.....	113
Tabela 14– Número de vezes que os sujeitos do sexo masculino e/ou suas famílias foram atendidos/as.....	115
Tabela 15– Motivo que originou o atendimento no PAIF.....	118
Tabela 16– Inserção das famílias dos sujeitos masculinos em programas, serviços e benefícios	121

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
CAPÍTULO 1 PERCURSOS METODOLÓGICOS: entre idas e vindas	18
1.1.1 Aproximações sucessivas com o objeto e procedimentos metodológicos	24
1.2 Cenário da Pesquisa: o Centro de Referência da Assistência Social: CRAS Cila de Lucio Bauab do município de Jahu (SP).....	27
1.3. Eis que “surge” o sujeito masculino na Assistência Social: um olhar para os homens cadastrados no CRAS.....	36
CAPÍTULO 2 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL VERSUS TRABALHO: uma análise em tempos neoliberais	52
2.1 A classe trabalhadora e o mercado de trabalho para homens e mulheres: uma discussão sobre a divisão sexual do trabalho	54
2.2 A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social: apontamentos críticos.....	63
2.3 A negação do acesso ao mundo do trabalho e o acesso à Política de Assistência Social: a configuração de um público diversificado.....	77
2.4 As condições dos sujeitos do sexo masculino no mercado de trabalho e as fontes de renda.....	88
CAPÍTULO 3 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF): lugar de quem?	98
3.1 Configurações Familiares Contemporâneas	99
3.2 Trabalho Social com Famílias no âmbito do PAIF	106
3.3 Entre as garantias sociais asseguradas e o não acesso	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICE	144

Apêndice A- Modelo de Quadro de pesquisa documental de coleta de dados de todos os prontuários do CRAS contendo homens como titulares.....144

ANEXOS

Anexo I – Declaração de autorização da pesquisa.145

Anexo II – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa.....146

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não podemos pensar que chegamos a uma pesquisa como um saco vazio: Não! Temos vida, temos história, temos emoção.
(MARTINELLI, 2006, p. 19).

Estamos completando quase duas décadas do século XXI, e as misérias que os otimistas acreditavam findar com a chegada de um novo tempo permanecem cada vez mais complexas. O desenvolvimento do capitalismo aprofundou os contrastes sociais; nunca houve tanta riqueza e ao mesmo tempo tanta concentração de renda. Grande parte da massa da classe trabalhadora não acessa o mínimo necessário à reprodução da vida com condições de dignidade, convivendo com inúmeras expressões da questão social no cotidiano.

Iamamoto (2001) assevera que a lei geral da acumulação capitalista é o fundamento para o entendimento da questão social, pois, ao contribuir para o desenvolvimento dos meios de produção, ampliando a capacidade de suprimento das necessidades humanas, acirra as desigualdades sociais e amplia a pobreza. Isso significa que o capital tem no desemprego um de seus pilares, porquanto o trabalho morto substitui grande quantidade de trabalhadores que não conseguirão mais acessar postos de trabalho ou irão acessá-los de forma cada vez mais precarizada.

Não ter salário para programar o mínimo no cotidiano de vida é realidade constante na vida de muitos trabalhadores. A incerteza do alimento no prato, o esfacelamento das relações sociais e a ausência de respostas estatais que alterem a condição de desproteção social dos sujeitos da classe trabalhadora são marcas desse tempo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que são mais de 13 milhões de desempregados. O país está retornando para o mapa da pobreza e exclusão social; os programas de transferência de renda e de combate à extrema pobreza já não alcançam os denominados “invisíveis”, ao contrário, reforçam o conformismo e a certeza da invisibilidade. Essas são algumas marcas do público que chega a assistência social e que demanda atendimento.

São as mulheres o público maior da assistência social, as mulheres-

mães-pobres. No entanto, no auge da crise estrutural do sistema capitalista, o homem, que sempre teve privilégios no que tange à sua inserção no mercado de trabalho, se comparada à condição das mulheres, também vê reduzido, cotidianamente, seu espaço no mundo do trabalho. Quando este espaço não é de todo ausente, a precarização se impõe.

Em tempos de desmonte de políticas sociais, de acentuação do neoliberalismo, de restrição de direitos, de ódio propagado àqueles que não atendem ao padrão de utilidade que o sistema determina, homens e mulheres da classe trabalhadora ficam à mercê de um conjunto de desproteções sociais. São os “inempregáveis”, os “desalentados”, aqueles que não conseguem vender sua única mercadoria: a força de trabalho.

A presente pesquisa teve como objeto de estudo a assistência social no atendimento aos sujeitos do sexo masculino no âmbito da Proteção Social Básica (PSB), através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Cila de Lucio Bauab, no período de junho de 2009 a agosto de 2018. Trata-se de uma temática cara para estudantes, pesquisadores e profissionais que atuam nas políticas sociais, especialmente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Estes convivem cotidianamente com a ampliação da demanda por atendimento, confrontando-se com a precariedade da oferta em uma área que não foi pensada na perspectiva de classe e que já se concretiza de forma precária para um perfil histórico de usuário: a mulher-mãe-pobre. Porém o grau de precariedade e sua característica de transitoriedade se acentuam quando a oferta é destinada aos sujeitos do sexo masculino.

O tempo atual nos exige firmeza na defesa de direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores. A retração que se anuncia para ser enfrentada precisa se armar de críticas consistentes. A (des) proteção que está materializando o atendimento das famílias trabalhadoras no Brasil precisa ser evidenciada. (COUTO, 2018).

Desafiamos-nos neste estudo a desenvolver análises críticas consubstanciadas pelo método do materialismo histórico dialético, na perspectiva de compreender o movimento da realidade e as contradições que envolvem o cenário das políticas sociais em tempos neoliberais, bem como a relação desta no trato com os sujeitos do sexo masculino.

O objetivo geral que balizou este estudo foi a análise da concretização do atendimento da política de assistência social através do CRAS aos sujeitos do sexo masculino. Conhecemos o perfil e as condições de vida a que estão expostos os sujeitos do sexo masculino titulares dos cadastros; identificamos se os atendimentos se configuraram como pontuais ou continuados; desvendamos os fatores que originaram o atendimento no CRAS e avaliamos as garantias que foram asseguradas através dos atendimentos.

Iniciamos essa empreitada apresentando no primeiro capítulo o percurso metodológico da pesquisa, a trajetória que fizemos de idas e vindas para a eleição do objeto, os conflitos que envolveram essas decisões até a sua delimitação, que culminou no desenvolvimento da pesquisa. Explicitamos também o cenário da pesquisa o CRAS Cila de Lucio Bauab, do município de Jahu (SP).

Encerramos o primeiro capítulo iniciando a discussão acerca dos sujeitos masculinos na assistência social, olhando para a história e apresentando questões apontadas pelo movimento feminista no início do século XX e nas diversas ondas que nos despertaram para as questões cristalizadas que naturalizavam o ser homem e o ser mulher na sociedade, inclusive ressaltando as características do patriarcado que foram incorporadas pelo capitalismo e têm contribuído ao longo dos séculos para as desigualdades que envolvem homens e mulheres, isto é, o reforço das relações patriarcais de gênero. Por fim, promovemos a análise de alguns dados evidenciados nos prontuários que nos permitiram o início da construção de um perfil dos sujeitos do sexo masculino no CRAS, a partir do conhecimento da faixa etária e das condições educacionais e de saúde.

No segundo capítulo, abordamos a relação entre assistência social e trabalho em tempos neoliberais. Iniciamos com a temática da classe trabalhadora e o mercado de trabalho para homens e mulheres, refletindo acerca da divisão sexual do trabalho. Posteriormente, efetuamos um resgate do processo histórico da assistência social até o seu desenho atual, em tempos neoliberais, explicitando algumas categorias contidas nesta área esvaziada do conteúdo de classes. Aprofundamos as discussões acerca da negação do acesso ao mundo do trabalho e o acesso à política da assistência social, configurando um público diversificado para esta área. Este capítulo é encerrado

com um retrato a partir das informações coletadas nos prontuários das condições dos sujeitos do sexo masculino no mercado de trabalho, as fontes de renda, a renda familiar e *per capita*.

No terceiro e último capítulo, elegemos conteúdos acerca do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), discutimos temáticas relacionadas às configurações familiares contemporâneas e explicitamos como estas se apresentam para os sujeitos do sexo masculino cadastrados no CRAS, apresentando ainda o número de filhos e estado civil destes. Seguimos para a abordagem acerca do Trabalho Social com Famílias (TSF), no âmbito do PAIF, sua relação com os homens através da apresentação da forma de acesso destes ao CRAS, o ano de acesso ao CRAS e o total de vezes que foram atendidos. Encerramos esse capítulo com a discussão sobre as garantias asseguradas, mediante a análise dos motivos que levaram os homens a procurar o CRAS e o acesso, ou não, a serviços, programas e benefícios.

Nas considerações finais, ficamos com a sensação de um mundo imenso a desvendar, questões complexas demais e que demandam estudos posteriores. Obviamente, não tínhamos a pretensão de esgotar as discussões acerca dessa temática, haja vista o método eleito para a análise da realidade: o materialismo histórico dialético, o qual nos conduziu na perspectiva de totalidade, com o entendimento da impossibilidade de sínteses definitivas. Tão só realizamos aproximações sucessivas, sem nenhuma pretensão de esgotar a dinamicidade e a ampla complexidade do real.

A pesquisa nos permitiu constatar as precárias condições de vida dos homens atendidos no CRAS, nos diversos âmbitos, num contexto de encontros e desencontros com a busca pelo atendimento de suas necessidades. Um caminhar em direção a soluções imediatas; estas, mesmo quando garantidas, não alteram a situação, ao contrário, metamorfoseiam-se em tantas outras desproteções, as quais o campo das políticas sociais, no contexto do neoliberalismo, não terá condições de reverter. Não são homens que vivenciam problemas pontuais, mas homens com a certeza de uma vida indigna ao longo de sua trajetória, e esta certeza já está sendo anunciada aos mais novos.

CAPÍTULO 1 PERCURSOS METODOLÓGICOS: entre idas e vindas

Se o conhecimento crítico é um dos caminhos para a liberdade, autonomia, competência e compromisso, não se compreendem os novos cenários, não se enfrenta a barbárie social, não se combate a ofensiva neoliberal, não se estabelecem alianças com a sociedade civil organizada, não se alcançam novas legitimidades profissionais, não se efetivam os princípios e valores do projeto profissional, não se formam profissionais críticos e competentes, sem a pesquisa científica. Assim, há que se colocar um imperativo para a profissão: Ousar saber para ousar transformar. (GUERRA, 2009, p. 17).

Os paradoxos da sociedade contemporânea ampliam a busca pelo desvendamento da realidade social, aos pesquisadores e profissionais que se desafiam a percorrer caminhos que possibilitem a compreensão de um fenômeno social, no contexto da sociabilidade do capital.

O mundo atual nos instiga a conviver com problemas sociais complexos demais e a aceitá-los como simples, na sua versão apresentada no aparente imediato. Problemas para os quais são apresentadas soluções provisórias e paliativas que os agravam em vez de saná-los.

Esse contexto para os assistentes sociais que cotidianamente atuam no enfrentamento das expressões da questão social exige resistência a processos alienantes e precarizados, que insistem em instaurar práticas mecânicas e automatizadas que impedem e/ou limitam a compreensão da lógica de funcionamento da ordem capitalista e de seus reflexos devastadores na vida social.

Pesquisar nos obriga a olhar para a totalidade da vida social, para o movimento da realidade, e pensar as questões na universalidade, particularidade e singularidade, visando promover as mediações necessárias.

Quando nos referimos à imediaticidade dos fenômenos não estamos negando que o caminho da aparência seja desnecessário para o conhecimento do fenômeno, já que é a partir do concreto sensível que nos aproximamos da essência (o concreto pensado) para o conhecimento das “múltiplas determinações, e também abstrato, mas, nesse momento, abstrato num outro sentido, porque se constituiu enquanto construção mental sobre a realidade, construção mental determinada a partir dessa mesma realidade” (MUNHOZ, 2006, p. 29).

Essa perspectiva que baliza a presente pesquisa permite desvendar e compreender o fenômeno para além do que ele aparenta ser no início, viabilizando uma aproximação significativa da essência. Para Marx (1989, p.229), uma “síntese de múltiplas determinações”.

É com a clareza de que não se trata de um processo singelo que damos os primeiros passos na concretização da presente pesquisa. Na perspectiva do materialismo histórico dialético, este estudo busca identificar as determinações que o constituem e superar o concreto figurado abstrato para alcançar um concreto pensado e abstrato.

1.1 Os caminhos percorridos e a escolha do objeto

A inserção na política de assistência social desde a adolescência, percorrendo diversas funções até chegar à condição de assistente social e atuando há quase uma década, nos permitiu acompanhar mudanças gradativas no público dessa área. Antes da aprovação da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), mesmo compondo o tripé da seguridade social da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a assistência social se limitava ao atendimento das demandas relacionadas à miserabilidade, de forma segmentada e de diversas outras áreas, como é o caso histórico da educação e saúde. Esta última ainda permanece na prática da assistência social em muitos municípios, principalmente naqueles de pequeno porte, espalhados pelo país, mesmo mediante normativas desenvolvidas a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como é exemplo a resolução nº 39, de dezembro de 2010, a qual dispõe sobre o processo de reordenamento dos benefícios eventuais no âmbito da política de assistência social em relação à política de saúde:

Art. 1º [...] não são provisões da política de assistência social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso. (BRASIL, 2010, p. 2).

É visível que no campo formal, a PNAS e o SUAS trouxeram uma nova perspectiva em diversos aspectos, inclusive no que se refere à superação da segmentação para direcionar as ações à família, explicitada na eleição da matricialidade sociofamiliar como um dos eixos estruturantes, bem como especificando o seu campo de atenção e ampliando sua oferta, especialmente no contexto de governos neodesenvolvimentistas, contribuindo para alterações do perfil de seu público.

A presença de equipamentos sociais como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) em territórios até então invisibilizados permitiu um olhar mais ampliado para as famílias nas suas diversas configurações, inclusive aquelas chefiadas apenas por homens e/ou nas quais estes assumem funções que, historicamente, foram destinadas às mulheres, pela condição do desemprego, enquanto suas companheiras se encontram num mercado de trabalho constantemente precário.

A escolha do tema da pesquisa foi desencadeada pela atuação no cotidiano de trabalho na política de assistência social, precisamente em um CRAS, no qual, nos últimos anos, foi observado o aumento gradativo do número de homens, ainda que tímido, buscando por atendimento.

Essas primeiras observações levaram a dois estudos anteriores que versaram sobre a questão de gênero nos CRAS e o perfil dos homens atendidos. Os resultados obtidos despertaram para outros questionamentos relevantes, a saber: as ações desenvolvidas no CRAS têm sido pensadas e materializadas na perspectiva de redução das desigualdades que envolvem a questão de gênero? O homem também está sendo considerado no processo de planejamento das ações? A mulher ainda é entendida como sinônimo de universo doméstico? Quando inserido nas ações do PAIF, o homem é entendido como sujeito de direitos, ou é “estimulado” a rapidamente livrar-se da situação que originou o atendimento e se lançar ao trabalho (independentemente das condições), reafirmando sua função de provedor? A política de assistência social oferta proteção social na perspectiva de direitos ou reforça o papel de submissão dos sujeitos com ações assistencialistas e com alcances estreitos para o seu público tradicional (a mulher-mãe-pobre-analfabeta)?

A relação dialética entre teoria e realidade empírica se expressa no fato de que a realidade informa a teoria, que por sua vez a antecede e permite percebê-la, formulá-la, dar conta dela, fazendo-a distinta, num processo sem fim de distanciamento e aproximação. A teoria domina a construção do conhecimento através de conceitos gerais provenientes do momento anterior. Seu aprofundamento, de forma crítica, permite desvendar dimensões não pensadas a respeito da realidade que não é evidente e que não se dá: ela se revela a partir de interrogações elaboradas no processo de construção teórica. (MINAYO, 2004, p. 92).

Ante tais questionamentos, refletimos sobre a extrema relevância da explicitação de nosso posicionamento em relação à “priorização” da mulher no âmbito das políticas sociais em detrimento do homem. Por toda a desproteção histórica que acompanha inúmeras gerações de mulheres, acentuando-se ainda mais no contexto do sistema capitalista, entendemos a necessidade de políticas afirmativas de defesa de direitos destas, e ainda, da promoção das mulheres na busca por condições de igualdade.

Paralelo a esse entendimento, também há as grandes contradições que envolvem os assuntos supracitados. A mulher, quando eleita como foco de atenção nas políticas sociais, é tida como principal e/ou única responsável por tudo o que diz respeito à família, no tocante às famílias em situação de pobreza. Essa responsabilização aumenta ainda mais, uma vez que os “fracassos” são debitados em sua conta, revertidos como negligências.

Aos homens da classe trabalhadora, da fração mais pauperizada, a negação ao trabalho ou a possibilidade da inserção em condições de trabalho cada vez mais precárias, sem direitos trabalhistas assegurados e salários insuficientes para o seu sustento e/ou de sua família, é acompanhada de um não espaço e/ou um espaço o mais provisório possível no campo das políticas sociais.

Observa-se o aumento gradativo de homens buscando a atenção da assistência social através do CRAS. Homens que pleiteavam algum tipo de benefício nos permitiram presenciar e até atuar, em diversos momentos, na reafirmação da exclusão e do não lugar. Dada a escassez de benefícios, as prioridades eram os velhos e as mulheres-mães. Em muitos momentos, tais benefícios não eram suficientes para estes segmentos tradicionais da política.

O que cabe aos homens, então? O mercado de trabalho não lhes assegura trabalho e a política social não os considera como sujeitos de

direitos. É importante destacar que essa perspectiva de provisoriedade aos homens no campo da assistência social também alcança seu público tradicional, porém de forma mais sutil.

É sabido que embora a Assistência Social seja demarcada por determinadas formas estruturais, não deixa de ser algo profundamente conjuntural. Certamente vem disso a característica transitória que a marca tão profundamente (as ações da Assistência), dando sempre a impressão de que se trata de um campo que tem a ver apenas com ações momentâneas. (SHONS, 2015, p. 33).

A conjuntura é de diversidade do público em face dos ditames da ofensiva neoliberal. Isso exige pensar para além do público histórico, o que não significa que o estaremos excluindo, pois pensar no sujeito masculino no âmbito da política de assistência social não se configura como uma perspectiva que focará no segmento; ao contrário, é pensar na família, nas mulheres e em todos os sujeitos-alvo dessa política. É analisar o quanto essa política da forma como está materializada tem possibilitado e contribuído para o fortalecimento dos mecanismos de exclusão.

Isso significa que neste estudo é imprescindível uma análise da assistência social em tempos neoliberais, para que possamos pensar possibilidades de alterar a lógica de reafirmação de exclusão na vida das famílias, sejam homens e/ou mulheres. Embora saibamos que as políticas sociais resultam dessa lógica capitalista, e especificamente no campo da assistência social a sua configuração não objetiva alterar a realidade de desproteção social a que estão expostos os sujeitos da classe trabalhadora, trata-se de um campo de disputa, de contradições e de interesses antagônicos. “Proteger no capitalismo não significa assegurar igualdade de condições, não implica satisfazer as necessidades sociais, não se traduz em universalização de direitos” (BOSCHETTI, 2015 *apud* PEREIRA, 2015, p. 10).

Cabe salientar ainda que um estudo que envolve sujeitos do sexo masculino realizado por uma mulher perpassa pelo entendimento de que somente esses sujeitos enquanto vivência têm condições para explicitar sua relação com a política de assistência social, bem como acerca da sua trajetória de vida. No entanto, a pesquisadora tem a possibilidade de construir o conhecimento a partir da apreensão teórica sobre o assunto.

Essa foi uma preocupação inicial e que fez com que nos perguntássemos inúmeras vezes se deveríamos realizar uma dissertação de mestrado acerca dessa temática. Como falar da realidade de sujeitos do sexo masculino, sendo do sexo feminino? E ainda, como realizar um estudo que não estimulasse o entendimento de que estamos estabelecendo a defesa dos homens em detrimento das mulheres, colocando-os na condição de vítimas?

Não se trata disso. Trazer à tona essa realidade dos sujeitos do sexo masculino que, historicamente, não se apresentava como demanda na assistência social, não significa que lançaremos neste estudo uma defesa de homens ou de mulheres. A defesa é em prol da classe trabalhadora, que está mais fragilizada e segmentada, vivenciando conflitos em seu interior. A defesa é de homens e mulheres desta classe, no entendimento de que pautar essa questão no cenário das políticas públicas contribui para a redução de atuações estatais que reforçam as sobrecargas para as mulheres e estimulam padrões de comportamentos machistas que resultam em violências no interior das famílias. É, ainda, um esforço para garantir espaços públicos onde homens e mulheres tenham a possibilidade de apresentar suas demandas, na expectativa de acesso a um dado direito.

Nessas idas e vindas envolvendo a manutenção ou não dessa temática, entendemos que era necessário insistir, uma vez que os estudos nesse âmbito são pouquíssimos. Comumente encontramos estudos sobre a relação da mulher com a política de assistência social, dos mais variados tipos, seja para apoiar, seja para denunciar as sobrecargas que as ações da assistência social, como estão configuradas, impõem às mulheres.

Decidimos insistir e resistir porque compreendemos que em um campo majoritariamente ocupado por mulheres, como é o caso da política de assistência social, através principalmente das profissões de Psicologia e Serviço Social, nós seríamos as responsáveis por pautar discussões que até há pouco não vinham sendo feitas.

Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objeto a assistência social no atendimento aos sujeitos do sexo masculino, no âmbito da Proteção Social Básica (PSB), através do CRAS Cila de Lucio Baub, no período de junho de 2009 a agosto de 2018.

1.1.1 Aproximações sucessivas com o objeto e procedimentos metodológicos

Como explicitamos no item anterior, o objeto desta pesquisa é a política de assistência social no âmbito da PSB, representada pelo atendimento do CRAS direcionado aos sujeitos do sexo masculino.

Quanto à tipologia, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais. Entende-se pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade; ela apresenta “uma carga histórica” e reflete posições em face da realidade (MINAYO, 2009, p.23).

Para tanto, utilizaremos a abordagem qualitativa na realização da pesquisa. “A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível nem obtível em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2009, p.22).

A pesquisa será fundamentada no materialismo histórico dialético. “Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas ou teóricas construídas sobre o objeto em questão” (LIMA E MIOTO, 2007, p.40).

Segundo Netto (2011), no método marxista os pesquisadores partem do fenômeno aparente, imediato e empírico, de onde se inicia o processo de conhecimento, sendo a aparência apenas um nível da realidade que é essencial e que não pode ser deixado de lado, para buscar a essência do objeto. É um método que proporciona o conhecimento teórico a partir da aparência, com o objetivo de apreender a essência, a dinâmica e a estrutura do objeto de estudo investigado. O pesquisador que utiliza esse método de investigação e conhecimento teórico tem como fundamento a sociedade burguesa e de classes, o que é indispensável para atingir a essência do objeto.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, foram realizadas leituras de autores que desenvolvem uma abordagem crítica sobre a temática pesquisada. No âmbito da documental, foram consultados documentos normatizadores da política de assistência social, bem como o Plano de Trabalho e Relatórios de Atividades Mensais do CRAS pesquisado e dados de todos os prontuários das

famílias que possuem como titular sujeitos do sexo masculino. A pesquisa documental “assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica” (GIL, 1991, p. 51).

[...] A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 1991, p. 51).

A pesquisa documental teve como cenário o CRAS Cila de Lucio Bauab, localizado no município de Jahu, implantado em 2009, numa região com grau elevado de vulnerabilidade social, referenciando 50 bairros mais a área rural. O município é considerado de grande porte; foi fundado em 15 de agosto de 1853 e possui uma população estimada em 148.581 habitantes (IBGE, 2018). Atualmente conta com quatro CRAS, o mínimo proposto para municípios deste porte.

A escolha por este equipamento, e não de um dos demais existentes no município, justifica-se por este ter a maior representatividade de homens como titulares dos cadastros, se comparada aos demais. Enquanto o CRAS Cila possui cerca de 10% do total de famílias cadastradas com o indicativo do homem como pessoa de referência, a média dos demais CRAS variava entre 5% e 8% (JAHU, 2016); além de referenciar um grande número de bairros com grandes contrastes sociais, ou seja, um equipamento com uma demanda muito diversa, o que acreditamos ter contribuído para o enriquecimento da pesquisa.

O objetivo geral nos desafiou a analisar a concretização do atendimento da política de assistência social através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) aos sujeitos do sexo masculino. Foram objetivos específicos: avaliar as garantias asseguradas através do atendimento no CRAS; identificar se os atendimentos se configuraram como pontuais ou continuados; conhecer o perfil e as condições de vida a que estão expostos os sujeitos do sexo masculino titulares dos cadastros; e desvendar os fatores que originaram o atendimento dos sujeitos do sexo masculino no CRAS.

Chegar a tais objetivos não constituiu uma tarefa simples, haja vista que pesquisar na perspectiva do materialismo histórico dialético é um exercício em que “[...] se parte do empírico (real aparente), procede-se à sua exegese

analítica (mediações abstratas), retorna-se ao concreto, isto é, à complexidade do real, que apenas pôde ser captada pelos processos de abstração do pensamento” (MARTINS, 2006, p. 15).

Havíamos traçado outros caminhos, inicialmente. Num primeiro momento, pensamos em entrevistar profissionais, assistentes sociais e psicólogos integrantes da equipe do CRAS onde foi realizada a pesquisa, bem como uma parcela dos sujeitos do sexo masculino atendidos, além de levantar dados de todos os prontuários que tinham estes como titulares. Porém, conforme as descobertas decorrentes da aproximação do objeto, fomos traçando outras rotas. Abandonamos a pesquisa com os homens e os profissionais e nos dedicamos a analisar as riquíssimas informações que os prontuários nos apresentaram.

Entendemos que os dados coletados nos prontuários necessitavam de uma atenção maior, porquanto nos apresentavam a realidade tão rica dos atendimentos realizados com os homens num período de nove anos, uma vez que nos propusemos a analisar todos os prontuários que possuíam como titulares sujeitos do sexo masculino, desde a implantação do CRAS Cila de Lucio Bauab, os quais totalizaram 358.

O número de cadastros, considerando como mês de referência agosto de 2018, era de 387 prontuários contendo titulares do sexo masculino e 3.001 do sexo feminino, totalizando 3.388 famílias cadastradas desde a implantação do CRAS. Contudo, 29 dos prontuários dos sujeitos do sexo masculino não se encontravam mais no equipamento, tendo em vista que estes mudaram de território e passaram a pertencer a outros equipamentos da Proteção Social Básica.

Importante salientar que dos 358 prontuários identificamos 13 arquivados¹ por motivo de falecimento, reclusão ou não localização das famílias nos endereços indicados no prontuário no ato do cadastro. Ainda assim os elegemos para análise, buscando abranger todos os prontuários dos sujeitos do sexo masculino do CRAS, como havíamos previsto inicialmente.

Decidimos submeter a pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP),

¹ Do total de sujeitos falecidos 09 eram idosos com configurações familiares unipessoais.

por entendermos que não se tratava de qualquer documento, mas de prontuários manuseados apenas pelos profissionais da Psicologia e do Serviço Social, por se tratar de conteúdo sigiloso, a saber, a vida dos homens e suas respectivas famílias. No entanto, o parecer que obtivemos foi da não necessidade de submissão do projeto, tendo em vista que além da responsável pela instituição, a coordenadora do CRAS, haver autorizado a pesquisa (o manuseio dos prontuários pela pesquisadora para a coleta dos dados), o Comitê compreendeu que por não haver contato direto com seres humanos não havia risco algum².

Levantamos então informações relevantes acerca da data de cadastro, idade, estado civil, motivo do atendimento, forma de acesso, bairro de moradia, número de membros e configuração familiar, condições de moradia, número de filhos residindo na mesma casa, renda familiar e *per capita*, situação no mercado de trabalho, escolaridade, condições de saúde, total de atendimentos e inserção em programas, serviços e benefícios.

Analisar como essa política vem se efetivando na vida dos homens da classe trabalhadora é analisar a assistência social em tempos neoliberais, num contexto de destruição dos direitos sociais e de agudização das expressões da questão social vivenciadas pela classe trabalhadora e, conseqüentemente, o aumento e a diversificação da demanda para a assistência social. Portanto, como já pontuamos aqui, não se trata de um estudo comparativo que se limitará a explicitar como a assistência social tem sido vivenciada por homens e/ou por mulheres. Foi com esse entendimento que perseguimos nosso objeto.

1.2 Cenário da Pesquisa: o Centro de Referência da Assistência Social: CRAS Cila de Lucio Bauab, do município de Jahu (SP)

Em análise ao conteúdo da PNAS, Couto (2010) apontou o CRAS como a inovação da assistência social; no entanto, naquele período, questionou sobre o que fazer nesse novo espaço.

² Ainda assim mantivemos em todos os momentos da coleta de dados extrema cautela garantindo a não identificação de nenhum dos homens e/ou suas respectivas famílias cadastrados/as no CRAS. Haja vista que a compreensão é de que embora não ocorreu o contato com os seres humanos o conteúdo que estudamos se refere a vida destes.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, caracteriza-se como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. (BRASIL, 2009, p. 9).

Refletindo acerca da análise de Couto, no momento desta escrita nos questionamos também sobre esse entendimento do trabalho do CRAS, se este se tornou espaço para promover os sujeitos da classe trabalhadora, ou um espaço de adestramento com os “antigos” plantões sociais que atendiam de “tudo um pouco”, exceto o que era específico da assistência social.

Em meio a essa efusão de ideias e questionamentos, apresentamos o cenário da pesquisa: o CRAS Cila de Lucio Bauab é um entre os 8.368 CRAS no país (Censo SUAS 2017) e um no total de quatro no município de Jahu, interior do Estado de São Paulo, município de grande porte que conta com mais de 100 mil habitantes. Os municípios de grande porte devem ter “um mínimo de quatro CRAS, cada um para até 5 mil famílias referenciadas” (NOB/SUAS2005).

O município não ampliou sua capacidade de atendimento no âmbito da PSB, especificamente do PAIF, tendo em vista que o último CRAS foi implantado em 2009, há quase uma década, mesmo havendo o aumento da demanda e os territórios de referência dos CRAS Central e Cila de Lucio Bauab terem ultrapassado o número de 5 mil famílias referenciadas.

Jahu possui uma economia voltada para o calçado feminino, porém envolto num cenário de crise, no qual muitas fábricas fecharam as portas nos últimos cinco anos, contribuindo para o aumento significativo do desemprego e, conseqüentemente, da demanda de famílias por atendimento na política de assistência social, especificamente nos quatro CRAS e no único Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) do município.

Até o mês de agosto de 2018, os CRAS e CREAS do município contavam com um total de 8.896 famílias cadastradas, sendo 1.032 no CREAS e 7.864 nos CRAS. Deste total, 3.388 eram referenciadas ao CRAS Cila de Lucio

Bauab, isto é, 43,08% do total de famílias, resultando no equipamento com o maior número de famílias cadastradas e atendidas mensalmente (JAHU, 2018).

Os volumes de atendimentos socioassistenciais particularizados mensais de cada CRAS, tomando como mês de referência agosto, resultaram nos seguintes montantes: CRAS Distrito de Potunduva: 95; CRAS Pedro Ometto: 113; CRAS Central: 125; CRAS Cila: 152, isto é, 485 famílias/mês. Importante ressaltar que esse número não se refere ao de famílias que procuram o CRAS mensalmente, que passaram por algum tipo de atendimento por profissionais de nível médio na recepção, mas somente àquelas que foram atendidas pelos técnicos de nível superior. “Ações particularizadas referem-se ao atendimento prestado pela equipe técnica do CRAS à família – algum (ns) membro(s) ou todo o grupo familiar [...] de modo individualizado” (BRASIL, 2012, p. 41).

No âmbito coletivo, o quantitativo de atendimento de cada CRAS através do PAIF e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes foi equivalente: CRAS Distrito de Potunduva: 75 (PAIF) e 50 (SCFV); CRAS Pedro Ometto: 70 (PAIF); CRAS Central: 45 (PAIF); CRAS Cila: 70 (PAIF) e 90 (SCFV); um montante de 260 famílias no âmbito do PAIF e 140 crianças e adolescentes no âmbito do SCFV.

As ações coletivas podem ser organizadas a partir de grupos socioeducativos, ações comunitárias e/ou oficinas socioeducativas. “As oficinas com famílias propiciam a problematização e reflexão crítica das situações vividas em seu território, além de questões muitas vezes cristalizadas, naturalizadas e individualizadas” (BRASIL, 2012, p. 26).

O SCFV foi executado apenas pelos CRAS Cila e Distrito; ambos os equipamentos desenvolvem também este serviço complementar ao PAIF, no entanto não contam com equipe adicional para tal finalidade, conforme preconizam as normativas do SUAS, o que acarreta sobrecargas para as equipes.

Os dados apresentados evidenciam um descompasso do número de equipamentos em relação à demanda e aos critérios de capacidade de atendimento anual, o qual se limita a 1.000 famílias/ano para o CRAS de município de grande porte. Os volumes de atendimento mensais explicitam que o montante anual tem ultrapassado o total de 1.000 famílias/ano atendidas por CRAS (BRASIL, 2009).

O desequilíbrio do número de equipamentos sociais em relação à demanda fica ainda mais evidente quando analisamos o total de famílias cadastradas no CRAS Cila, abrangendo mais de 40% do montante da PSB do município. Há uma grande incoerência entre oferta e demanda, pois apesar das normativas estabelecidas pelo SUAS, os municípios ainda precisam avançar muito no planejamento adequado da assistência social, fortalecendo-a enquanto política pública de Estado e implementando serviços conforme a evolução e/ou para a prevenção das situações de risco e vulnerabilidade social.

O CRAS Cila de Lucio Bauab conta com nove anos de existência; foi implantado em 20 de junho de 2009, cinco anos após a aprovação da PNAS, sendo o mais novo dos equipamentos dessa modalidade no município. Ter o menor tempo de existência não interferiu na identidade que possui no território, na referência de fato que se constituiu para as famílias.

O CRAS foi o primeiro equipamento público do Jardim Cila de Lucio Bauab. O bairro sem asfalto na época, com quase nenhuma estrutura, rotulado como uma região “perigosa”, com um enorme contingente de crianças e adolescentes, rapidamente acolheu o CRAS como um espaço de referência para as suas reivindicações, seus lamentos, a exposição de seus conflitos e a diversidade de suas histórias.

Chegou a assistência social antes mesmo que a creche, o posto de saúde, a escola, o mercado, a padaria. Chegou a assistência social no contexto de pleno desenvolvimento dessa área no país. Porém, chegou precária; o CRAS foi alocado num espaço inapropriado e passou a funcionar em uma pequena casa, a qual era utilizada, anteriormente, pelos trabalhadores responsáveis pela construção do bairro Jardim Cila de Lucio Bauab.

Inicialmente referenciava apenas 15 bairros, sendo responsável pelo atendimento de famílias domiciliadas nestas localidades. Porém, em 2011 assumiu mais 20 bairros, os quais pertenciam ao território de abrangência do CRAS Central, mas que eram distanciados deste e mais próximos do último CRAS implantado. Além desses bairros, gradativamente a implantação de novos residenciais contribuiu para o aumento do território de referência, o qual atualmente abrange 50 bairros.

A expansão do território de abrangência do CRAS, e conseqüentemente o aumento da demanda de famílias para atendimento, não foi combinada com a

expansão dos serviços socioassistenciais, tampouco com a melhoria da estrutura física do CRAS e a ampliação da equipe, o que contribui para uma sobrecarga de trabalho.

Os recursos recebidos pelo Governo Federal e municipal para a execução do PAIF já são poucos, mas quando nos voltamos para o governo estadual, os recursos são ainda mais ínfimos, às vezes, inexistentes. Apesar de haver quatro CRAS no município, o Governo Federal financia apenas dois, o que faz com que o montante recebido seja direcionado para a totalidade dos CRAS. Verifica-se o desequilíbrio no que tange ao cofinanciamento estabelecido pelo SUAS.

Em dezembro de 2016, o CRAS mudou de prédio, porém se manteve no mesmo bairro; passou a ocupar um espaço maior, para comportar o volume de famílias cadastradas. A mudança para o prédio atual não se configurou como uma simples decisão; na verdade, esta foi consequência da falta de opção mediante os pedidos de reformas e ampliações solicitadas no espaço em que o CRAS funcionava. A deterioração do prédio e a falta de ação do poder público fizeram com que a equipe não conseguisse mais trabalhar de forma salubre, bem como atender a população cadastrada com o mínimo de dignidade.

Essas informações puderam ser evidenciadas em análise aos relatórios mensais que a equipe encaminhou à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS) até dezembro de 2016, pontuando como os aspectos negativos interferiam na execução das ações.

[...] o espaço físico a ser organizado entra numa equação que envolve também o dimensionamento da equipe, os horários de disponibilidade dos usuários – muitas vezes com concentração de demandas em determinado turno – e o método de trabalho propriamente. Um trabalho conjunto entre a equipe do CRAS e o responsável pelo seu projeto, que explicita e coordene essas variáveis, pode chegar, com segurança, à definição da demanda espacial compatível localmente. (BRASIL, 2009, p.17).

Após mudar para o prédio atual, algumas problemáticas foram sanadas e outras surgiram. Em análise dos documentos referentes ao financiamento do principal serviço executado no CRAS, o PAIF, constatamos que parte do recurso é utilizado para o pagamento de aluguel em um prédio com estrutura precária, demandando improvisos para a organização das divisões dos

espaços, os quais possuem acessibilidades parciais e não correspondem ao estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Cabe questionar então porque não houve a busca por um espaço adequado, conforme o previsto nas normativas referentes ao espaço físico do CRAS. A resposta a essa pergunta está na categoria territorialidade, que envolve a política de assistência social. Mesmo diante das dificuldades envolvendo o espaço físico, a equipe estabeleceu que o equipamento não poderia ser direcionado a outra localidade senão à área mais vulnerável ou a algum local próximo dela. Tal área era de fato o bairro que nominou o CRAS, o Jardim Cila de Lucio Bauab, que apesar de referenciar 50 bairros urbanos mais a área rural, como já mencionamos, é o bairro que apresenta o maior número de famílias que demandam a atenção do CRAS, além de ser o maior bairro do município. Por se tratar de um bairro periférico no qual os moradores construíram suas casas de acordo com suas possibilidades, a maior parte dos domicílios não apresenta estruturas adequadas para a instalação de um serviço público.

A frequente instalação de CRAS em imóveis de origem residencial tem levado à associação desse equipamento com aquela tipologia arquitetônica. A construção de novos CRAS deve superar essa tendência em pelo menos uma característica negativa que ela, em geral, determina: a atrofia do caráter público e estatal do CRAS. Residências, não raramente com muro no alinhamento, mesmo com placa de identificação que abrigam um CRAS, levam a uma ambiguidade de função pública ou privada e não têm força atrativa necessária para a superação de constrangimento de acesso de usuários. (BRASIL, 2009, p. 26).

O espaço encontrado com condições menos precárias para aluguel foi um prédio ocupado anteriormente por um supermercado (um sobrado com dois salões embaixo e moradias na parte de cima), permitindo a manutenção do CRAS no Jardim Cila de Lucio Bauab. Persistem, entretanto, as solicitações da equipe para reforma e ampliação do antigo espaço físico, de acordo com as orientações para a estrutura física do CRAS³, tendo em vista que se trata de prédio público, o que contribuiria para reverter o valor utilizado em aluguel nas

³ Ver documento do MDS-CRAS, A melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos Serviços.

ações destinadas à população. Todavia, o recurso para a ampliação do antigo espaço do CRAS terá de ser ainda maior, pois com a mudança para outro prédio o espaço se manteve abandonado, foi depredado e chegou a ser incendiado.

É nesse contexto que atuam os profissionais, também com número incoerente do proposto pelas normativas, desde os profissionais de níveis fundamental e médio aos de nível superior⁴. Esse cenário de sucateamento acompanha o que vem ocorrendo no país, com forte tendência de agravamento. A redução do investimento em políticas sociais em meio ao contexto de crise e aumento de desemprego estrutural possibilita a complexificação das expressões da questão social vivenciadas pela classe trabalhadora, aumentando a demanda de atendimento para serviços socioassistenciais, alcançando até mesmo sujeitos que talvez nunca tenham pleiteado atendimento na área assistencial.

As informações do setor de Vigilância Socioassistencial nos permitiu constatar que mesmo havendo diferenças nas condições de vida dos moradores dos 50 bairros, ou seja, mesmo havendo regiões em que o padrão de vida é mais elevado e outras nas quais as expressões da questão social são mais evidenciadas no cotidiano das pessoas, não há nenhum desses bairros que não tenha no mínimo uma família que foi ou está sendo atendida no CRAS.

Mensalmente há famílias de 20 a 25 bairros diferentes que comparecem para atendimento e/ou são atendidas nos domicílios ou estão em acompanhamento. No entanto, há dois bairros que apresentam uma demanda maior: o Jardim Cila de Lucio Bauab e o Residencial Frei Galvão, o que confirma a importância da categoria territorialidade para o planejamento da implantação de equipamentos públicos. “É desse território de vivência que importa se aproximar para que possa ser estabelecido o lugar do território, de

⁴Atualmente o CRAS conta com três assistentes sociais com carga horária de 30 horas semanais, duas psicólogas com carga horária de 20 horas semanais, uma agente administrativa com carga horária de 40 horas semanais, dois orientadores sociais com carga horária de 40 horas semanais, porém compartilhados com outros serviços socioassistenciais, e uma coordenadora com formação em Serviço Social. Todos ocupam as funções via concurso público, exceto a coordenação.

fato, nos pressupostos ideológicos das políticas sociais brasileiras” (KOGA, 2013, p. 41).

No que tange ao Residencial Frei Galvão, este é fruto do Programa Minha Casa Minha Vida faixa I (PMCMV), do Governo Federal. Foram entregues 777 casas, com valores de parcelas entre R\$25,00 e R\$80,00, a famílias com renda inferior a R\$1.600,00. Em um primeiro momento, a oferta da moradia construída e o valor “acessível” possibilitaram rumos diferentes, se comparada à das famílias do Jardim Cila de Lucio Bauab. Porém, neste residencial, muitas famílias venderam ou trocaram suas moradias e se encontram residindo em casas alugadas em outros bairros da cidade. Aqui ocorreu o que podemos considerar como segregação espacial: as famílias tinham moradia, mas não tinham acesso a equipamentos de saúde, educação, assistência social, esporte, lazer, enfim, foram privadas do direito à cidade, contrariando o preconizado pelo Ministério das Cidades em 2003 no que refere ao direito de todos a moradia digna e terra urbanizada, ao saneamento ambiental, ao trânsito seguro, à mobilidade urbana, à infraestrutura e aos serviços e equipamentos urbanos de qualidade, além de meios de geração de renda e acesso à educação, saúde, informação, cultura, esporte, lazer, segurança pública, trabalho e participação.

Destacar a realidade dessas regiões nos ajuda a compreender as demandas do CRAS: as necessidades das famílias superam o campo socioassistencial e envolvem questões das mais variadas áreas, as quais não serão alteradas apenas com as intervenções do Trabalho Social com Famílias (TSF) da assistência social. O CRAS Cila encontra-se não somente com um número superior de famílias cadastradas, mas com um conjunto de situações complexas que não pode ser atendido por uma política apenas. A proteção social não é responsabilidade exclusiva da assistência social.

Mas a quem as famílias recorrem no território? Em muitos municípios brasileiros, o único equipamento público no território é o CRAS, ou seja, a única possibilidade de atenção estatal. Apesar de seu campo de especificidade estabelecido com a instituição do SUAS e das divisões das proteções de acordo com o grau de complexidade, o PAIF ainda é um serviço que recebe diversas demandas que não condizem com sua especificidade, seja por estar relacionada a outra área ou à própria assistência social, uma vez que as

situações de violações de direitos que as famílias vivenciam também são demandas que chegam ou são identificadas pelas equipes do CRAS.

No momento destes escritos, precisamente em setembro de 2018, a equipe do CRAS Cila se preparava novamente para a transitoriedade da sua jornada, muito semelhante à da própria política. A gestão da política do município determinou que o CRAS mudasse para outro endereço, no bairro Jardim Dona Emília; apesar de compor o território de abrangência do CRAS, essa região possui um índice muito reduzido de vulnerabilidade social. A alocação do CRAS neste território afastaria o equipamento das principais áreas vulneráveis.

A expectativa é que o CRAS ocupe provisoriamente um espaço denominado Centro de Esportes Unificados (C.E.U.), que contém em sua estrutura física espaços de diversas áreas, inclusive para um CRAS, no qual já havia sido pactuada a utilização como a extensão de um núcleo do CRAS Cila, para atender a algumas demandas daquela região. No entanto, não se revela como razoável a mudança do CRAS para este espaço, dados os prejuízos que poderia causar à população demandatária das regiões mais necessitadas.

Juntamente com a possibilidade de deslocamento do CRAS, houve também a mobilização da população do território para barrar tal decisão, reivindicando o direito à manutenção do serviço no território, serviço que faz parte do cotidiano dessas famílias. Essa mobilização envolveu a imprensa local e foi protagonizada por mulheres (representando as famílias), mulheres-mães com baixa escolaridade, mas munidas de condições de defender um espaço que entendem como seu: o CRAS do seu território. Conseguiram, ao menos por ora, adiar a mudança. É nesse cenário que nossa pesquisa se realiza, palco de muitas lutas para a manutenção de direitos duramente conquistados.

Na análise do Plano de Trabalho vigente e dos Relatórios Mensais de Atividades (RMA) do último semestre, constatamos a previsão e a execução de ações que possibilitam a atenção para a família na totalidade de seus membros, inclusive os homens, que timidamente passam a ocupar espaço no CRAS. São convidados a participar dos grupos e constituem alvo de ações de busca ativa, pois o atendimento, quando há descumprimento de condicionalidades do PBF, é direcionado à família como um todo, não se

limitando ao titular do benefício, que comumente é uma mulher. O desenvolvimento de algumas ações se dá para além do horário comercial.

Perguntamo-nos então quem são esses homens. São sujeitos da classe trabalhadora com uma trajetória de vida marcada pela desproteção social, nos mais diversos ciclos. Apresentamo-los no próximo item.

1.3. Eis que “surge” o sujeito masculino na Assistência Social: um olhar para os homens cadastrados no CRAS

Nos itens anteriores, explicitamos um percurso, um tanto sinuoso, que nos aproximou das principais temáticas que compõe o objeto desta pesquisa: a assistência social e os sujeitos do sexo masculino. Entendemos que antes de apresentarmos o perfil dos sujeitos do sexo masculino, devemos promover a discussão de algumas categorias, tais como relações patriarcais de gênero, masculinidade e feminismo, haja vista que o nosso entendimento é que discutir o homem não pode ser apartado de discussões que envolvem a mulher, nem deixar de lado o movimento feminista, o qual, na sua trajetória histórica, problematizou questões que contribuíram para despertar provocações que fazemos neste estudo.

O movimento feminista teve forte influência para o entendimento de que falar/pensar o homem e a mulher está para além de suas características natas, pois envolve elementos socioculturais que padronizam o comportamento dos indivíduos, apontando o que vestir, como falar, a profissão que deve ser seguida, entre outros que representam a hierarquia entre homens e mulheres. (SOUZA E MOURA, 2013, p. 5).

Faremos uma breve retrospectiva das ondas feministas e suas principais reivindicações em cada momento.

O primeiro momento, entendido como onda feminista⁵, pleiteava por direitos no âmbito da cidadania, haja vista que em face da profunda

⁵As primeiras organizações feministas são datadas do final do século XVIII, com o advento da Revolução Francesa, e se estendem até as primeiras décadas do século XX; caracterizam a primeira onda feminista, conhecida como “sufragista”. Nesta fase há a solidificação de correntes políticas entre os movimentos, como: a liberal, a anarquista, a socialista e a conservadora (cristã). (BITTENCOURT, 2015 *apud* RODRIGUES, 2001).

subalternidade, as mulheres precisavam lutar por garantias básicas, tais como o direito de votar e serem votadas, a formação profissional, o acesso à educação formal e ao trabalho remunerado. “Tal fase é caracterizada como ligada ‘ao interesse das mulheres brancas de classe média’ por apresentar pautas generalizadas de igualdade formal inclusiva [...]” (BITTENCOURT, 2015, p. 200).

Apesar de em um primeiro momento imaginarmos que não impactaria na ordem patriarcal, esse movimento teve grande importância, dada a grande massa de mulheres nas ruas da Inglaterra e dos Estados Unidos, expostas a represálias penais e sociais (BITTENCOURT, 2015).

No que se refere à segunda onda, SAFFIOTI (1994) explica que esta abrange as décadas de 1960 a 1980, período em que são incorporadas diversas frentes de lutas, com o entendimento do patriarcado como forma de dominação masculina, expressando poder político e inferiorização das mulheres. Esta luta “ultrapassa o campo do privado, invade todos os espaços da sociedade e representa uma estrutura de poder baseada tanto na violência quanto na ideologia” (SAFFIOTI, 2004, p. 53-58).

O movimento feminista passa então a problematizar o caráter burguês-liberal, “fazendo recortes de classe e raça, relações de poder e transversalidade de opressões estruturais para além do gênero. Assim, elevam-se as vozes das mulheres negras e pobres, subjugadas dentro do movimento” (BITTENCOURT, 2015, p. 199).

É nesse período⁶ que se formulam as problematizações acerca das diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual, desmitificando a naturalização de papéis sociais que seriam inerentes a homens ou mulheres. Ainda há a importante contribuição do questionamento da dicotomia artificial dos espaços públicos e privados, ressaltando que o “pessoal” ou o privado são espaços políticos que devem ser desvelados. (BITTENCOURT, 2015, p. 201).

No que se refere à terceira onda, há uma série de questões envolvendo as décadas de 1980 e 1990, no âmbito do neoliberalismo, que contribuiu para o enfraquecimento de movimentos sociais, inclusive do feminismo. Impôs-se um

⁶Neste segundo momento marcante dos movimentos feministas, destacam-se várias autoras: Gloria Jean Watkins, Heleieth Iara Saffioti, Joan Scott, Betty Friedan, Nancy Fraser, Juliet Mitchell etc.

cenário de mercado globalizado, transnacional, com retrocesso para as conquistas da classe trabalhadora, flexibilizando e precarizando as relações trabalhistas. A partir de então, há divergências teóricas acerca da existência e fundamentação de uma terceira onda, “guiada por autoras e ativistas da segunda onda e impulsionada pela produção acadêmica e a reorganização dos movimentos combativos ou reivindicatórios para a institucionalidade ou para as universidades” (BITTENCOURT, 2015, p. 202).

É chamada por diversos nomes que remetem à convergência teórica e política proclamada como o pós-modernismo, inclusive reafirmando-se como “pós-feminismo” ou “feminismo da diferença”, criticando a segunda onda por seu suposto caráter monolítico, universal e generalizante, sem perceber as implicações individuais ou subjetivas das mulheres. Elabora, por isso, uma teoria fluida, particular e flexibilizada, rechaçando o estruturalismo e focando principalmente no micropoder e na micropolítica. (BITTENCOURT, 2015, p. 202).

A segunda onda, diversamente da primeira, não lutou somente por direitos políticos, mas pela igualdade total entre os gêneros. A terceira onda além de fortalecer aspectos que debilitam as lutas coletivas e a perspectiva de mudança estrutural, fortaleceu aspectos relacionados a subjetividades e buscas individuais, esquecendo que “a superação de qualquer forma de violência e inferiorização de todas as mulheres, e não apenas daquelas que ‘decidem’ ou ‘querem’ ser livres no plano estritamente pessoal” (BITTENCOURT, 2015, p. 2013), requer a organização de lutas coletivas.

Para Cisne, problematizar a categoria gênero é fundamental, associando-a com o marxismo, uma vez que descolada desta perspectiva e associada às teorias pós-modernas, acaba por “obscurecer outras categorias como classe e etnia/raça” (CISNE, 2006, p. 1).

Defende-se assim, como sustentáculo para os “estudos de gênero”, a teoria social marxista, pois, como visto, é esta vertente, com seu método materialista histórico e dialético, que permite desvendar o real, a sociedade burguesa e seus mecanismos coercitivos. E, por ser uma teoria voltada para a transformação da sociedade, é a única que viabiliza a construção de um projeto societário coletivo que possibilite a emancipação efetiva dos sujeitos. (CISNE, 2006, p.8).

Para Cisne, a crítica às teorias da pós-modernidade, especialmente as abordagens desconstrutivistas e pós-estruturalistas, se deve ao fato de estas enfatizarem de forma exagerada as diferenças e se afastarem da prática política em detrimento da proposição de uma alternativa ao movimento feminista (CISNE, 2006, p. 1).

A autora critica as linhas de pesquisa sobre gênero que não se centram nas mulheres, as quais passam a estudar masculinidades, paternidade etc. Tal crítica se baseia na expansão de tais estudos, sem ainda ter esgotado e/ou liberado as mulheres trabalhadoras da sua condição de subalternidade e precariedade, obscurecendo e dificultando a alteração dessas condições. Ressalta ainda que os estudos sobre masculinidade não deixam de ser importantes, porém questiona se este é papel do movimento feminista, uma vez que defende que este deve ocupar-se com a organização da luta das mulheres, e não dos homens.

Aponta a categoria gênero como insuficiente para se analisar a sociedade; esta precisa estar conectada a outras categoriais para contemplar a dimensão da desigualdade.

No caso, relações patriarcais de gênero, que dizem respeito às relações hierarquizantes de opressão e exploração entre os sexos, as quais estão ainda fortemente presentes na sociedade, daí a importância de considerarmos o patriarcado quando refletimos criticamente sobre as relações de gênero. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 45).

Concordamos com Cisne acerca da perspectiva de relações patriarcais de gênero e do suporte da teoria marxista para compreendê-las numa perspectiva totalizante, no entanto, no que se refere ao não estudo das questões que envolvem os sujeitos do sexo masculino por mulheres, temos alguns apontamentos, especialmente no campo da assistência social.

Foi a própria base material concreta que nos permitiu chegar até este objeto, haja vista que a realidade da política de assistência social apresenta cada vez mais o aumento dessa demanda, especialmente na crise estrutural do capital, do desemprego estrutural, com o esfacelamento das relações humanas e a categoria dos “inempregáveis”, que atinge tanto homens quanto mulheres, porém com reflexos específicos para cada sujeito, tendo em vista as relações

patriarcais de gênero. Entendemos ser funcional ao capital a utilização das mulheres no campo da reprodução social, do trabalho invisível, não remunerado, no ambiente doméstico; é também funcional a lógica de excluir os homens do acesso a políticas sociais, justificando-o como capaz de trabalhar sem questionar qual o cenário socioeconômico e sociopolítico em que se acha inserido.

Também compreendemos que analisar a política de assistência social e o atendimento aos sujeitos do sexo masculino em tempos neoliberais não se limita a descrever como essa realidade se apresenta, mas, sobretudo, porque ela se apresenta desta forma. Trata-se de desvendar o não aparente e desmontar a falsa aparência que engana, ilude e cria conflitos cotidianamente no interior da classe trabalhadora.

São as mulheres que se acham majoritariamente no campo da assistência social, portanto, devem ser elas as precursoras de estudos das objetivações desse campo, visando contribuir para a ampliação da margem de conquista num contexto de perdas consecutivas. Cumpre não se limitar a uma perspectiva reformista, no entanto, não há possibilidade de transgredi-la sem o mínimo para a sobrevivência.

Portanto, falar dos sujeitos do sexo masculino na assistência social se faz necessário. Não no sentido de reproduzir binarismos, entendendo a masculinidade como um campo de domínio próprio, algo que as teorias feministas e de gênero têm combatido, mas no entendimento de que é necessário abrir “a possibilidade de se pensar, nos estudos feministas, tanto arranjos homens-homens quanto homens-mulheres” (ROMCY, 2013, p. 34).

As ciências sociais por muito tempo se debruçaram sobre os estudos das mulheres e a condição feminina; a produção desses trabalhos foi muito contundente e propalada. As masculinidades, por outro lado, surgidas quase no mesmo período, eram estudos sobre os homens que estavam diretamente ligados ao conceito de honra, a exemplo da coletânea “Honra e Vergonha – Valores da Sociedade Mediterrânea” de John Peristiany, publicado em 1988. Esses trabalhos pensavam os homens em um contexto de sociedades pequenas e tradicionais, em que a honra tomava uma importância na constituição de suas masculinidades. (ROMCY, 2013, 1998, p. 30).

Importante mencionar que havia pouco não se discutia sobre o homem na política de assistência social. Os estudos existentes ainda são muito

incipientes, mas gradativamente começam a desencadear análises mais aprofundadas que superam os meros comparativos entre o ser homem e ser mulher e as visões imediatistas. Desabrocham ainda estudos para além do homem na condição de abusador, o sujeito que sempre violenta, e surgem novos estudos entendendo-o também como um sujeito vulnerável, imerso na agressividade do sistema societal vigente.

Durante anos os homens foram inseridos como objeto nos estudos segundo este modelo, frequentemente referido como “patriarcal”: racional, ativo no público, na produção da ciência e da cultura, provedor, sexualmente “irresponsável”, poderoso, universalizado na sua dominação, Homem com ‘H’ maiúsculo. O outro lado desta moeda é a Mulher: emotiva, voltada ao mundo privado da reprodução dos filhos, cuidando das relações de afeto, sexualmente passiva, dependente, obediente, universalizada na sua opressão. Na confrontação entre Homem e Mulher nas relações sociais, fossem na esfera doméstica ou no público, as vantagens todas, segundo os valores dominantes da sociedade individualista, competitiva e monetarizada, pareciam ser dos Homens. (GIFFIN, 2005, p. 48).

No entanto, a realidade objetiva nos mostra que não é possível falar em masculinidade, senão em masculinidades. As inúmeras mudanças que acometeram a sociedade, seja no campo da produção, seja no da reprodução social, impactaram na forma de ser homem e mulher nessa sociedade, desnaturalizando papéis seguidos à risca durante centenas de anos.

O ponto de partida é que não há uma única masculinidade, apesar de existirem formas hegemônicas e subordinadas a ela. Tais formas baseiam-se nas posições de poder social dos homens, mas são assumidas de modo complexo por homens particulares, que também desenvolvem relações diversas com outras masculinidades. (LYRA, 2008, p. 48).

Lyra (2008), em sua tese de doutorado intitulada “Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)”, compreende, com base em Saffioti (2004), que as mulheres, mesmo após as conquistas alcançadas através das lutas dos movimentos feministas, ainda têm sido alvo de diversos tipos de injustiças sociais, o que torna distante aquilo que entendemos como equidade de gênero. “Por outro lado, muitos homens em condições sociais (a) diversas também enfrentam, cotidianamente, a impossibilidade e a obrigação de responder ao modelo hegemônico de masculinidade” (LYRA, 2008, p. 50).

O próprio movimento da história comprova que as sociedades mudam as formas como se relacionam, e desempenham suas funções conforme o modo de produção. Algumas características persistem e outras desaparecem. O patriarcado é uma dessas categorias que insistem em permanecer; mesmo não sendo originado no capitalismo, é funcional a este.

O patriarcado é comumente usado para mostrar como a opressão e a desigualdade de gênero não são ocorrências esporádicas ou excepcionais, mas questões que atravessam toda a sociedade, fundamentalmente reproduzidas através de mecanismos que não podem ser explicados no nível individual. (ARRUZA, 2015, p. 3).

De acordo com Delply (2009 *apud* CISNE, 2018) a palavra patriarcado é uma combinação da palavra grega *pater* (pai) e *arké* (origem e comando); literalmente, a autoridade do pai. Significa uma formação social na qual o poder é dos homens. Problematizando essa perspectiva, Mirla Cisne (2018) ressalta que o patriarcado funciona como um sistema que se faz presente nas relações sociais, não se limitando, portanto, ao homem, sendo também reproduzido por mulheres. “O patriarcado especifica as relações de gênero como desiguais, explicitando relações hierarquizadas entre seres socialmente desiguais” (SAFFIOTI, 2004, p. 19).

Sempre que uma mulher reproduz o patriarcado, ela favorece a lógica de dominação masculina e fortalece a subordinação feminina. Em outras palavras, ao reproduzir o patriarcado, as mulheres, diferentemente dos homens, não usufruem de privilégios, ao contrário. (CISNE, 2018, p. 43).

As mulheres lutaram para se tornar visíveis para além da figura materna. As desigualdades sociais que historicamente foram e são vivenciadas pelas mulheres não podem ser negadas, no entanto, Lyra (2008) ressalta a necessidade de trabalhar com os homens e de adotar o aspecto relacional.

Sendo homens e mulheres seres complementares na produção e na reprodução da vida, fatos básicos da convivência social, nenhum fenômeno há que afete um, deixando de atingir o outro sexo. A não percepção deste fato tem conduzido a concepções fechadas de masculinidade e de feminilidade. Na vida real, entretanto, as ações de homens e mulheres continuam a complementar-se de modo que à mistificação dos seres femininos corresponde a mistificação dos seres masculinos. Assim, não são apenas as mulheres que sofrem a atuação da mística feminina; desta constituem presas fáceis também os homens. (SAFFIOTI, 1976, p. 6).

É importante compreender as relações patriarcais de gênero, porque são elas que balizam as relações de opressão e exploração entre os sexos na sociedade, de forma hierarquizada. “O patriarcado não surgiu espontaneamente do mundo das ideias ou da cultura, mas possui uma base material sócio-histórica” (CISNE, 2018, p. 45). Assim, “[...] o poder coletivo dos homens não é construído apenas nas formas eles o interiorizam, individualizam e reforçam, mas também nas instituições sociais” (LYRA, 2008, p. 50).

Partindo das perspectivas apontadas aqui e das categorias refletidas antes de adentrarmos na apresentação do perfil dos sujeitos do sexo masculino na assistência social, faz-se necessário explicitar quem consta na análise do perfil neste estudo. Denominamos sujeitos do sexo masculino àqueles que se intitularam nessa condição. Portanto, foram coletadas informações de todos os prontuários contendo titulares sujeitos do sexo masculino, as quais versaram sobre idade, estado civil, bairro de moradia, condições de moradia, de escolaridade e de saúde.

Em um primeiro momento, constatamos que os homens jovens e adultos passam a demandar atenção de ações que historicamente ocorriam somente na condição de velhos (comumente considerados frágeis e assexuados nessa fase). A tabela abaixo aponta a faixa etária predominante na busca por atendimento no CRAS, desde a sua implantação, em junho de 2009, até agosto de 2018.

Tabela 1– Faixa etária dos sujeitos do sexo masculino titulares dos cadastros no CRAS

Faixa etária	Número de sujeitos	%
Inferior a 18	00	00
18 a 29	31	8,66
30 a 59	199	55,58
Acima de 60	128	35,76
Total	358	100

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

Categorizamos as idades dos sujeitos por faixas etárias, compreendendo como adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), aqueles com idade a partir de 12 e inferior a 18 anos. Como jovens entendemos os com idade de 18 até 29 anos (essa idade limite

foi definida a partir da consulta ao Estatuto da Juventude, que compreende como jovens as pessoas até 29 anos). Na condição de adultos, a partir de 30 anos até a idade que antecede a condição de idoso, ou seja, 30 a 59 anos; e por fim, como idosos os sujeitos com idade igual ou superior a 60 anos, conforme preconiza o Estatuto do Idoso.

Não identificamos nenhum prontuário contendo como titular sujeitos do sexo masculino com idade inferior a 18 anos; no entanto, isso não significa que na data do acesso ao CRAS alguns não se configuravam como adolescentes, considerando que ao analisar os prontuários elegemos a idade atual dos sujeitos e não a idade destes quando acessaram o equipamento pela primeira vez. No que tange às demais faixas etárias, todas possuem representatividade.

Do total de 358, 35,56% dos prontuários eram representados pelos homens com idade igual ou superior a 60 anos, isto é, os velhos da classe trabalhadora. Isso significa que envelhecer com qualidade de vida na sociabilidade do capital é um privilégio para os poucos que se apropriam da riqueza socialmente produzida. A classe trabalhadora, em face da impossibilidade de reprodução social, tem experimentado uma velhice trágica (TEIXEIRA, 2017).

Diante de uma trajetória de vida marcada por desproteções sociais, da falta de acesso ao mercado de trabalho formal (em muitos momentos, nem sequer de acesso a trabalhos informais), e conseqüentemente, a não aposentadoria, chega-se à fase da velhice impedido de alterar a realidade até então vivenciada. Os homens velhos da classe trabalhadora encontram como alternativa a via da assistência social. “A Assistência Social, como outras políticas públicas, torna-se uma ferramenta do Estado para o enfrentamento da questão social” (MARTINS; MOREIRA, 2015, p. 3).

Apesar de todas as vicissitudes vivenciadas pelos velhos da classe trabalhadora, a faixa etária predominante no CRAS é a dos considerados adultos: homens de 30 a 59 anos. De 358 homens, 199 são adultos, representando 55,58% da demanda. São homens que vivenciam inúmeras expressões da questão social em seu cotidiano e que não conseguiram materializar sua função principal da cartilha da masculinidade hegemônica: ser provedor.

Ser provedor numa sociedade do tipo capitalista é um desafio cada vez maior. Esse indicador contribui para pensar a lógica de masculinidade e buscar entendê-la numa perspectiva mais ampla, que permita constatar que não cabe mais pensarmos na perspectiva singular. Falamos, portanto, de masculinidades nas diversas formas de vivê-la, pois é muito diferente a forma de viver do homem da classe burguesa se comparada à do homem da classe trabalhadora.

Quando um homem busca por atendimento na Política de Assistência Social, está a apresentar sua “impotência” na função de provedor, já que este papel lhe foi destinado. Não conseguir suprir o seu sustento nem o de sua família, não ter um trabalho é sinônimo de fracasso nessa sociabilidade em que o homem se acha vinculado ao mundo do trabalho. “O *macho* é considerado o *provedor das necessidades da família*. Ainda que sua mulher possa trabalhar remuneradamente, contribuindo [...], cabe ao homem ganhar o maior salário, a fim de se desincumbir de sua função de chefe” (SAFFIOTI, 1987, p. 24).

No tocante à escolaridade dos homens, o que se verifica no prontuário da maioria destes é um não acesso sequer ao ensino fundamental completo.

Tabela 2– Escolaridade dos sujeitos do sexo masculino

Escolaridade	Número de sujeitos	%
Fund. Incompleto	204	56,98
Médio completo	46	12,84
Fund. Completo	43	12,01
Médio Incompleto	27	7,54
Não alfabetizado	21	5,87
Superior Incompleto	8	2,26
Nível técnico	6	1,67
Superior completo	2	0,55
Pós-Graduação	1	0,28
Total	358	100

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

As privações sociais alcançam o campo da educação. Sujeitos que demandam auxílio da política da assistência social apresentam um conjunto de situações que nos levam a pensar que a sua passagem nesse campo dificilmente será provisória. Em um país de capitalismo periférico como o Brasil, no qual ter títulos de mestres e doutores não tem garantido sucesso no mercado de trabalho, o que esperar das possibilidades para os sujeitos que nem sequer concluíram o ensino fundamental?

Os sujeitos ao vivenciarem o processo educativo, desde a educação infantil até o ensino superior, são ensinados nesse percurso (explícito e/ou implícito) que o papel da escola e da educação se restringe à formação de indivíduos capacitados para exercerem funções diferenciadas, seja para o exercício de uma função de alto poder aquisitivo ou não, conforme a divisão social do trabalho. Independentemente do nível de conhecimento dos sujeitos, o que ocorre é que a finalidade geral se limita à formação profissional para a entrada no mercado. (SANTOS; BERTOLDO, 2016, p. 148).

No entanto, no contexto de crise estrutural do capitalismo, nem esse tipo de educação vem sendo ofertada ao trabalhador. Isso traz implicações muito sérias, pois a ausência efetiva de acesso à escola para a maioria da classe trabalhadora é uma realidade. A oferta formalmente diferenciada de percursos para a burguesia e para a classe trabalhadora pode ser verificada com a democratização de acesso a todos os níveis de certificação, mantendo-se a diferença qualitativa entre os percursos de ambas as classes (RUMMERT, ALGEBAILLE, VENTURA, 2013).

A educação, enquanto prática social, submete-se aos interesses do capitalismo, e da mesma forma, o Estado, enquanto instância de poder político de uma sociedade de classes, não fica fora dessa submissão, pois é o capital que controla o Estado e suas instituições. (SANTOS; BERTOLDO, 2016, p. 148).

Constatam-se as formas diferenciadas como esse ingresso ocorre, desigual e combinadamente, com o objetivo de viabilizar a universalização de índices de escolaridade, contudo, sem universalizar as condições de permanência e sucesso, nem os padrões de qualidade pedagógica. “É a esse novo formato de destituição de direitos no âmbito educativo que denominamos de dualidade educacional de novo tipo” (RUMMERT, ALGEBAILLE, VENTURA, 2013). A tabela a seguir traz dados sobre as condições de moradia.

Tabela 3– Condições de moradia dos sujeitos do sexo masculino

Condições de Moradia	Número de sujeitos	%
Própria	144	40,23
Alugada	83	23,19
Financiada	65	18,15
Cedida	50	13,96
Subsidiada pelo município (República para Idosos)	16	4,47
Total	358	100

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

A desproteção social na vida dos homens da classe trabalhadora também se apresenta na realidade da condição de moradia. A garantia do direito à moradia do campo formal estabelecido no artigo 6º da CF/88 não vem se materializando na vida desses sujeitos. Mais da metade dos homens, isto é, 59,77%, não possuem moradia própria. É fato que o país vivencia uma crise habitacional, entendida como:

[...] resultado da não possibilidade de compra ou pagamento de aluguel por grandes parcelas da população. Não pode ser vista como um problema conjuntural ou uma simples questão de equilíbrio entre oferta e demanda. Trata-se de uma defasagem “estabelecida” entre necessidade social da habitação e a produção de moradias e equipamentos regulados por “leis economicistas” de desenvolvimento. (LEHFELD, 1983, p. 9).

No Brasil, o déficit habitacional é de 7.757.000 moradias (FJP, 2015), um grande contraste quando comparamos ao número de imóveis vazios: 7.906.000 (PNAD, 2015). Esses dados expressam o problema da falta de moradia para a classe trabalhadora e sua impossibilidade em acessar a própria cidade e de usufruir o que esta oferece. O uso da cidade passa a ser então mercadoria, inclusive com a chancela do Estado, que fortalece a especulação do mercado imobiliário (CUNHA, 2018).

Os programas dos governos Lula e Dilma no âmbito do PMCMV não reduziram significativamente esse déficit. Foram iniciativas importantes, mas não podemos deixar de apontar a face perversa que garantiu lucros imensuráveis aos bancos, através de financiamentos para além do tempo de vida do pobre trabalhador. Este se via arriscado a perder a moradia para os bancos, mesmo após o pagamento de inúmeras parcelas, devido à inadimplência de algumas, decorrente da renda incerta e/ou da perda do emprego.

No que tange às regiões onde esses homens residem, constatamos que os 358 sujeitos vivem em 32 diferentes bairros, apesar de o maior número de domicílios localizar-se nos dois maiores bairros com graus elevados de vulnerabilidade social, o Jardim Cila de Lucio Bauab e o Residencial Frei Galvão, respectivamente com 34,63% e 9,77%. Os demais (55,6%) sujeitos estão distribuídos em 30 diferentes bairros. O local de moradia também dificulta

o acesso para usufruir da cidade, resultando na conseqüente ausência de serviços básicos.

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (SANTOS, 1987, s/p).

A diferenciação, a exclusividade e as qualidades dos espaços nas cidades determinam quem é mais cidadão e quem apenas mora na cidade (CUNHA, 2018). Os sujeitos da classe trabalhadora que vivem à margem das regras mercadológicas de acesso à cidade “passam a ser considerados ‘menos cidadãos’, passam a ocupar a não cidade e seus espaços deixados de lado pela urbanização formal, não interessantes para a especulação imobiliária, como as favelas na periferia ou espaços que não cumprem sua função social”⁷(CUNHA, 2018, p. 6-7).

A vida desses sujeitos é permeada pelo experimento cotidiano da precariedade, com conseqüências também para as condições de saúde. “Essa vida cotidiana desumana (ou seja, não humana) faz com que os homens nem sequer cheguem à consciência de que são eles que fazem sua história” (LESSA; TONET, 2008, p. 15).

Também identificamos informações referentes às condições de saúde. Mantivemos fidelidade às nomenclaturas, de acordo com o registrado nos prontuários. Foi possível evidenciar que 50,28% dos sujeitos possuem alguma doença, ou seja, o equivalente a 180 homens. Os dados expostos na tabela apontam um montante de 26 tipologias de doenças, apresentando 244 vivências. Muitos homens possuem mais de uma doença e/ou deficiência. Os problemas de saúde vivenciados pelos homens explicitam as condições degradantes de vida a que estão expostos.

⁷ Imóveis abandonados nas áreas centrais, sendo estas as poucas alternativas de morar na cidade. (CUNHA, 2018).

Tabela 4– Condições de saúde dos sujeitos do sexo masculino

Doença	Número de sujeitos	%
Não há	178	49,72
1. Hipertensão	37	15,16
2. Deficiência (física, intelectual)	30	12,29
3. Alcoolista/dependência química	30	12,29
4. Relacionadas à saúde mental	23	9,42
5. Diabetes	19	7,78
6. Doenças da coluna	16	6,55
7. Saúde mental	13	5,32
8. Problemas respiratórios	11	4,50
9. Sequelas de AVC	8	3,27
10. Hepatite	8	3,27
11. Problemas cardiológicos	8	3,27
12. Câncer	6	2,45
13. Tuberculose	6	2,45
14. Soropositivo	5	2,049
15. Problemasoftalmológicos	4	1,63
16. Epilepsia	3	1,22
17. Problemas renais	3	1,22
18. Tireoide	3	1,22
19. Úlcera	2	0,80
20. Hérnia	2	0,80
21. Reumatismo	2	0,80
22. Problemas circulatórios	1	0,40
23. Trombose	1	0,40
24. Hanseníase	1	0,40
25. Próstata	1	0,40
26. Artrose	1	0,40
Total	244	100

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

Em 2009 foi aprovada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), focando como alvo homens jovens e adultos, na faixa etária de 20 a 59 anos, instituída através da portaria nº 1.944, de 27 de agosto de 2009, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a referida portaria, a PNAISH⁸ visa promover a melhoria das condições de saúde

⁸Os objetivos específicos da política se voltam para uma série de compromissos em âmbito nacional que resultem na atenção integral à saúde do homem, envolvendo a implantação e o estímulo de redes com linhas de cuidado, na perspectiva da integralidade. O fortalecimento da atenção básica, a formação e qualificação de profissionais, o estímulo e a implantação da assistência em saúde sexual e reprodutiva, a garantia do acesso aos serviços especializados de atenção secundária e terciária para os casos identificados como mercedores destes cuidados, a promoção da atenção integral a populações indígenas, negras, quilombolas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, trabalhadores rurais, homens com deficiência, em situação de risco, em situação carcerária, entre outros. Visa ainda à ampliação do acesso à informação

da população masculina brasileira, para a redução da morbimortalidade⁹ através do enfrentamento dos fatores de risco e mediante a facilitação ao acesso, às ações e aos serviços de assistência integral à saúde.

[...] os tempos mudaram e o sistema de saúde deu-se conta de que o modelo básico de atenção aos quatro grupos populacionais – crianças, adolescentes, mulheres e idosos – não é suficiente para tornar o país mais saudável, principalmente por deixar de fora nada menos que 27% da população: os homens de 20 a 59 anos de idade, que no Brasil são, [...] nada menos que 52 milhões de indivíduos, na prática são pouco visibilizados nas estratégias públicas de atenção à saúde. Não há como esquecer, ainda, que do total de 38 milhões de trabalhadores brasileiros no setor formal da economia, 22,5 milhões são do sexo masculino. (BRASIL, 2009, p. 7-8).

O documento da PNAISH ressalta ainda que a eleição do homem como público prioritário de uma política não significa a redução dos cuidados aos demais grupos populacionais, mas fomentar um processo de educação em saúde, uma vez que “[...] as diferenças nos padrões de comportamento de risco/proteção, de adoecer e de morrer atestam essa fragilidade e sustentam a necessidade de planejamento e desenvolvimento de estratégias” (BRASIL, 2012, p. 90). “As ações governamentais privilegiando a saúde dos homens ocorreram tardiamente, tendo em vista que desde a década de 90 vários estudos já sinalizavam para os padrões diferenciados de adoecimento e mortalidade de mulheres e homens” (KNAUTH; COUTO; FIGUEIREDO, 2012).

Importante problematizarmos essa questão, entendendo como se dá o adoecimento da classe trabalhadora em uma sociedade na qual os grandes detentores do capital a submetem a condições de vida cada vez mais desumanizadas. Não por acaso, as principais doenças identificadas foram: hipertensão, deficiência física, alcoolismo/dependência química, doenças relacionadas à saúde mental e diabetes. “As mudanças na esfera produtiva intensificaram a exploração da força de trabalho e o desgaste da saúde do trabalhador. Poucos esforços foram feitos no sentido de minimizar as condições de sofrimento no trabalho” (LARA, 2011, p. 79).

como ações preventivas contra os agravos e enfermidades que os atingem e o estímulo ao autocuidado.

⁹ Para o Ministério da Saúde, refere-se ao impacto das doenças e das mortes que ocorrem em uma sociedade.

O investimento em novas tecnologias visando ao aumento da produtividade e da acumulação só aumentou, diferindo do âmbito das políticas públicas, as quais no Brasil, desde a década de 90 comandadas pela ofensiva neoliberal, restringiram cada vez mais o campo da seguridade social, dificultando o acesso de muitos “trabalhadores adoecidos e acidentados, ou mesmo para ter o simples reconhecimento de suas condições de adoecimento como doença ocupacional. Em muitos casos, a situação de acidentado ou adoecido pode levar ao desemprego” (LARA, 2011, p. 79) ou à impossibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Não basta uma normativa acerca da saúde do homem num contexto em que a saúde em geral da população está sendo negligenciada. Os governos estabeleceram tetos de gastos para essa área desconsiderando as necessidades da classe trabalhadora. Prevalece o direcionamento dos recursos do fundo público para o capital, precarizando o SUS e incentivando a ampliação dos planos de saúde tidos como “populares”.

Em face dessa realidade que nos franqueou o perfil dos homens na assistência social, enxergamos o retrato claro de quem vivencia de forma aguda os impactos da barbárie da vida social: são homens que em sua maioria ainda não alcançaram a velhice, tampouco alcançaram um patamar mínimo de dignidade, não possuem moradia própria, possuem baixa escolaridade, vivem em espaços segregados, vulneráveis, e não gozam de boa saúde. Perguntamo-nos então: para estes homens, onde estão os privilégios?

CAPÍTULO 2 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL VERSUS TRABALHO: uma análise em tempos neoliberais

Qual o custo da produção de um trabalhador assalariado? Nada mais nada menos do que custa à sociedade a reprodução da sua força de trabalho. E como para isso basta que a pessoa seja mantida viva e com um mínimo de saúde, a maior parte das necessidades autenticamente humanas dos trabalhadores não será sequer reconhecida, quanto mais levada em consideração pelo capital. (LESSA, TONET, 2008, p. 99).

Assistência social e trabalho sempre foram compreendidos como campos opostos. Como se afirmássemos que quando há trabalho não pode haver assistência social e quando há assistência social é porque obviamente não há trabalho.

Essa visão estreita e com viés meritocrático desconsidera as formas como o trabalho se concretiza na vida da classe trabalhadora no sistema capitalista e supõe que ter trabalho é sinônimo de atendimento das necessidades básicas.

Não por acaso, há uma profunda dificuldade do entendimento do campo da assistência social como direito, mesmo esta integrando a seguridade social brasileira, com um importante arcabouço legal construído nos últimos anos.

Torna-se campo então de indignidade, de não direito, porém agravada para alguns perfis de seu público. Para a mulher-mãe pobre, com titularidade de algum programa social, é aceitável usufruir da assistência social, até porque a associação ao “sexo frágil”, como supõe o imaginário da sociedade patriarcal, não cabe a função de provedora. Entretanto, quando essa mesma situação ocorre com um homem, as relações são estabelecidas de forma diversa. Ficam assim bem definidos os lugares de cada sujeito.

Buscamos neste capítulo descortinar esses supostos que contribuem para o distanciamento e o entendimento da assistência social como direito, que balizam ações profissionais e estipulam prazos para o usuário superar sua condição de pobreza, como se fosse ele o culpado por sua miserabilidade. Ou ainda, o fazem provar sua indignidade, para então verificar se é possível conceder-lhe “o passaporte para algum benefício, desconsiderando a desregulamentação das relações de trabalho” (SCHONS 2015, p.17).

Prossegue a autora:

Assim, favorece a flexibilidade nos contratos (tempo parcial, precarizados), a dispensa dos trabalhadores, a alta rotatividade, o descompromisso no treinamento e a qualificação dos trabalhadores, bem como os baixos salários, aumentando consideravelmente a taxa de desemprego. A resultante é uma sociedade extremamente desigual. (SCHONS 2015, p.17).

PEREIRA (2016) chama atenção para a crise estrutural do sistema capitalista, explicitada “nos anos 1970, em que ganhou hegemonia um novo modelo socioeconômico, o neoliberal, que conseguiu fazer valer a sua lógica e argumentos em escala mundial, ainda que não de maneira uniforme nem sem resistências” (PEREIRA, 2016, p. 27).

Nitidamente, esse modelo representou uma ruptura com o pacto keynesiano e, conseqüentemente, com a relação entre capital e trabalho gerida por esse pacto. Mas em compensação, desde os anos 1980 impôs novas relações entre esses fatores de produção, com vistas a aumentar a taxa de lucro do capital, por meio de uma redistribuição de riqueza favorável a este, e não a proteção social. Nessa relação, o Estado perdeu o protagonismo da regulação social, dando vez ao mercado, sem haver os descartes das iniciativas privadas não mercantis. (PEREIRA, 2016, p. 28).

Nesse panorama, o Estado¹⁰ passa a caminhar cada vez mais em direção aos interesses do mercado, garantindo o avanço do capitalismo em campos que até a Segunda Guerra Mundial não eram explorados. As políticas sociais passaram a ser mercadoria num cenário extremamente contraditório, no qual há muita riqueza e também muita miséria.

Disso resultou um cenário que impôs regressão à proteção social como direito, regressão esta que se tornava maior quanto mais a ofensiva neoliberal adotava propostas que transferiam para os pobres, os desempregados, os jovens, as mães solteiras e todos os segmentos sociais que requeriam proteção do Estado a responsabilidade pela sua autossustentação. Ironicamente, uma das principais medidas adotadas foi “ativar” os chamados “dependentes da proteção social” para o trabalho. Vale dizer, os programas neoliberais de proteção social que, desde os anos 1990, ocupam lugar prioritário nos discursos e nas agendas políticas dos governos são aqueles que, agora, obrigam os beneficiários a trabalhar (ou a se submeterem a treinamentos para tal) em troca de assistência. Só que o mercado disponível para esse tipo de força de trabalho é

¹⁰ O Estado, na visão de Marx, existe como uma forma de legitimar a classe burguesa como hegemônica. Existe para garantir os privilégios da classe burguesa e se apresenta como uma manifestação ontológica das contradições fundamentais das classes.

geralmente precário, flexível, desprotegido e de baixa remuneração. (PEREIRA, 2016, p. 30-31).

É nesse contexto de dissolução de direitos que a classe trabalhadora passa a demandar mais ainda a atenção de políticas sociais, como as da área da assistência social. No entanto, a oferta também passa a ser precária, sem condições de alcançar mesmo o público dos critérios estreitos, pois essa política também sofre um processo de sucateamento no âmbito dos serviços, com a redução de investimentos do fundo público. “A eliminação ou redução dos direitos dos trabalhadores tem uma implicação imediata: a ampliação da exclusão social, entendida como falta de acesso às garantias mínimas de saúde, educação e velhice digna” (SCHONS 2015, p.17).

2.1 A classe trabalhadora e o mercado de trabalho para homens e mulheres: uma discussão sobre a divisão sexual do trabalho

Os assuntos que envolvem este item demandam uma discussão, *a priori*, acerca da categoria trabalho na perspectiva materialista de Karl Marx, a qual consubstancia esses escritos.

A categoria fundante do ser social é o trabalho; este se configura como uma relação do homem com a natureza, transformando-a. Esse intercâmbio intencional com a natureza através do trabalho o difere dos outros animais, porquanto mediante sua capacidade teleológica idealiza o que vai produzir, modificando a natureza, originando algo novo e atendendo a suas necessidades (MARX, 2006).

O trabalho passa a ser então uma condição de existência do homem, entendido, na visão de Marx, como uma lei eterna da humanidade, já que perpassa todas as formas de sociedade. No entanto, na sociabilidade do capital o trabalho não se configura como uma forma de realização humana, senão como uma forma de sobrevivência do indivíduo. A força de trabalho se exterioriza na forma de mercadoria, que o capitalista compra para produzir outra mercadoria. O trabalho torna-se uma mercadoria a partir do momento que o trabalhador o vende como única fonte de sua sobrevivência, reduzindo-se, portanto, a valores mercantis (MARX, 2006).

No modo de produção capitalista é o trabalho abstrato que se estabelece. O que ocorre é a descaracterização da mercadoria como fruto do trabalho humano; reconhece-se apenas o que foi produzido em detrimento de quem produziu, resultando o valor da mercadoria em si mesma. As diferentes formas concretas do trabalho desaparecem ao desaparecerem os caracteres úteis dos produtos dos trabalhos neles representados. O trabalho reduz-se a trabalho humano abstrato; não há consideração da forma como foi despendida a força de trabalho humana (MARX, 2006).

Para Rubin (1987), respaldado pela teoria marxista, o trabalho abstrato não é somente trabalho socialmente igualado, mas está intrinsecamente relacionado às características da economia mercantil.

O trabalho abstrato está vinculado a uma “forma social” definida e expressa determinadas relações entre os homens no processo de produção. Trabalho concreto é a definição de trabalho em termos de suas *propriedades técnico-materiais*. O trabalho abstrato compreende a definição de *formas sociais* de organização do trabalho humano. Esta não é uma definição genérica e específica de trabalho, mas a análise do trabalho a partir de dois pontos de vista: técnico-material e social. O conceito de trabalho abstrato expressa as características da organização social do trabalho numa sociedade mercantil capitalista. (RUBIN, 1987, p. 156).

O trabalho abstrato não produz a riqueza da humanidade, apenas a riqueza da burguesia. Netto (2015) afirma que não há identidade entre capital e humanidade, ao contrário, a relação é de alienação total.

O trabalho abstrato é precisamente isso: o processo social pelo qual o capital, em sua autovalorização, desconsidera as diferenças ontológicas entre as diferentes práxis sociais reduzindo-as, todas, às suas diferentes capacidades de produzir mais-valia (LESSA, 2009, p.5).

O atual estágio do sistema capitalista trouxe transformações que resultaram em grandes prejuízos para a classe que vive do trabalho. Viver sob fortes condições de exploração sempre foi uma marca típica da produção capitalista, porém o cenário revela que nem sequer o acesso ao trabalho precário tem sido garantido para grande parcela da classe trabalhadora. Essa é uma realidade mundial, tendo em vista que até os países tidos como “desenvolvidos” foram afetados. “A retração dos trabalhadores da indústria

afetou muitos países de capitalismo central. Muitos postos de trabalho foram eliminados em consequência da automação” (ANTUNES, 2015, p. 66).

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. (Marx, 2006, p. 209).

Em meados da década de 1970, em decorrência da crise estrutural do capital, o mundo do trabalho vivenciou uma situação muito crítica, constituída de muitas mutações que trouxeram graves consequências. Afetou a classe trabalhadora, a sua forma de ser, devido aos impactos na economia de países de capitalismo central, haja vista a mundialização do capital, resultando em uma reestruturação que impactou fortemente o mundo do trabalho. Esses fatos desmontam as inúmeras justificativas de que o desemprego nos países da periferia é simplesmente o resultado do atraso e do subdesenvolvimento, pois os países capitalistas centrais também começam a sofrer com o aumento do desemprego crônico.

Os esforços para a redução global do tempo de trabalho necessário a um valor mínimo apresentam-se como uma tendência destruidora da humanidade, que transforma a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua. Afetam ainda o poder de compra, e conseqüentemente os lucros, interferindo claramente na estabilidade social e política nos países centrais e aumentando a barbárie, já instalada na periferia do sistema (MÉSZÁROS, 2002).

Essa realidade atinge homens e mulheres de todas as idades, em diferentes graus, esfacelando as relações humanas, tornando a vida cada vez mais desumanizada e impossibilitando o rompimento do ciclo de pobreza que perpassa as gerações da classe trabalhadora. Não se trata simplesmente de “um momento de crise”, de “algo passageiro”, como muitos defendem. Estamos falando do desemprego estrutural. “O trabalho vivo sendo substituído pelo

trabalho morto [...] gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural” (ANTUNES, 2015, p. 66). Essas mudanças no mundo do trabalho, especialmente na década de 1980, em países de capitalismo avançado resultaram em transformações

[...] nas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES, 2015, p. 33).

A classe trabalhadora deve ser entendida como aquela que vende sua força de trabalho em troca de salário. Nessa perspectiva, a visão ampliada de Antunes (2015) de classe trabalhadora escapa à limitação apenas do proletariado industrial e dos assalariados do setor de serviços. São também parte da classe trabalhadora os trabalhadores rurais.

Essa noção ampliada inclui, portanto, o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, o novo proletariado do MC Donald's, os trabalhadores terceirizados e precarizados, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal” que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural. (ANTUNES, 2015, p. 140).

Para o autor, compreender a atual classe trabalhadora permite identificar também o expressivo processo de feminização do trabalho, o qual abrange “mais de 40% ou 50% da força de trabalho em diversos países, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado” (ANTUNES, 2015, p. 140).

Houve redução da classe operária industrial tradicional e alterações no tipo de trabalho, as quais permitiram a expansão do assalariamento, porém no setor de serviços resultou em “heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário” (ANTUNES, 2015, p.61).

Foi no contexto do capitalismo avançado, com grandes transformações “nas condições de trabalho no que tange ao aumento da tecnologia e na forma

de produção, em que [...] o toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante” (ANTUNES, 2015,p. 34), que as mulheres aumentaram a sua ocupação no mercado de trabalho, em condições de precarização da força de trabalho, através da ampliação do trabalho parcial, subcontratado e terceirizado, enquanto os jovens e mais velhos ficaram cada vez mais excluídos.“A classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais” (ANTUNES, 1995).

A emancipação feminina (no sentido político) pode ser entendida como parcial, uma vez que houve a ampliação do espaço para a mulher no mercado de trabalho, porém num contexto de intensa exploração, que permitiu ao capital ampliar o acúmulo do lucro e alargar, no mundo do trabalho, ainda mais as desigualdades sociais entre os sexos.

Os impactos de toda essa perversidade do sistema capitalista atingem de forma diferenciada homens e mulheres. O trabalho feminino tem sido utilizado para a potencialização dos lucros, pois são as mulheres as mais exploradas, as com menos direitos, porém com mais sobrecargas.

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre o indivíduo e sua classe quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero, tornando-se ainda mais aguda na era contemporânea. A classe que vive do trabalho é tanto feminina como masculina. É, portanto, também mais diversa e heterogênea e complexificada. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher. (ANTUNES, 2015, p. 66).

Apesar de muitas mulheres não estarem somente em campos considerados historicamente como femininos e ocuparem outros espaços no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho ainda persiste e insiste em determinar que os espaços filiados à área de cuidado e proteção devem ser ocupados por elas. São também os espaços mais precários e mais desvalorizados monetariamente.

Embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de

trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 2).

A divisão sexual do trabalho é compreendida como a divisão de atribuições determinadas para mulheres e homens, decorrentes das relações sociais de sexo. Historicamente, aos homens competiam as atividades produtivas e políticas, e às mulheres as atividades reprodutivas ligadas ao ambiente doméstico e aos cuidados.

Portanto,

A divisão sexual do trabalho é base material e relação concreta para o entendimento das desigualdades. Isso é um ponto de vista materialista para o entendimento de que não são as ideias que determinam as desigualdades, elas reproduzem dentro do campo da ideologia, da cultura, dos valores; as ideias contribuem para a educação sexista, mas há uma base material que determina a condição dessas desigualdades. O debate das desigualdades entre homens e mulheres é permeado de forma indissociável do entendimento do trabalho, de como ele é explorado e diferentemente explorado e, portanto, ele sofre uma divisão não apenas sociotécnica, mas há uma divisão sexual e racial do trabalho. Trata-se de entender que a classe tem sexo e raça. (CISNE, 2017, p. 48).

Quando nos debruçamos para analisar a realidade brasileira, em um cenário de 13 milhões de desempregados, os dados empíricos apontam que houve redução de espaço no mercado de trabalho para o homem e, concomitantemente, houve uma “melhora” para as mulheres. “São 3 milhões de postos de trabalho a partir de março de 2017, dois terços na informalidade, em que mulheres e negros têm maior representação em razão da baixa escolaridade” (IBGE, 2017). Os dados apontam ainda que a população ocupada masculina retroagiu em maior proporção que a feminina. Isso significa que a ocupação entre os homens vem apresentando um comportamento bem pior quando comparada à das mulheres (IBGE, 2017).

[...] os dados empíricos do desemprego e da pobreza estrutural mostram os homens das classes subalternas acham-se cada vez mais impossibilitados de ser o “chefe provedor”, incidindo negativamente na subjetividade masculina, enquanto as mulheres se constituem mais e mais nas provedoras e “chefes de família”, porém representadas pela ideologia patriarcal como dependentes e os homens como provedores. Apesar de cidadãs pelo voto e chefes de família pela sua inserção no mercado de trabalho e em atividades geradoras de renda, em face da sua responsabilidade pela reprodução dos membros da família, para o Estado as mulheres são

sempre “esposas de alguém”, e muito raramente o Estado admite que o chefe de uma família é uma mulher. (ARRAZOLA, 2004, p. 92).

O objetivo de explicitar tais dados não deve ser confundido apenas como um mero comparativo acerca das condições de homens e mulheres no mercado de trabalho, mas na implicação de uma leitura da realidade que clarifica a redução do acesso ao trabalho com direitos assegurados, afetando todos os segmentos, inclusive os homens com idade e condições ativas para o trabalho. As mulheres seguem inseridas em condições precárias; historicamente, o aumento do espaço para elas neste momento assinala a gravidade da crise estrutural do sistema capitalista. Mesmo ante tais mudanças, os estereótipos de gênero vêm prevalecendo. “O trabalho como prática social simboliza e concretiza a separação das funções masculinas e femininas; o trabalho desempenhado pelos homens goza de maior valor e prestígio social do que o trabalho feito pelas mulheres” (CARLOTO; GOMES, 2016, p. 179).

A divisão sexual do trabalho regida pelo capital no espaço da fábrica resulta em particularidades no que se refere ao tipo de atividade desenvolvida pelos homens e no tipo de atividades desenvolvidas pelas mulheres. Eles estão majoritariamente nas atividades que fazem uso de um maquinário mais avançado, isto é, nas atividades de concepção, enquanto elas são lançadas às atividades de áreas rotinizadas, com maior grau de intensidade de trabalho, porém com menor grau de qualificação. Essas atividades são destinadas não apenas às mulheres trabalhadoras, mas também, com muita frequência, aos trabalhadores/trabalhadoras imigrantes e negros/negras (ANTUNES, 2015).

Além da inserção no mercado de trabalho como integrantes do que Antunes (2015) nominou de subproletariado, as mulheres acumulam funções no ambiente doméstico ou vinculadas a este que contribuem objetivamente com a reprodução social, porém se configuram como trabalho invisibilizado. Quando saem do mundo público, diferentemente do que ocorrem com os homens, as construções sociais acerca do que deve ser responsabilidade do sexo feminino fazem com que elas tenham de carregar seus filhos, “uma vez que a injusta divisão sexual do trabalho e as ideologias que perpassam a cultura patriarcal designam às mulheres a responsabilidade quase absoluta de cuidado dos seus filhos” (PEIXOTO, 2004, p. 24-25).

[...] através da duplicidade do ato laborativo, a mulher trabalhadora é duplamente explorada pelo capital, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo. Além de atuar crescentemente no espaço público, fabril e de serviços, ela realiza centralmente as tarefas próprias do trabalho doméstico, garantindo a esfera da reprodução societal, esfera do trabalho não diretamente mercantil, mas indispensável para a reprodução do sistema de metabolismo social do capital. (ANTUNES, 2015, p. 141).

Mello (2017) esclarece que o trabalho não remunerado e outras atividades não monetárias são parte da economia e contribuem na construção dos bens coletivos. Portanto, é essencial que seja incorporado o trabalho das mulheres no campo da economia, do trabalho e em outros conceitos mais.

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 3).

O que ocorre então é uma capacidade cada vez maior do capital de se apropriar intensamente de características tidas como femininas e incorporá-las no trabalho feminino, tais como a polivalência e a multiatividade. “Apropria-se ainda da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico” (ANTUNES, 2005, p. 57).

Enquanto os homens, pelas condições histórico-sociais vigentes, que são também uma construção social sexuada, mostram mais dificuldades em se apropriar das novas dimensões polivalentes (em verdade, conformando níveis mais profundos de exploração), o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres. (ANTUNES, 2005, p. 57).

Mesmo mediante essa intensa exploração de que o capital se utiliza, de forma diferenciada, no que tange ao trabalho de homens e mulheres, cada vez mais a classe que vive do trabalho encontra menos trabalho o que leva à migração de contingentes de trabalhadores no interior de seus próprios países e para diversas partes do mundo, resultando no aumento da precarização do trabalho em escala global, dada a grande oferta de trabalhadores e a escassez

de postos de trabalho; “[...] o desemprego estrutural é sua manifestação mais virulenta” (ANTUNES, 2015, p. 124).

Assim,

[...] cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. (ANTUNES, 2015, p. 123).

Nessa órbita de grandes contradições, intrínsecas ao sistema capitalista, é que uma grande massa de trabalhadores se expõe a inúmeros constrangimentos para tentar garantir a reprodução social; todavia, até o trabalho precário outrora possível escapa a muitos, resultando num número alarmante de desempregados em quase todo o mundo.

No Brasil, o IBGE, através Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), em agosto de 2018, constatou que falta trabalho para 27,6 milhões de brasileiros. Esses dados versam acerca do grupo de trabalhadores subutilizados e os subocupados, os desalentados e os que poderiam estar ocupados, mas não trabalham por diversos motivos (IBGE, 2018). O quantitativo de pessoas desalentadas¹¹ foi identificado como equivalente a 4,8 milhões de pessoas; já a categoria dos subocupados¹² foi de 6,5 milhões, e dos desempregados¹³, 13 milhões.

Ao tempo que aumenta a massa de trabalhadores tendo negado o acesso ao trabalho, concentra-se cada vez mais o poder econômico e político numa pequena parcela da população: “10% da população com os maiores rendimentos detinham 43,3% da massa de rendimentos do país, enquanto na outra ponta, os 10% com os menores salários contavam apenas com 0,7% da massa” (IBGE, 2017).

¹¹ Pessoas que desistiram de procurar emprego e outras que podem trabalhar, mas que não têm disponibilidade por algum motivo, como mulheres que deixam o emprego para cuidar os filhos (IBGE, 2018).

¹² Pessoas que trabalham menos de 40 horas por semana, mas gostariam de trabalhar mais (no 1º trimestre, eram 6,2 milhões) (IBGE, 2018).

¹³ Pessoas que não trabalham, mas procuraram empregos nos últimos 30 dias (no 1º trimestre, eram 13,7 milhões) (IBGE, 2018).

É essa a realidade objetiva da classe trabalhadora brasileira, imersa na miserabilidade, desistindo e/ou não tendo meios de buscar um trabalho e lutar pela sua sobrevivência num país no qual a desigualdade social se agiganta cotidianamente e aumenta o quantitativo de homens e mulheres e suas famílias que demandam cada vez mais atenção de políticas como as de assistência social.

A inevitável evidência de impossibilidade de estabelecimento de pleno emprego no capitalismo coloca a assistência social como âncora na extremidade da fronteira entre trabalho e não trabalho e se associa à tendência geral das políticas sociais de “ativar” os trabalhadores (e às vezes mesmo as pessoas com certas incapacidades/deficiências) a perseguir o caminho da busca de um trabalho cujo horizonte parece cada vez mais inacessível. (BOSCHETTI, 2016, p. 166).

Cabe-nos, então, refletir como essa política está organizada no país no contexto do neoliberalismo e qual tipo de proteção que pode ser ofertada no campo das políticas sociais, alcançando a lógica mercadológica na totalidade da vida social. São essas as questões que abordaremos no item a seguir.

2.2 A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social: apontamentos críticos

Finalmente, e como consequência das características e elementos componentes deste processo decisório, encontramos que a ação do Estado capitalista vai resultar num conjunto de medidas pontuais, conflitivas e compensatórias, aprofundando a crise de legitimação. (FLEURY, 1994, p. 23).

A política de assistência social, no Brasil, passou por inúmeras transformações desde o seu surgimento, impactando de diversas formas o cotidiano das famílias ao longo dos anos. Para uma maior compreensão acerca de como essa política vem se desenhando na vida dos sujeitos-alvo da pesquisa, partimos de um resgate histórico do seu surgimento e das transformações que resultaram na Assistência Social que temos hoje, em contexto neoliberal.

Behring e Boschetti (2007) ressaltam que a política social nasce da ligação de movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, do desenvolvimento da intervenção estatal e da luta de classes.

Sua generalização acontece na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista¹⁴, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. “As políticas sociais e as formas de proteção social são respostas e formas de enfrentar as expressões da questão social, cujo fundamento se encontra nas relações do capital sobre o trabalho” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.64).

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. (NETTO, 2009, p. 30).

O surgimento de tais políticas não se configurou como um processo uniforme no mundo, ao contrário, deu-se de forma diferenciada entre os países, a depender dos movimentos de organização e da pressão da classe trabalhadora. No final do século XIX, o Estado passou a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada e de caráter obrigatório.

A emergência das políticas sociais é marcada por alguns elementos, tal como a introdução sob a lógica de seguro social em 1883 na Alemanha. Reconheceu-se que a incapacidade de trabalhar estava ligada a contingências (idade avançada, doença e desemprego), situações em que as pessoas deveriam ser protegidas.

Política social refere-se ao processo de desenvolvimento e implementação de medidas geridas pelo Estado e demandas pela sociedade como direitos devidos para suprir necessidades sociais e promover o bem-estar dos cidadãos – seja prevenindo contingências associadas ao trabalho e a inseguranças sociais, seja combatendo-as quando instaladas. Sua razão de ser tem a ver com a existência de desigualdades produzidas estruturalmente por um sistema social dividido em classes e reproduzido historicamente por meio de relações de poder constantemente renovadas. (PEREIRA, 2016, p. 79).

¹⁴Também conhecida como capitalismo financeiro, esta fase do capitalismo se deu após a crise de 1929. Neste período começam a surgir rapidamente várias empresas, motivadas pelo processo de concentração e centralização de capitais: indústrias, bancos, corretoras de valores, casas comerciais etc. A acirrada concorrência favoreceu as grandes empresas, levando a fusões e incorporações que resultaram, a partir de fins do século XIX, na monopolização ou na oligopolização de muitos setores da economia.

A política social passa a ampliar a ideia de cidadania¹⁵. Os Estados europeus incorporam a preocupação de atender às necessidades sociais, e os seguros sociais passam a ser reconhecidos legalmente, verificando-se um forte investimento público.

Ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX, os argumentos liberais¹⁶ em favor de um Estado Mínimo, acreditando que o capitalismo industrial traria prosperidade e liberdade para todos, se enfraqueceram, principalmente pelo crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos e sociais. O avanço da industrialização foi acompanhado do aumento das desigualdades sociais, explicitando as diferenças entre uma classe trabalhadora cada vez mais desfavorecida com baixos salários, condições de vida e de trabalho degradantes, e a classe burguesa.

Como já explicitamos, “o surgimento da política social no Brasil não acompanha o mesmo tempo histórico dos outros países de capitalismo central [...]” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.78). A criação dos direitos sociais foi resultado de luta de classes: por um lado, os trabalhadores reivindicavam seus direitos trabalhistas, e por outro, a classe dominante buscava afirmar-se no poder. A questão social¹⁷ só foi considerada como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação do trabalho.

No Brasil, o trabalho esteve atravessado pelas marcas da escravidão, informalidade e falta de compromisso da classe dominante em defesa dos direitos de cidadania. Havia um cenário complexo de lutas em defesa dos direitos, com características que persistem nos dias atuais.

Até 1930 as medidas de proteção social no país foram frágeis. A partir

¹⁵Tonet (2012), embasado na perspectiva marxista, explicita que ser cidadão é ser apenas formalmente livre, igual e proprietário. Por mais direitos que o cidadão tenha e por mais que esses direitos sejam aperfeiçoados, a desigualdade jamais será eliminada. Há uma barreira intransponível no interior na ordem social capitalista.

¹⁶ Em sua forma ortodoxa, o liberalismo se caracteriza pela pregação da máxima liberdade individual, quando maximizar a felicidade comum depende da busca livre da felicidade de cada indivíduo, devendo a ação do Estado limitar-se à defesa e à garantia dos direitos do indivíduo, deixando liberdade ao mercado e a vigência dos contratos entre as partes. (SHONS, 2015, p. 86).

¹⁷ A questão social no Brasil foi considerada como caso de polícia durante toda a Primeira República.

de 1888, um ano antes da proclamação da República no Brasil (1889), e nos anos seguintes, até 1927, surgiram as primeiras legislações sociais, a exemplo da criação de uma caixa de socorro para a burocracia pública; a conquista de direito a pensão e férias para funcionários da Imprensa Oficial, do Ministério da Fazenda e ferroviários; a criação da primeira legislação de assistência social e infância no Brasil, regulamentando o trabalho infantil (na prática, não se concretizou); direito a pensão para funcionários da Marinha; criação do primeiro sindicato na agricultura e indústrias rurais; redução da jornada de trabalho para 12 horas diárias; regulamentação do acidente de trabalho com ênfase na responsabilidade individual; aprovação da Lei Eloy Chaves, que criou caixas de aposentadoria e pensão para ferroviários e marítimos (na época, 70% da economia do Brasil estavam voltados para a exportação de café, e os direitos trabalhistas destinavam-se àqueles que estavam envolvidos neste processo); criação do Instituto de Aposentadorias e Pensão (IAPs) – o do funcionário público foi o primeiro a ser fundado; e a aprovação do Código de Menores, com um conteúdo punitivo (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

A crise de 1929¹⁸ trouxe grande instabilidade política para o país. O período entre a revolução de 1930¹⁹ e 1943 caracterizou-se como o início da política social no Brasil, com a criação do Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação e da Saúde Pública em 1930, a criação da Carteira de Trabalho em 1952, garantindo direitos a todos aqueles que tinham registro em carteira, característica tão forte do Estado Social brasileiro: caráter corporativo e fragmentado dos direitos, longe da ótica da universalidade.

Em relação à assistência social, que especialmente merece destaque por ser aquela estudada nesta pesquisa, é difícil estabelecer com precisão o início e o âmbito específico dessa política, devido ao caráter fragmentado, desorganizado e indefinido de suas configurações. Porém, é possível afirmar

¹⁸Configurou-se como uma grande crise econômica que persistiu até a Segunda Guerra Mundial, sendo considerado o pior e mais longo período de recessão econômica do século XX. Trouxe consequências, tais como: elevadas taxas de desemprego e a diminuição da produção industrial de diversos países. No Brasil, a crise atingiu o setor cafeeiro, contribuindo para que os cafeicultores passassem a investir no setor industrial.

¹⁹ Foi um movimento de revolta armado ocorrido no Brasil em 1930, que tirou do poder, através de um golpe de Estado, o presidente Washington Luiz. Com o apoio de chefes militares, Getúlio Vargas chegou à presidência da República (BORIS, 1997).

que essa política vai se conformando a partir da criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, com o objetivo de atender as famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra Mundial, coordenada pela primeira-dama, Sra. Darcy Vargas, caracterizando a relação do Estado com a sociedade pela tutela, favor e ajuda (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Em 1943 foi criada a Consolidação das Leis Trabalhistas, e em 1946 foi promulgada uma das constituições mais democráticas do país. No período de 1946 a 1964 havia uma forte disputa de vários projetos políticos e de luta de classes. A burguesia estava dividida. “O Brasil estava mais urbanizado e industrializado, e o movimento popular, mais maduro. Cresceu a organização das ligas camponesas, devido à falta de reforma agrária, e dos universitários pela ampliação do ensino superior” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.108). Essa instabilidade dificultou o desenvolvimento da política social no país, que se deu de forma lenta e seletiva.

Em 1964 o golpe militar, que durou vinte anos, trouxe graves consequências para a política social. Nesse período, o Estado buscou adesão e legitimidade por meio da expansão e modernização de políticas sociais²⁰. Houve um impulso para o financiamento da política nacional de habitação, mediante mecanismos de poupança forçada dos trabalhadores, como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Programa Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Ao mesmo tempo, houve incentivos para a criação de políticas públicas: a ditadura abriu espaços para saúde, educação e previdência privada, dividindo o acesso entre aqueles que poderiam pagar e os que não poderiam, sendo esta uma das principais heranças do regime militar.

No entanto, o projeto de crescimento do governo militar, conhecido como “milagre econômico”, já estava se esgotando; a economia sentia os impactos do aumento da dívida externa e das altas taxas de juros, adotando

²⁰ Em 1971 a previdência social foi unificada no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e ampliada para os trabalhadores rurais, com um caráter mais redistributivo, pois não se baseava na contribuição e sim em taxas de produtos. Em 1974 criou-se a Renda Mensal Vitalícia (RMV) de meio salário mínimo para os idosos pobres que tivessem contribuído pelo menos um ano para a previdência. Criou-se também o Ministério da Previdência e Assistência Social, incorporando LBA, Fundação de Bem-Estar Social para o Menor, Central de Medicamentos e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev). (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

como medidas para enfrentá-la o arrocho salarial e a redução dos gastos públicos.

A insatisfação da população e a dificuldade em superar a crise econômica geraram muitos efeitos, como desemprego, crise dos serviços sociais públicos, favorecimento da exportação em detrimento das necessidades internas, fazendo diminuir o índice de crescimento do país. “Com isso, o governo militar foi perdendo legitimidade e foi forçado a entrar em um processo de transição para a democracia, que ocorreu de forma lenta e gradual” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.139).

A retomada do Estado democrático de direito foi tarefa designada a uma Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1º de fevereiro de 1987. Os trabalhos estenderam-se por 18 meses, com intensa participação popular, e em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição brasileira, a “Constituição Cidadã”, a qual vigora até os dias atuais.

Foi somente com a CF/88 que houve a ampliação do suporte para a formulação das políticas públicas, reconhecendo em seu texto um sistema de seguridade social que abarcava a assistência social, a saúde e a previdência social. Esse arcabouço legal consubstanciou a regulamentação da assistência social em 1993 através da aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993). A assistência social, no campo formal, passou a ser política de responsabilidade do Estado.

A assistência social foi a última área da seguridade social a ser regulada. A saúde teve sua lei orgânica aprovada em 1990 (Lei nº 8.080), a previdência social teve a lei que instituiu os Planos de Custeio e Benefícios aprovada em junho de 1991 (Leis nº 8.212 e nº 8.213), e a assistência social só foi regulada em 1993. (COUTO, 2004, p. 171).

Essa regulamentação do disposto nos artigos 203 e 204 da CF/88, que versam sobre os princípios, diretrizes, organização e gestão, prestações e financiamento da assistência social, foi resultado de lutas, com o apoio dos movimentos sociais, de gestores municipais, estaduais e de organizações não governamentais, Governo Federal e congressistas. Assim configurada, abriu-se para a assistência social a possibilidade de se constituir como política pública de seguridade social. Este aparato jurídico, ao ser aprovado, apontava

para a superação do seu *status* de assistencialismo e para a sua afirmação como direito no cotidiano do seu público.

Assistencialismo, segundo Sposati (no prefácio do livro *Classes Subalternas e Assistência Social*, de autoria de Maria Carmelita Yazbek), é consequência da propagação do imaginário conservador, o qual compreende que o subsídio ofertado, ou seja, a assistência transferida (seja técnica, financeira, material ou das mais variadas formas), configura-se como uma relação que subalterniza aquele que tem a necessidade, como se este devesse um favor àquele que fez dada transferência, que geralmente é um agente técnico ou institucional.

A LOAS, seguida de tantas outras normativas, em especial a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), permitiu aos militantes e trabalhadores da área vislumbrar novas perspectivas. A PNAS representou o cumprimento das deliberações²¹ da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003, definindo um novo modelo de gestão e apresentando as diretrizes para a efetivação da assistência social como responsabilidade do Estado.

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) apresentou os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando à implementação e à consolidação do SUAS no país.

O SUAS passa a ser um modelo de proteção social brasileira no campo da assistência social, com a possibilidade de construção de oposição às velhas culturas e práticas clientelistas e assistencialistas, estabelecendo formas de organização da rede de serviços, programas, benefícios e projetos em âmbito nacional. Entretanto, “[...] a assistência social contemporânea, reconhecida legalmente como política social, guarda traços das primeiras medidas filantrópicas, o que ajuda a explicar a insistente permanência de confusão entre

²¹ A Conferência Nacional de Assistência Social realizada em 2003 apontou como principal deliberação a construção e a implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), requisito essencial da LOAS para dar efetividade à assistência social como política pública (PNAS, 2004).

assistencialismo, assistência social e benemerência” (BOSCHETTI, 2016, p. 83).

Yazbek (2008) salienta que apesar de a PNAS e do SUAS terem trazido uma nova arquitetura institucional e ético-política para a assistência social brasileira, o que permite, a partir das mediações que a tecem, efetivamente, concretizar na esfera pública direitos socioassistenciais, sua vinculação histórica com o trabalho filantrópico, voluntário e solidário faz com que essa política carregue uma pesada herança assistencialista, baseada na “matriz do favor”, do apadrinhamento e do mando, formas incorporadas na cultura política do país, sobretudo no que tange à relação com as classes subalternas.

Não por acaso, Schons (2015) ao analisar as concepções de diversos autores acerca da assistência social, mesmo após a construção de um arcabouço legal desde a CF/88, identificou as mais diversas terminologias que a caracterizam como um campo que ainda não alcançou o patamar sólido de direito na vida das pessoas; “um atendimento supletivo, área de indefinição e processante para outras políticas sociais, de indefinição para permanecer no mínimo, suplemento ou sucedâneo salarial, e, por fim, estratégia de ocultamento da realidade” (SCHONS, 2015, p. 33).

A efetivação das ações dessa política a partir das referências postas pela PNAS, a exemplo da Vigilância Socioassistencial, da Defesa Social e Institucional e a Proteção Social, torna-se um grande desafio, especialmente num campo que sempre foi marginalizado pelo Estado. Tal desafio se agiganta ainda mais quando olhamos para o cenário contraditório no qual a LOAS foi aprovada, reafirmando direitos num contexto de dissolução dos direitos. “[...] O desmonte da seguridade social se inicia com a conjuntura neoliberal já nos anos 90, com os governos Collor e FHC [...]” (TEIXEIRA, 2016, p. 23).

No neoliberalismo, as teorias que orientaram esse modelo econômico nos anos 1980 e 1990 tornaram-se dominantes a partir dos Estados Unidos, sendo determinantes para o seu desenvolvimento. Foi nesse país que se difundiu, no início dos anos 1980, a teoria econômica da oferta que, diferentemente do estímulo keynesiano ao gasto público e da demanda agregada por bens e serviços, para ativar a economia, estimulava a produção de condições mais favoráveis ao investimento. Entre essas condições merecem destaque: a primazia do mercado

como agente regulador (e não mais do Estado) e a redução dos impostos das camadas sociais economicamente mais abastadas. (PEREIRA, 2016, p. 29-30).

A conjuntura em que a PNAS foi aprovada, o primeiro mandato do governo Lula, caracterizou-se como um processo de neodesenvolvimentismo²², o qual possibilitou crescimento econômico e investimento em política social com menos instabilidade. Porém, ocultou conflitos de classe e a superexploração dos novos padrões de acumulação, construindo um consenso político, como se os antagonismos entre as classes sociais pudessem ser conciliados (TEIXEIRA, 2016).

Mesmo no “auge” do investimento em política social (2003-2010), as intervenções não possibilitaram a mobilidade social. Na sociabilidade do capital, as ações assistenciais não são movidas por um comprometimento com a eliminação da pobreza, porém com sua gestão, assumindo claramente o compromisso da manutenção das condições mais precárias de vida a que está exposta a classe trabalhadora, especialmente sua fração mais pauperizada.

Houve um investimento em políticas sociais compensatórias, com programas focalistas de eleições dos “mais miseráveis dos miseráveis”, como o tão conhecido e polêmico Programa Bolsa Família (PBF). Juntamente com tais programas há o estabelecimento de uma política voltada para a família (leia-se mulher). As mulheres representavam 93% das titulares do PBF em 2013 (BRASIL, 2013).

É nesse panorama, no âmbito do SUAS, que a proteção social da Assistência Social passa a ser materializada, organizada de forma hierarquizada: PSB e Proteção Social Especial (PSE) de Média e Alta Complexidade. As especificidades de cada nível de complexidade são definidas de acordo com as situações vivenciadas pelas famílias e indivíduos, as quais são caracterizadas como de risco e/ou vulnerabilidade social. O significado de tais categorias no contexto do neoliberalismo tem instigado

²²Nos últimos dez anos de Lula e Dilma, tivemos governos pós-neoliberais propriamente ditos que adotaram programas de crescimento da economia com aumento do gasto público e redistribuição de renda. É nesse sentido mais incisivo da programática política que eles podem ser considerados governos pós-neoliberais, distinguindo-se, por exemplo, dos governos neoliberais da década de 1990, como o de FHC. (ALVES, 2013).

discussões, debates e questionamentos às estudiosas da área, como Berenice Couto, Carmelita Yazbek e Raquel Raichelis.

Essas autoras defendem que as categorias risco e vulnerabilidade social devem ser problematizadas, desvinculando-se da ideia de descobrir ou equiparar as potencialidades dos sujeitos atendidos, uma vez que despertar potencialidades não se configura como uma forma de resolução da desigualdade social. Saliendam ainda, em suas análises, que tais terminologias são produto da desigualdade do sistema, portanto não são passíveis de ser enfrentadas a partir das políticas sociais, as quais são contraditórias e visam à manutenção do sistema capitalista. A superação da desigualdade exige transformações que extrapolam a exploração.

Esse olhar atento às categorias risco e vulnerabilidade social²³ é necessário para explicitarmos a perspectiva crítica adotada neste estudo. Adentramos com certo cuidado nas concepções que reforçam uma perspectiva contrária àquela que defendemos; concepções que responsabilizam os sujeitos, individualmente, na resolução de questões que não são individuais, mas riscos coletivos determinados pelo processo de produção e reprodução social da ordem vigente (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS et al., 2010).

Iamamoto (2010) também chama atenção para as inspirações neoliberais de lógica mercadológica, das quais não estão isentas as políticas sociais quando incorporam um conjunto de categorizações, tais como: risco, vulnerabilidade, empoderamento e exclusão. Para a autora, a incorporação dessas categorias sugere a responsabilização dos indivíduos e suas famílias no que tange aos riscos a que se acham expostos e, ainda, compreende o mercado como a via mais segura para superar as dificuldades impostas à classe trabalhadora.

Nesse cenário, a assistência social consiste numa política duplamente estruturada para não materializar direitos sociais na vida das famílias. No auge de suas concessões garante apenas o mínimo²⁴ e não permite a superação

²³ Ver dissertação de mestrado de Mirella Souza Alvarenga, *Risco e Vulnerabilidade: Razões e implicações para o uso na Política Nacional de Assistência Social* (2012).

²⁴ Mantém programas assistencialistas e compensatórios, focalistas, limitando-se a cobrir necessidades de sobrevivência, elegendo os mais miseráveis em detrimento de uma vida mais

das “pobrezas” que os sujeitos evidenciam no cotidiano. Um cotidiano cada vez mais dominado pela organização capitalista, penetrando em todos os espaços da vida social. O inteiro cotidiano dos indivíduos se torna administrado e não lhes permite nenhuma reserva de autonomia (NETTO, 2012).

A tentativa de homogeneizar a vida na sociedade capitalista aponta para a barbárie, despolitiza e empobrece a existência daqueles que vivem do seu trabalho. Reconhecer os limites e as possibilidades impostas pela luta diária recoloca a necessidade de realimentar o campo das políticas sociais, entre elas a assistência social, com potência para disputa. (COUTO, 2015, p. 5).

Especialmente em contexto de crise, no qual a política que historicamente atendia a “mulher-mãe-pobre”, o “inválido”, o doente, os “velhos”, os “deficientes”, também passa a receber os sujeitos do sexo masculino que não se enquadram em nenhum dos segmentos mencionados, mas que também não servem mais ao capital (mesmo com condições de vender a sua força de trabalho) nem encontram respostas às suas demandas na assistência social. “As oscilações inerentes ao desenvolvimento capitalista, uma nova mudança de rumos e de expectativas entrou em cena, dessa vez em detrimento dos avanços no campo da proteção social, especialmente no que diz respeito aos direitos conquistados” (PEREIRA, C. 2016, p. 27).

Esses homens estão nas periferias, nos centros e nas áreas rurais onde as unidades dos CRAS se acham instaladas, compondo as mais diversas configurações familiares. No entanto, não são visualizados como alvo das ações da assistência social, pois as atuações conservadoras e as determinações da política indicam a mulher como a titular não apenas dos programas (no sentido de promovê-las), mas também de todas as responsabilidades que envolvem o mundo doméstico, mesmo quando esta também ocupa o mundo da produção. No que tange aos homens, o ideário conservador compreende que estes estão ou deveriam estar trabalhando, em detrimento da “dependência” de benefícios assistenciais.

digna que priorize a ampla gama de ações públicas e sociais necessárias para garantir efetivamente os direitos da classe trabalhadora.

O preconceito em relação à “dependência” que o benefício assistencial cria no cidadão que a ele precisa recorrer vem acompanhado não raro da ideia associada a vagabundagem, displicência e falta de empenho. Retomam-se aqui as antigas formas de julgar os sujeitos que por suas condições não conseguem sobreviver, atomizando-os e descolando do coletivo e da análise das condições da sociedade capitalista. Não raro é possível ouvir argumentos da opção dos sujeitos pela pobreza, pela falta de condições. Recai sobre eles a culpa pela sua precária situação, da mesma forma que a sua redenção, bastando para isso esforço e dedicação. (COUTO, 2015, p. 15).

Essas perspectivas desconsideram as mudanças conjunturais e a leitura de que a sociedade é dividida em classes sociais no capitalismo (trabalhadora e burguesia), e que o tipo de proteção social ofertada nesse sistema não está exclusivamente comprometido com as necessidades sociais. “O termo proteção encerra em si um artil ideológico, a ser teoricamente desmontado, visto que ele falseia a realidade por se expressar semanticamente como sendo sempre positivo” (PEREIRA, 2016, p. 33). É preciso salientar que as políticas sociais se materializam balizadas por um Estado burguês.

O Estado, como a sociedade, é constituído pelas relações sociais de gênero, conseqüentemente pela divisão sexuada de poder, reproduzindo a organização e dinâmica social da ordem patriarcal de gênero na sociedade burguesa ou capitalista que imprime configurações “sexistas” e “androcêntricas” ao Estado. (ARRAZOLA, 2004, p. 86).

É nesse Estado que a assistência social se realiza, e no âmbito desta, as ações do CRAS. Neste espaço as trabalhadoras também são em maioria mulheres, enquadradas em profissões consideradas “femininas”: o Serviço Social²⁵ e a Psicologia, profissões criadas para “cuidar”, “ajudar” “ouvir”, “educar”, “aconselhar”, características construídas socialmente como femininas. É também nesses espaços que se apresenta o desafio de uma leitura crítica que desconstrua atuações conservadoras. Leituras que possam desvendar para além do aparente, que enxerguem a agudização do sofrimento de homens e mulheres da classe trabalhadora que buscam por atendimento cotidianamente.

²⁵ No Serviço Social tem-se um contingente profissional, hoje proveniente de segmentos médios pauperizados, com um nítido recorte de gênero: uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres. (IMAMAMOTO, 2007, p. 104).

Portanto, o CRAS pode se configurar como um espaço de ampliação de acesso aos direitos das famílias da classe trabalhadora. É o principal equipamento no âmbito da PSB do SUAS. De acordo com a PNAS (2004), essa proteção possui caráter preventivo voltado para a inclusão social. Destina-se aos sujeitos que vivem em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras).

O CRAS possui como funções exclusivas a oferta pública do PAIF e a gestão territorial da rede socioassistencial da PSB. Assume ainda, como fatores identitários, dois grandes eixos estruturantes do SUAS: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. Para Couto (2015), o referido equipamento foi uma das inovações da Política de Assistência Social, no entanto, ainda há uma série de questionamentos sobre o que fazer no CRAS. Como materializar ações para além do abstrato das cartilhas do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)? Como efetivar a matricialidade sociofamiliar de uma forma que as ações não sejam direcionadas apenas para a mulher e esta também não seja culpabilizada/responsabilizada pelas desproteções a que sua família está exposta? Como garantir que o atendimento aos homens do interior dessas famílias ou àqueles que vivem sozinhos ocorra sem constrangimentos? Como garantir o acesso à política a quem dela necessitar, sem reforçar o seu caráter transitório, em um sistema no qual o acesso ao trabalho não significa a possibilidade de necessidades atendidas?²⁶

Couto (2015) explicita que pensar a família como categoria central tende a responsabilizá-la pela proteção de seus membros em detrimento do entendimento das condições de vida das famílias da classe trabalhadora. São famílias pobres demandantes de apoios/ativos para resolver seus problemas “individuais”, originários da sua incapacidade. Para a autora, nessa perspectiva, a territorialidade também pode apontar que as precárias condições de vida são atribuídas à falta de capacidade da comunidade de enfrentar seus

²⁶As respostas a essas questões não se configuram como simples, sendo preciso desvendá-las. Um dos pressupostos em que acreditamos é a materialização da assistência social como um direito na vida das pessoas, para além do campo formal.

problemas, de forma isolada, no âmbito local, devendo se traduzir o trabalho em organização local, desconsiderando o direito à cidade.

A mera edificação do CRAS no território não resulta em atenção pública e/ou possibilidade de transformação da realidade dos sujeitos atendidos, se as práticas moralizantes e assistencialistas de outrora persistirem, alimentando ideias cristalizadas que impedem a compreensão das complexidades das expressões da questão social na contemporaneidade.

No início de sua implantação (2003-2006), o número de CRAS financiados pelo Governo Federal era de 496. De acordo com o Censo SUAS 2017, os CRAS contam hoje com 8.292 unidades em todo o país, e 95.967 trabalhadores. Do total de CRAS, 2.856 estão localizados na região Sudeste e 2.659 na região Nordeste. Quase 50% dos equipamentos, o equivalente a 4.023, estão implantados em municípios de pequeno porte. O Estado de Minas Gerais é a unidade federativa que comporta o maior número de CRAS, 1.159, seguido por São Paulo, com 1.109 equipamentos. No que tange à localização, 4.387 se configuram como urbanos centrais, 3.568 como urbanos periféricos e apenas 336 em área rural. A maioria dos equipamentos, 8.184, funciona cinco dias por semana, e 7.451 de 40 a 49 horas semanais (MDS, 2018).

Encontram-se unidades mais mobilizadas para a adoção de trabalho social inovador, com ensaios e tentativas de construção de abordagens que levam à reflexão crítica e análise das situações enfrentadas pelos indivíduos, famílias, grupos e territórios, e conseqüentemente elaboração de projetos coletivos de enfrentamento. Por outro lado, têm-se unidades mais desprovidas dessas iniciativas, mergulhadas em rotinas reiterativas e burocráticas, que não investem na mudança capaz de estimular rupturas gradativas com práticas conservadoras e tradicionais. (COUTO ET AL., 2010, p. 177).

Práticas conservadoras estas que reforçam as desigualdades, legitimam a ordem vigente e mantêm a classe trabalhadora sem possibilidades de alterar sua condição de subalternidade e de compreender essa política como um campo de direito, independentemente da conjuntura.

O reconhecimento da assistência social como direito no âmbito do Estado Social capitalista não foi capaz de superar a inerente tensão entre assistência social e trabalho – embora possa tê-la diluído em alguns contextos e condições específicas – porque se trata de uma tensão insolúvel na sociedade capitalista determinada pela

exploração do trabalho como condição para extração de mais-valia. (BOSCHETTI, 2011b, p. 77).

Segue então as premissas do liberalismo defensor do princípio de que é através dos ganhos em decorrência da venda da sua força de trabalho que o homem deve garantir o seu sustento e o de sua família. Assim, “[...] a assistência social sempre ocupou um lugar na reprodução social, constituindo uma antiga, tensa e não resolvida relação entre o (não) trabalho e a assistência social como política estatal” (BOSCHETTI, 2016, p. 77).

2.3 A negação do acesso ao mundo do trabalho e o acesso à Política de assistência social: a configuração de um público diversificado

Por meio da exploração do homem pelo homem é que a humanidade foi capaz de se elevar do seu estágio primitivo.
(LESSA, 2012, p.29).

A relação emblemática da assistência social com o trabalho não se constitui como nova, apenas altera a forma conforme o contexto socioeconômico e político. No caso, o que pretendemos discutir aqui abarca o contexto do neoliberalismo, no entanto, entendemos como necessário olhar para a história e apontar alguns fatos marcantes que explicitam particularidades dessa relação.

Pereira-Pereira (2011) afirma que a relação entre assistência social e trabalho no capitalismo constituem categorias imprescindíveis, uma vez que o contexto da Revolução Industrial, com o desenvolvimento das forças produtivas, possibilitou a constituição de um conjunto de situações que contribuiu para a miserabilidade da classe trabalhadora; esta ficou imersa num tipo de vida insalubre, com acesso precário ao mínimo para um patamar de dignidade. A autora lembra ainda que já no século XIV, em 1351, na Grã Bretanha, aconteceu o extermínio de quase “um terço da população pela peste negra, mas também com o desafio econômico de enfrentar uma crônica escassez de braços para trabalhar nas fazendas, implicando aumento de salários” (PEREIRA-PEREIRA, 2011, p. 62).

Durante muito tempo o atendimento aos pobres ficou relegado ao campo da filantropia e da caridade. “À medida que a Revolução Industrial se

consolidava, a assistência aos mais fracos era tida como um entrave à livre-iniciativa, ou seja, um desestímulo ao trabalho” (SCHONS, 2015, p. 72-73).

No processo de transição do feudalismo para o capitalismo houve rupturas que acarretaram a transformação das relações de produção, como a separação dos trabalhadores e da propriedade de condições da realização do trabalho. O trabalhador passou a ser assalariado em detrimento da condição direta de produtor, uma vez que o modo de produção passou a ser capitalista (MARX, 2013).

Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa [...]. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. [...] O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador. O estágio seguinte consistiu numa mudança de forma dessa subjugação, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. (MARX, 2013, p. 786/787).

A Revolução Industrial trouxe aos trabalhadores condições de vida precária nas cidades; “[...] a contradição se faz sentir com mais intensidade e as “desordens” se avolumam, expondo a face perversa da “ordem” – chegando até a se organizar – e ganhando, por isso mesmo, maior expressão e visibilidade” (SHONS, 2015, p.73).

A primeira experiência de proteção aos pobres reconhecidos sistematicamente pela literatura especializada foi o da *poor laws*, que vigorou na Inglaterra, tendo início no século XIV. A sucessiva forma de legislação de alívio de pobreza, praticado na Inglaterra neste período, surge da constatação de que a caridade cristã não conseguiria atender isoladamente às possíveis desordens que iriam emergir no processo de transição do feudalismo para o capitalismo e a iminência da miséria, desabrigos e epidemias. (COSTA II; COSTA, 2017, p. 3).

A pobreza exposta da classe trabalhadora provocou a criação de meios para amenizá-la, resultando assim no que foi denominado na Inglaterra como a

Poor Laws (Lei dos Pobres) de 1601²⁷, revogada somente em 1834 com a Nova Lei dos Pobres. Essa lei instituía uma taxa a ser paga para beneficiar os considerados pobres. “A mendicância, no espírito da *Poor Law*, era severamente punida, e a vagabundagem era uma ofensa capital em caso de reincidência” (POLANYI, 1980, p. 98). A assistência aos pobres era prestada pela paróquia²⁸, a qual “[...] aparece aqui como substituta dos direitos sociais e com a função de preservar a ordem afirmada” (SHONS, 2015, p. 77). “[...] pobres eram todas as pessoas que passavam necessidades e o povo em geral, se e quando sofria necessidades, incluindo os indigentes, ou seja, os que são sujeitos da assistência paroquial” (POLANYI, 1980, p. 98).

O pobre no geral eram os órfãos, velhos e enfermos. Ao lado desses havia os pobres capacitados, aos quais podemos denominar desempregados. Na escrita da legislação havia três classes de indigentes: os válidos, os inválidos e as crianças. As crianças e os inválidos recebiam subsídios monetários. Quanto aos pobres válidos, como sua situação de indigência estava ligada, na maior parte das vezes, à inatividade, as paróquias tinham obrigação de socorrê-los, fornecendo-lhes trabalho. Direito à assistência e direito ao trabalho eram, portanto, afirmados paralelamente. É nesse contexto que surgem as *workhouses* (casas de trabalho) (POLANYI, 1980).

Essa legislação de 1601, apesar de conter uma boa estrutura, considerando o contexto da época, não foi suficiente para a redução dos problemas vivenciados pelos pobres; a vagabundagem permanecia. Houve várias outras implementações legais que objetivavam coibir a vagabundagem e a mobilidade do pobre. “A assistência desse período tem o estigma de ser para aqueles que desistiram de lutar, ou seja, é uma assistência para doentes, velhos e/ou para preguiçosos” (SCHONS, 2015, p. 84).

A Nova Lei dos Pobres, de 1834, contribuiu para a formação de um mercado de trabalho competitivo e favoreceu a emergência de um proletariado que teve de vender sua força de trabalho, mesmo com salários injustos,

²⁷ Essa não foi a primeira Lei dos Pobres; houve outras que a precederam, porém foi o Estatuto de 1601 que fixou os principais parâmetros.

²⁸ Cada paróquia, ciente dos limitados recursos que poderia amealhar ou não querendo enfrentar as dificuldades da arrecadação, procurava expulsar tantos pobres quanto pudesse. As paróquias mais bem equipadas eram as mais procuradas, levando a que a mobilidade física dos pobres se restringisse aos limites e fronteiras de cada paróquia, o que foi feito via decreto.

importando aí a sobrevivência. “Nesse período, embora pública, e mantendo a forma original e emergencial, vê-se a assistência sendo dirigida a determinados grupos de interesse; é uma assistência altamente controladora e controlada” (SCHONS, 2015, p. 110).

O próprio desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente a necessidade da mercadoria força de trabalho, resultou em intervenções liberais na estrutura das legislações, uma vez que o entendimento era o de que se o pobre tivesse auxílio e conseguisse manter seu próprio sustento sem precisar de salário, este não se lançaria ao mundo do trabalho, expondo-se a níveis elevados de exploração. Os capitalistas acreditavam que a salvação se daria pela via do trabalho contra a ociosidade, e a assistência se constituía como um desvio moral do princípio “a cada um segundo seus merecimentos, numa sociedade baseada na livre concorrência” (BOBBIO ET AL., 1986 *apud* SCHONS, 2015).

No século XIX, na Inglaterra, já com características resultantes da intensa transformação da sociedade agrário-industrial para a urbana, a pauperização constitui resultado do desemprego estrutural da classe trabalhadora, que não conseguiu se adequar ao tipo de trabalho que envolvia a tecnologia das máquinas. Não era mais possível culpar o pobre pela pobreza, nem o “assistencialismo” e o paternalismo da Lei dos Pobres, num momento em que a produção era coletiva e a apropriação da riqueza, cada vez mais privada.

[...] o homem foi feito agora mero “acessório do sistema econômico” – e diga-se isto, com a ajuda da Assistência –, levando a implicações de tal monta que em nome do progresso se levaria a sociedade a uma total destruição. É perfeitamente dispensável citar aqui os inúmeros movimentos das organizações proletárias, especialmente de base fabril, e mais marcadamente em fins do século XIX, que, ainda tímidos e sem os devidos suportes teóricos, iniciaram o processo de resistência. (SCHONS, 2015, p. 113).

Essas lutas acarretaram um momento em que o próprio sistema precisou intervir através do Estado na questão social, porém não com as intervenções de outrora, senão com medidas que possibilitassem a afirmação dos direitos sociais para a classe trabalhadora através da constituição das políticas sociais em diversas partes do mundo, resultando nas diversas modalidades de

proteção até alcançar o tipo de proteção no âmbito do neoliberalismo. É nessa assistência social e sua relação com o trabalho que nos deteremos aqui, como já anunciamos na introdução deste item, haja vista que no item anterior já nos dedicamos a um resgate histórico da política social.

Revisitar a história e trazer à tona como os sujeitos da classe trabalhadora eram compreendidos nas sociedades pré-capitalistas e na formação desta se faz necessário para entendermos as bases que resultaram no tipo de assistência social que temos hoje e como ela se volta para essa classe. Ainda, visando compreender o porquê da dificuldade de reafirmar o campo da assistência social como direito para os sujeitos da classe trabalhadora sem estigmatizá-los sob a condição de vagabundo, preguiçoso, incapaz e tantos outros adjetivos que qualificaram e qualificam o público dessa política ao longo de sua existência, o qual se amplifica cotidianamente, especialmente no contexto da crise estrutural do sistema capitalista que aprofunda o desemprego estrutural crônico.

[...] A questão do desemprego crônico traz à baila as contradições e os antagonismos do sistema global do capital na forma potencialmente mais explosiva. Todas as medidas criadas para tratar do profundo defeito do crescente desemprego tendem a agravar a situação, em vez de aliviar o problema. (MÉSZÁROS, 2002, p. 225).

No Brasil, o quadro de concentração de renda é cada vez mais alarmante, conforme já apontamos neste estudo, e a socialização da riqueza produzida é uma realidade cada vez mais distante, haja vista que 10% da população com maiores rendimentos concentram quase metade da renda²⁹ (IBGE, 2017).

O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), elaborado pelas Nações Unidas, apontou o país como o 10º mais desigual do mundo em 2017. Os investimentos do Estado, nos últimos anos, em políticas sociais não foram suficientes para desconcentrar a renda e, conseqüentemente, para retirar o poder das mãos de um seletivo grupo e viabilizar a mobilidade social da base da pirâmide. O que se tornará ainda mais difícil com a retração das políticas sociais.

²⁹A massa do rendimento mensal real domiciliar *per capita* foi de R\$ 255,1 bilhões. Os 10% com menores rendimentos da população detinham 0,8% dessa massa, enquanto os 10% com maiores rendimentos possuíam 43,4%.(IBGE, 2017).

O momento é de escassez da oferta de ações no âmbito da assistência social, no entanto, amplifica-se cotidianamente a diversidade de seu público, o qual vem diferindo das demandas tradicionais de outrora, como resultado do crescimento de desemprego permanente das camadas que sobrevivem da venda de sua força de trabalho. O trabalho assalariado com registro em carteira não serve mais ao capital; a intensificação do trabalho aos que ainda estão empregados formalmente e a redução/eliminação de direitos são uma realidade presente (ANTUNES, 2000).

Vivemos tempos de incerteza. Momentos, muitas vezes além de nossa capacidade de explicação e compreensão, em que uma nova configuração da paisagem humano/social emerge na sociedade brasileira e no mundo. Contornos econômicos, ideológicos e geopolíticos, entre outros, modificam-se aceleradamente. Novos fatos insistem em mostrar outro tempo. Tempo em que, apesar do desenvolvimento e do progresso tecnológico dos últimos anos, ainda se convive com a fome. (YAZBEK, 1993, p.13).

Esse quadro resulta em uma vida cada vez mais agudizada em meio à pobreza, estando a classe trabalhadora sujeita a tantas outras inúmeras violações, corroborando a fala de Netto (2005) no que tange ao esgotamento das condições civilizatórias do desenvolvimento do capitalismo. O autor afirma ainda que os efeitos desse sistema são cada vez mais perversos, ofertando soluções bárbaras para a vida social. Pensar nesse sistema é pensar em processos contraditórios, porquanto ele alcançou inovações, produzindo riqueza suficiente para toda a humanidade e, no entanto, nunca se viu tamanha precarização das condições de vida.

Para os seres humanos, é essencial assegurar “o domínio da sociedade sobre a riqueza”, no sentido potencialmente universalizável e abrangente de sua economia, preocupada com a economia da vida e a relação adequada entre o esforço investido e a realização. Entretanto, o problema é que essa meta não poderia ser mais claramente contraditória em relação ao “domínio da riqueza sobre a sociedade” prevalecente no sistema do capital. Este é imposto sobre os indivíduos sociais em nome do sentido altamente seletivo/exclusivo (e tendenciosamente perverso) de uma “economia” extremamente problemática, voltada para o benefício da minoria dominante, apesar de seu gritante desperdício. (MÉSZÁROS, 2002, p. 216).

O empobrecimento da classe trabalhadora só não é maior devido ao acesso a transferências sociais no âmbito das políticas sociais. Em alguns

países as transferências correspondem a cerca de 30% do rendimento das famílias. Isso significa que, apesar dos desmontes em todo o mundo, o Estado Social tem um papel importante na reprodução da força de trabalho. O grave é que o financiamento dessas transferências vem sendo cada vez mais suportado pela classe trabalhadora em tempos neoliberais (BOSCHETTI, 2016).

A socialização da riqueza cada vez mais distante para a classe trabalhadora a obriga a buscar apoio via políticas sociais para garantir sua sobrevivência, campo que nem sempre encontra o mínimo, sequer o básico necessário.

O básico a ser satisfeito, portanto, não é tudo, apesar de não ser sinônimo de mínimo; é apenas o patamar fundamental a ser alcançado em direção a patamares mais elevados de vida humana digna que, não poderá ser usufruída em sua inteireza, e por todos, nas sociedades capitalistas. (PEREIRA, 2016, p. 63).

O direito na assistência social transfigurado através de um benefício, serviço, programa ou projeto evoca um perfil de sujeito que esteja quase sem possibilidade de sobrevivência. Talvez com novas nomenclaturas, novos rótulos, tais como “beneficiários”, “sujeitos de direitos”, a realidade objetiva nos comprova que ainda é entendido como o incapaz, o que desistiu de lutar, o que não quer trabalho, o preguiçoso. Esse quadro nos coloca dificuldades para diferenciar o que mudou no entendimento do perfil desse público desde a época da Lei dos Pobres.

É interessante notar que, desde a origem das relações capitalistas, trabalho e assistência social vivem uma contraditória e insolúvel relação de atração e rejeição. Rejeição porque aqueles que têm o dever de trabalhar, mesmo quando não conseguem trabalho, precisam da assistência social, mas não têm direito a ela. O trabalho, assim, obsta a assistência social. E atração porque a ausência de um deles impele a classe trabalhadora para o outro, mesmo que não possa, não deva, ou não tenha direito. (BOSCHETTI, 2016, p. 82).

Para que o indivíduo se torne “merecedor” de um mínimo de proteção estatal, deverá comprovar a incapacidade de alterar sua condição com o esforço próprio. Isso nos leva a constatar que os direitos conquistados com inúmeras lutas “perdem seu caráter civilizador, transformando-se em ajuda ou favor ofertado não aos que têm acesso à cidadania, mas aos que provam estar

à margem dela. Nesse caso, o mérito é o da necessidade, da privação” (PEREIRA, 2016, p. 69).

O Estado que cria a figura do necessitado, que faz da pobreza um estigma pela evidência do fracasso do indivíduo em lidar com os azares da vida e que transforma a ajuda numa espécie de celebração pública de sua inferioridade, já que o acesso depende de o indivíduo provar que seus filhos estão subnutridos, que ele próprio é um incapacitado para a vida em sociedade e que a desgraça é grande o suficiente para merecer a ajuda estatal. (TELLES, 2001, p. 26).

Historicamente, essa figura tem sido majoritariamente feminina, com filhos e incapacitada para o trabalho, seja porque tem muitos filhos e velhos para cuidar, seja porque no Estado patriarcal/capitalista a mulher não estar no mercado de trabalho não é de todo ruim, pois no âmbito doméstico ela mantém as condições para possibilitar a reprodução social de seus membros, inclusive daqueles que estão inseridos no mercado.

A figura é feminina também para os Programas de Transferência de Renda, a fim de atuar nas relações intrafamiliares, na educação e saúde dos filhos, na administração do orçamento doméstico e de todas as problemáticas que o envolvem. Constantemente quem está por trás dos sujeitos considerados incapazes na condição de cuidadora é uma mulher, logo ela passa a ser também alvo das ações. “A assistência social prioriza a criança, o jovem, o órfão, a pessoa com deficiência e o idoso porque são incapazes de suprir sua própria subsistência através do trabalho” (BOSCHETTI, 2016, p. 84).

Tais reflexões não desconsideram os dados das inúmeras pesquisas³⁰ que entendem como avanços o fato de as mulheres terem prioridades em acesso a políticas, programas e benefícios, como, por exemplo, os Programas BF e MCMV; no entanto, esse processo se configura como contraditório, pois reforça a mulher como a única responsável pela gestão da família e pelo êxito

³⁰Dissertações de Mestrado de Socorro Leticia Fernandes Peixoto: *Os Significados do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres: um estudo na comunidade Morro da Vitória* (2010), Margarete Cutrim Vieira: *Impactos do Programa Bolsa Família na Vida das Famílias Egressas com Foco nas Mulheres Titulares do Benefício em São Luís/MA* (2017), e Mirella Cristina Xavier Gomes da Silva Lauschner: *A Gestão do Programa Minha Casa Minha Vida pela Entidade Amazonas Sempre Vivo: a inserção do movimento social na política pública de moradia*, em Manaus (2013).

dessas políticas. Contribui ainda para desresponsabilizar o homem no que se refere à família e para torná-lo invisível aos olhos das políticas sociais, penalizando homens que vivem em situação de pobreza (BARBOSA; FREITAS, 2013).

“As mulheres, em especial as mulheres negras, têm sido o grupo da população mais diretamente afetado pela pobreza e pela falta de acesso aos bens e serviços no Brasil” (RODRIGUES, 2005, p. 223). Melo (2005) esclarece que a renda média feminina comparada com a masculina é inferior para todos os diversos tipos de família, e acrescenta que [...] “ser mulher é quase sinônimo de ser pobre, sobretudo se é negra ou parda”.

[...] em contextos históricos específicos, e uma revalorização maternal associada culturalmente às mulheres, via ética do cuidado e a maternagem, a incorporação e vigência da instituição maternal, tem, principalmente, legitimado a responsabilização exclusiva das mulheres pelo cuidado dos filhos, entendendo-as muitas vezes, para o cuidado de todos os membros da família, em detrimento, muitas vezes, de si próprias. (RODRIGUES, 2005, p. 238).

O tempo dessas mulheres é utilizado na dinâmica da reprodução familiar, em rotinas exaustivas, infundáveis e invisibilizadas, porém de extrema importância ao capital. A baixa escolaridade das beneficiárias, somada à falta de experiência profissional e à ausência de pessoas e de equipamentos públicos que compartilhem o cuidado social, torna o acesso ao mercado de trabalho praticamente inatingível (RODRIGUES, 2005, p. 233).

O fato de ser titular na maior parte das questões que envolvem benefícios, programas e serviços socioassistenciais, não caracteriza proteção diretamente à mulher, isto é, a proteção está sendo afiançada dada a sua condição de mulher-mãe, mulher-filha, mulher-neta, enfim, raramente tão só por serem mulheres vulneráveis às perversidades do sistema.

São erigidas relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres, relações resultantes de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais. “Não parece justo, ao se discorrer sobre as discriminações praticadas contra as mulheres, esquecer os homens. Como no processo de reprodução biológica, também no da reprodução social homens e mulheres são seres complementares” (SAFFIOTI, 1987, p. 27). Aqui falamos do homem da classe trabalhadora.

A ideologia dominante impõe ao homem a necessidade de ter êxito econômico, independentemente do número de empregos oferecidos pela economia nacional, do grau de dependência do Brasil em relação às potências altamente industrializadas, da intensidade da intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) na política econômica brasileira. (SAFFIOTI, 1987, p. 24).

À figura masculina não cabe ser vulnerável; cabe o mundo do trabalho, cabe ser provedor do lar, cabe aceitar qualquer tipo de trabalho (independentemente do grau de exploração) e da garantia de um salário digno que supra suas necessidades e as de sua família, mesmo quando estas são limitadas ao mínimo, desconsiderando a ofensiva neoliberal, a eliminação gradativa da proteção social vinculada aos direitos do trabalho e os impactos na vida do trabalhador.

Paralelamente, a assistência social avança na instauração de prestações sociais assistenciais condicionadas a estreitos critérios de renda, submetidas ainda a contrapartidas/condicionalidades que expliquem sua concessão (BOSCHETTI, 2016). “São negadas aos trabalhadores em condições de trabalhar, mas instauram mecanismos de condicionalidades e contrapartidas que reeditam a tensão entre trabalho e assistência, sob a roupagem da chamada ‘ativação’ da proteção social” (BOSCHETTI, 2016, p. 156).

Os programas de transferência de renda condicionada, como são designados, apresentam características bem diferenciadas das prestações previdenciárias vinculadas ao trabalho e sem condições de recurso. São categóricas quando destinadas a determinadas categorias (idosos, pessoas com deficiência, jovens, crianças, mulheres etc.), ou focalizados em situações bem específicas, determinadas pela pobreza absoluta ou pela indigência. (BOSCHETTI, 2016, p. 164).

Passam então a cooperar para a minimização dos impactos das expressões da questão social na vida da classe trabalhadora, no entanto, não previnem nem possibilitam a sua superação. A manutenção não é baseada somente na condição de pobreza, mas no cumprimento também de diversas condicionalidades. Logo, não basta provar a condição de miserável, é preciso comprovar que se está disposto a livrar-se da miséria, o que implica uma série de procedimentos estipulados para o acesso ao benefício: aceitar a inserção em cursos de qualificação profissional mesmo quando não há compatibilidade

com o perfil da pessoa bem como a participação em ações coletivas, grupos, palestras, atendimentos sistemáticos que mais controlam a vida dos pobres do que lhes possibilitam espaços de construções coletivas.

São benefícios pobres para pobres, com valores reduzidos, que não contribuem para a satisfação das necessidades básicas “e obrigam os trabalhadores a oferecer sua força de trabalho a não importa que tipo de atividade ou condição” (BOSCHETTI, 2016, p.164). As chamadas políticas de ativação para o trabalho, ou as políticas de ativação da proteção social, expressam e concretizam essa contemporânea relação de atração e rejeição entre trabalho e assistência social (BOSCHETTI, 2016, p. 167).

A assistência social é utilizada então como uma forma de enfrentamento da pobreza absoluta, contribuindo assim para o aumento do exército industrial de reserva. Contraditoriamente, a assistência social é entendida como direito social e ao mesmo tempo fortalece a coesão, ao controlar uma parte dos pobres, sem conseguir alcançar a todos, restando para essa parcela descobertas ações de repressão e punição (BOSCHETTI, 2016, p. 165 *apud* WACQUANT, 2007).

O cenário atual é de desestruturação do trabalho ante a necessidade da restauração capitalista no contexto da crise do capitalismo. [...] buscam incitar a classe trabalhadora, com remédios mais ou menos amargos, a aceitar qualquer tipo de trabalho, o que assegura o processo de acumulação e a subsunção do trabalho ao capital, no âmbito da ofensiva burguesa em tempos de crise. (BOSCHETTI, 2016, p. 169).

É nessa perspectiva que as respostas para o público da assistência social vão se conformando; às mulheres – mães, crianças, adolescentes e idosos, por serem considerados frágeis, oferta-se proteção, o tipo de proteção da ordem neoliberal. Aos demais, restam a repressão e a punição, e raramente espaço no campo da política social, mesmo diante da comprovação do não acesso ao trabalho, da pobreza e da miserabilidade, das quais trataremos no último item deste capítulo, expondo a realidade de fonte de renda dos homens, a renda familiar e a renda *per capita*.

2.4 As condições dos sujeitos do sexo masculino no mercado de trabalho e as fontes de renda

A sobrevivência da classe trabalhadora na sociedade capitalista é permeada por lutas cotidianas. A realidade brasileira atual aponta para o aumento e a complexidade das expressões da questão social vivenciadas por esta classe.

A questão social é indissociável do modo de produção capitalista, que se expressa por meio da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, sendo inseparável, portanto, do surgimento do trabalhador livre, que não dispõe de outro meio de sobrevivência a não ser a sua força de trabalho, ou seja, seu próprio corpo e mente (MARTINS; MOREIRA, 2015).

Porém, mesmo tendo a sua força de trabalho, não raramente esta é rejeitada, uma vez que o capital incorpora em seu processo de produção as tecnologias, colaborando para que os trabalhadores produzam mais em menor tempo. Esse processo resulta no lançamento de trabalhadores ao desemprego, ao invés de submetê-los a uma diminuição da jornada de trabalho com garantia de tempo livre (MARX, 2013).

Para Yamamoto (2001), a lei geral da acumulação capitalista é o fundamento para o entendimento da questão social, tendo em vista que, ao contribuir para o desenvolvimento dos meios de produção, ampliando a capacidade de suprimento das necessidades humanas, acentua as desigualdades sociais e amplia a pobreza.

Isso significa que o capital tem no desemprego um de seus pilares, considerando que o trabalho morto substitui a grande quantidade de trabalhadores que não conseguirão mais acessar postos de trabalhos, ou irão acessá-los de forma cada vez mais precarizada. Nessa forma de organização do modo de produção da sociedade, o trabalhador é descartável.

É deste homem que falamos: o trabalhador sem trabalho, o trabalhador como mão de obra, porém descartável, cada vez mais desvalorizada. “O desastre se dá a partir de um fenômeno econômico da exploração entre as classes, transformando o homem (o trabalhador) em mercadoria. É nisto que consiste a sua fetichização” (SCHONS, 2015, p. 92).

Tabela 5– Situação no mercado de trabalho

Fonte de Renda	Número de sujeitos	%
Desempregado	110	30,75
Informal	77	21,52
Aposentado	64	17,90
Trabalho Formal	56	15,66
Aposentado por invalidez	14	3,91
B.P.C – P.C.D.	14	3,91
Auxílio doença	6	1,68
B.P.C – Pessoa idosa	4	1,11
Não declarou renda	3	0,83
Auxílio acidente	2	0,55
Trabalho informal e aposentado	2	0,55
Seguro desemprego	2	0,55
Afastado	1	0,27
Microempresário	1	0,27
Recluso – sem renda	1	0,27
Pensionista	1	0,27
Total	358	100

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

Buscamos identificar a fonte de renda dos sujeitos do sexo masculino, isto é, sua condição no mercado de trabalho. Deparamo-nos com uma desproteção coerente com a face aguda de destruição do capital: 30,75% encontram-se desempregados, sem renda alguma, sem acesso sequer ao serviço precário, informal. O dobro do total de homens que acessam o mercado de trabalho formal, apenas 15,66%, estava nessa condição. “O emprego assalariado formal no Brasil passa a ser exceção a partir dos anos 90, quando ocorreu uma queda de 5,8% nas vagas com carteira assinada e um aumento das formas de inserção precárias no mercado de trabalho” (SALVADOR; BOSCHETTI, 2012, p. 122).

A gravidade atual do desemprego no Brasil não se deve apenas ao problema da insuficiente geração de postos de trabalho, mas também à elevada carência de renda para amplos segmentos da população, responsável pela adição de uma parcela social no mercado de trabalho que deveria estar fora dele. (SALVADOR; BOSCHETTI, 2012, p. 122).

Identificamos dois sujeitos aposentados, acumulando trabalho informal, o que indica que a renda da aposentadoria precisa ser complementada, pois o trabalho de uma vida inteira não foi capaz de garantir uma velhice tranquila, ao menos no quesito socioeconômico. Isso corrobora o argumento de Salvador e Boschetti (2012) em relação àqueles que estão no mercado e não deveriam estar; é o caso de idosos aposentados e adolescentes com idade inferior a 14 anos. Contudo, isso não se afigura como uma escolha, senão como uma necessidade.

É de 21,52% o montante dos sujeitos inseridos no mercado informal sem nenhuma proteção trabalhista e sem nenhuma segurança. “[...] São trabalhadores e suas famílias que, mesmo exercendo atividades laborativas, têm suas relações de trabalho marcadas pela informalidade e pela baixa renda” (COUTO, 2012, p. 43).

O aumento do desemprego de longa duração e de empregos temporários, e a institucionalização da flexibilização e precarização do trabalho, baseada na redução do custo do trabalho e na forte redução da massa das horas trabalhadas constituem as principais expressões da redução do trabalho com direitos. A extinção ou subtração de direitos trabalhistas é uma resposta da ofensiva burguesa à crise do capital em sua busca incessante por superlucros. Cresce e ganha força, mesmo entre a classe trabalhadora, a retórica da aceitação de qualquer negociação para manter o emprego, mesmo que isso signifique perder direitos. (BOSCHETTI, 2016, p. 138).

Os segurados que recebiam auxílio doença ou auxílio acidente somam 2,23%. Incoerente com o número de homens com problemas de saúde que identificamos, o que comprova que a maior parte deles não tem nenhuma proteção social ao tempo que ficam impossibilitados de trabalhar e de dar conta de sua reprodução social.

Dos 358 sujeitos apenas 18,45% são aposentados ou pensionistas, e 3,91% aposentados por invalidez chegam à velhice já sem saúde, o que faz com que muitos utilizem grande parte da renda para a compra de medicamentos e tratamentos de saúde.

A fonte de renda proveniente do BPC pessoa idosa e pessoa com deficiência abrange 1,1% e 3,91%, respectivamente, dos homens. Serem submetidos ao recebimento deste benefício mostra a trajetória de desproteção do trabalho, que não lhes possibilitou a garantia de uma aposentadoria, e ainda

o grau de miserabilidade, considerando que para receber tal benefício a renda por pessoa deve ser inferior a tão somente $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. O BPC está inscrito no campo da política pública da assistência social, previsto no artigo 203, inciso V, da CF/88:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos [...] a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988, p.87).

Apesar do alto número de idosos cadastrados no CRAS, 30,76%, a soma dos aposentados e dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada-Idoso não alcança 20%, isto é, em média, 1/3 dos velhos não está aposentado e/ou recebendo algum benefício. Poderiam acessar o BPC não fosse a focalização que não permite a garantia ao idoso com 60 anos, somente a partir dos 65. Faz, assim, com que os sujeitos passem alguns anos em contagem regressiva para sobreviver sob as difíceis condições de vida, para alcançar os dois quesitos cumulativos e receber o benefício: velho nas regras do BPC e miserável.

O BPC encontra-se ameaçado devido às propostas de reforma da previdência social dos governos liberais, que ganham mais corpo ainda com a recente eleição do futuro presidente, a ser empossado em janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro. Sua agenda para a classe trabalhadora apresenta grandes riscos de regressão das conquistas dos direitos sociais, haja vista o seu viés ultraliberal e a desconsideração do sofrimento a que as minorias estiveram e estão expostas, a ponto de demandar intervenção estatal para a garantia de um mínimo de proteção social.

Apresenta-se uma grande conta a ser paga por aqueles que não foram os usurpadores do dinheiro público, mas estão sendo condenados a pagar pelo dinheiro desviado para a corrupção, sob a falácia de que o “grande” investimento em programas da assistência social, habitacionais, educacionais e das mais diversas áreas (voltados para a classe trabalhadora) foi o causador da crise econômica atual.

O governo atual vem agindo na contramão dos anseios da sociedade, com propostas de aumento da idade para o idoso requerer o BPC e da desvinculação do reajuste conforme o salário mínimo.

Após alguns anos de interesse democrático, os interesses da elite capitalista financeira, industrial e do agronegócio estão representados nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Um grande percentual da população brasileira está às voltas com toda sorte de humilhações, insegurança e ameaças a serem consolidadas pela PEC 241, agora alcinhada de PEC 55, e pelas reformas trabalhista e previdenciária, medidas fundamentais, conforme o presidente Temer, para conter a crise econômica provocada por sua antecessora. (HADDAD, 2016, p.18).

A proposta inicial referente ao BPC idoso é de desvinculação do salário mínimo e aumento da idade mínima para requerer o benefício para 70 anos, “gradativamente”, idade em que era pago o benefício nos dois primeiros anos de sua operacionalização. Em um primeiro momento, a proposta apresentada causou espanto até no próprio Legislativo, o que fez surgir uma segunda proposta, tão prejudicial aos idosos quanto a primeira. Prevê não mais a desvinculação do salário mínimo, porém o aumento, imediato, da idade para requerer o benefício, de 65 para 68 anos.

A realidade que ainda tristemente se constata é que, para o modelo econômico vigente na atualidade, no qual prevalecem prioritariamente conceitos como “otimização da economia” e “sociedade de consumo”, um modelo regido por valores materiais (em alguns casos – senão a maioria – supérfluos), tendo como principal objetivo a rentabilização da produção, e no qual são privilegiados normalmente os indivíduos ativos e capazes de produzir, idosos [...] não são considerados figuras tão importantes, não sendo difícil aferir-se a exclusão social das pessoas que compõem esse segmento social quando não respaldadas por alguma disposição legislativa. (PEREIRA, 2013, p. 26).

Não raramente, além da dificuldade de acesso ao benefício, há também desafios para manter-se na condição de beneficiário. O Decreto 6.805/16 alterou o regulamento do BPC aprovado pelo Decreto 6.214/07, tornando obrigatória aos beneficiários a inscrição no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal:

Artigo 12: § 1º O beneficiário que não realizar a inscrição ou a atualização no CadÚnico, no prazo estabelecido em **convocação** a ser realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário,

terá o seu **benefício suspenso**. [...]§ 2º O benefício só será concedido ou mantido para inscrições no CadÚnico que tenham sido realizadas ou atualizadas nos últimos dois anos. Art. 13. As informações para o **cálculo da renda familiar mensal percapita serão declaradas no momento da inscrição da família do requerente no CadÚnico**, ficando o declarante sujeito às penas previstas em lei no caso de omissão de informação ou de declaração falsa. (BRASIL, 2016, p. 2, grifos nossos).

Essas medidas do Governo Federal expressam claramente o caráter fiscalizador em relação aos beneficiários. Suas famílias ficam “impedidas” de melhorar as condições de vida, ainda que de forma quase imperceptível, caso contrário o benefício poderá ser cancelado. A inconstância na renda de muitos que vivem da informalidade do trabalho é desconsiderada, e sem nenhuma flexibilidade são registradas rendas sazonais como sendo fixas, desconsiderando claramente as condições reais de vida as que os idosos e suas famílias estão submetidos e o fato de que em muitos lares a única renda “fixa” é a proveniente do BPC. O acesso ao benefício mais uma vez encontra o entrave da burocracia, dos sistemas, dos cadastros e dos cruzamentos de dados.

Esse panorama por si só já traz uma série de retrocessos; no entanto, se a aprovação da mudança de idade e a desvinculação do salário mínimo se concretizar, haverá um cenário ainda mais ampliado de pobreza e desigualdade social. Talvez o aumento da expectativa de vida não alcance mais os velhos da classe trabalhadora, que em meio à pobreza não terão possibilidades de sobreviver mais alguns anos sem ter acesso, não ao suficiente para o atendimento de suas reais necessidades, mas ao mínimo, porque é isso que o BPC garante. Pois, mesmo não sendo gestado com o objetivo de possibilitar mobilidade social a seus beneficiários, vem permitindo à sobrevivência, ainda que precária, de muitos velhos e pessoas com deficiência no país. Muitas vezes é a única renda da família. Portanto, deixar de receber o benefício pode comprometer a vida de muitas famílias.

Na tabela abaixo expomos a renda familiar dos cadastros das famílias dos homens, após identificarmos a condição destes no mercado de trabalho. Consideramos necessário olhar para a realidade socioeconômica da família, tendo em vista que dada a impossibilidade de renda de muitos sujeitos, quem passa a ocupar a função de “provedor”, historicamente delegada ao homem

nos moldes de relações patriarcais de gênero, são outros integrantes do núcleo familiar, já que mais de 30% dos homens declararam estar desempregados.

Tabela 6– Renda familiar

Renda	Total	%
Acima de ½ a 1 salário mínimo	105	29,32
Acima de 1½ a 2 salários mínimos	57	15,92
00	54	15,08
Acima de 1 a 1 ½ salário mínimo	49	13,73
Acima de 2a 2½ salários mínimos	27	7,55
Acima de ¼ a ½ salário mínimo	15	4,20
Até ¼ do salário mínimo	14	3,91
Acima de 3 a 3½ salários mínimos	13	3,63
Acima de 2½ a 3 salários mínimos	11	3,07
Acima de 3½ a 4 salários mínimos	4	1,11
Acima de 4 a 4½ salários mínimos	3	0,83
Acima de 5½ a 6 salários mínimos	2	0,55
Acima de 6½ a 7 salários mínimos	2	0,55
Não declarou renda	2	0,55
TOTAL	358	100

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

Poucas famílias possuem renda acima de três salários mínimos, limite estabelecido para usufruir de programas sociais do Cadastro Único Federal. Quase 30% possuem renda acima de ½ a 1 salário mínimo. A renda de 13,73% das famílias está acima de 1 a 2 salários mínimos; 15,92% variam entre 1½ e 2 salários mínimos; 3,91% sobrevivem com renda até ¼ do salário mínimo; 4,20% acima de ¼ a ½ salário mínimo, enquanto 15,09% vivem na extrema miserabilidade, isto é, sem renda alguma.

Mais da metade das famílias, 52,51% sobrevive com renda de zero até um salário mínimo. No interior dessas famílias, grande parte dos sujeitos do sexo masculino vivencia problemas de saúde, possui escolaridade baixa, nenhuma fonte de renda e/ou fonte incerta. A moradia é alugada ou cedida. “Na objetivação do trabalho das relações sociais, estas deixam de se apresentar como históricas, conscientes, livres, igualitárias, afetivas, criadoras, integradoras, para se reduzirem a instrumentos de dominação e opressão” (NETTO; CARVALHO, 2012, p. 41).

Essas condições de existência desumanas são refletidas na renda *per capita* das famílias dos homens cadastrados no CRAS.

Tabela 7– Renda *per capita*

Renda <i>per capita</i>	Número de sujeitos	%
Acima de ½ a 1 salário mínimo	129	36,05
Acima de R\$ 170,00 a ½ salário mínimo	92	25,70
00	54	15,08
Acima de 1 a 1½ salário mínimo	34	9,50
Acima de R\$ 85,00 a R\$ 170,00	31	8,66
Até R\$ 85,00	10	2,79
Acima de 1½ a 2 salários mínimos	6	1,67
Não declarou renda	2	0,55
Total	358	100

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

As informações referentes à renda *per capita* mostram que para 52,23% das famílias essa renda não ultrapassa ½ salário mínimo. Desse total, 20,87% encontram-se na condição de extrema pobreza, considerando-se os critérios estabelecidos pelo Governo Federal para o acesso ao Programa Bolsa Família (PBF), com “direito” ao recebimento de dois tipos de benefício, o básico e o variável (este quando ha crianças e/ou adolescentes na composição familiar). Já aqueles que possuem renda *per capita* superior a R\$85,00 até o limite de R\$170,00 são considerados na condição não mais de extrema, mas somente de pobreza, passando a ter “direito” ao recebimento do PBF Variável. Isso significa que o recebimento do benefício não se encerra no estágio de comprovação de miserabilidade, pois ainda é preciso aguardar a disponibilidade do orçamento do fundo público.

A seletividade estrutural do Estado é dada pela sua possibilidade de aliar à integração ideológica um esquema de repressão física capaz de desarticular muitas das formas de organização das classes dominadas, que poderiam vir a transformar as necessidades sentidas em demandas sociais efetivas, as quais não poderiam ser negligenciadas. (FLEURY, 1994, p. 22).

Nesse panorama determinado pelas transformações sociais e estruturais do capitalismo contemporâneo, observamos uma “redefinição do perfil dos usuários da assistência social” (COUTO, 2012, p. 43), com novas formas de relações entre trabalho e reprodução social, levando o Estado a expandir suas políticas sociais para incorporar esses novos contingentes populacionais nos serviços e benefícios públicos, haja vista não se enquadrarem nos recortes estabelecidos (COUTO, 2012).

Há, entretanto, a possibilidade de grandes reformas no aparelho estatal, para além das já vigentes, como a recente reforma trabalhista (lei 13.467/07/2017) que alterou significativamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) adequando a legislação as novas relações de trabalho, isto é, formalizando ainda mais as práticas precarizadas e restringindo os direitos do trabalhador. A realidade objetiva aponta para a agudização dos conflitos entre assistência social e trabalho.

A política social, como mediação necessária entre Estado e sociedade, vai aos poucos deixando de ser uma mistificação de uma sociedade fundada nos princípios da igualdade e da justiça social, expressos em uma noção de cidadania que nunca se realizou, já que sempre esteve condicionada pela qualidade da inserção trabalhista, o que, por suposto, nega o fundamento igualitário e a comutabilidade inerente a um mercado político-social real. (FLEURY, 1994, p. 234).

Em momentos de crise social, as ações da assistência social, mesmo com seu campo específico definido pela legislação, têm desnudada sua falta de solidez. Teimam em apontar as marcas de sua origem, as quais “se atualizam e se renovam, pois estão na base da estruturação liberal das relações sociais capitalistas, na qual o trabalho assalariado exerce a função integradora do trabalhador à ordem social” (COUTO, 2012, p. 44).

O desemprego crônico tende a produzir dinamite social dentro da estrutura do sistema do capital, independentemente das formas de solução procuradas. Nesse sentido, considerado em si mesmo, o desemprego sempre crescente mina a estabilidade social, trazendo consigo o que até os círculos oficiais reconhecem ser “consequências indesejáveis”, depois de muitos anos negando que as tendências negativas de desenvolvimento denunciadas tivessem algo a ver com o câncer social que é o desemprego crônico. (MESZÁROS, 2002, p. 343).

O grande desafio para a assistência social é atender esse público que se amplifica, gerando um quadro para além de desempregados em longo prazo, os inempregáveis, expondo os sujeitos a inúmeros constrangimentos e sofrimentos, por não se encaixarem num padrão de sociedade na qual tão só importa o consumidor. Na impossibilidade de serem incluídos nessa condição, tornam-se vulneráveis a uma série de conflitos que impactam na sua condição de saúde, nas relações familiares, na sociedade em geral, agravada quando associada aos sujeitos do sexo masculino. “Resumidamente, uma ameaça à própria pessoa, à sua família e à coletividade, que estigmatiza o desempregado” (OSCHIRO; MARQUES, 2017, p.77).

Impõe-se a pergunta: como a assistência social vem atendendo os sujeitos do sexo masculino no âmbito da política da assistência social, numa perspectiva de garantia de direitos, em tempos neoliberais? No próximo capítulo tentaremos nos aproximar ainda mais das complexidades que envolvem esta questão, explicitando particularidades do atendimento a esse público no CRAS através do PAIF.

CAPÍTULO 3 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF): lugar de quem?

A família, tal como hoje a conhecemos, não surge do resultado do amor entre os indivíduos. Surge como a propriedade patriarcal de tudo o que é doméstico.
(Lessa, 2012, p. 31).

Chegamos ao último capítulo deste estudo repetindo o que fizemos em diversos momentos: fazendo perguntas. Há uma série de questões na assistência social ainda a ser desvendada. O seu processo contraditório enquanto política social na sociabilidade do capital, na maioria das vezes, nos permite apenas fixar o aparente.

Olhamos para a história dessa política no capítulo anterior, desvendamos alguns aspectos e desnudamos algumas “ilusões”, especialmente aquelas que insistem em reafirmar essa área como um campo sólido de avanços e possibilidades para a classe trabalhadora. Apesar das mudanças e do avanço no campo formal, as ações conservadoras insistem em balizar a vida dos sujeitos que demandam os serviços dessa área.

Mesmo que a definição da LOAS explicita que é um campo de quem dela necessita, o que observamos no cotidiano da política e constatamos com as pesquisas é que quem dela necessita nem sempre é atendido. Ser apresentado, encaminhado a política e expor suas demandas não significa a plena garantia do atendimento; é preciso passar por critérios estreitos e talvez ainda se configurar como um perfil de família que é entendido como prioritário: aquele chefiado por mulheres, preferencialmente composto por velhos, crianças e pessoas com deficiência.

Novamente explicitamos que essas pontuações não implicam competição na identificação de quem é mais vulnerável, se o homem ou a mulher. Inúmeros estudos, inclusive alguns apontados aqui, explicitaram o conjunto de desproteções a que a mulher esteve exposta historicamente. Entendemos que a eleição das famílias chefiadas pelas mulheres como público prioritário para as políticas sociais não necessariamente tem permitido a promoção destas, já que muitas vezes resultam em sobrecarga e desproteção.

Visamos uma política que compreenda família que tem como um de seus eixos estruturantes a matricialidade familiar. Isto no campo formal já está

estabelecido, embora com algumas contradições, pois as práticas conservadoras de trabalho social ainda persistem. Entretanto, a realidade objetiva traz novos sujeitos que colocam à mesa as suas demandas, e estas no contexto da crise estrutural do capital não se limitam a situações pontuais. Assim é que os homens chegam à assistência social e sua estadia raramente será provisória.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), para sua operacionalização coerente com as demandas dos sujeitos, necessita olhar para a realidade e construir possibilidades que tornem todos os sujeitos visíveis, pois não basta que os homens estejam no PAIF, se as ações forem construídas na perspectiva do fortalecimento de determinadas configurações familiares e na ótica de atuações mecanicistas de adestramento. É nesse cenário que desvelamos o perfil familiar dos sujeitos do sexo masculino, as demandas que os levaram ao PAIF e as garantias afiançadas.

3.1 Configurações Familiares Contemporâneas

As configurações familiares contemporâneas apontam que o modelo tradicional de família vem se esgotando, exigindo leituras que consigam captar as mudanças em curso na sociedade. A família vem passando por diversas transformações desde o advento do capitalismo, e mais recentemente com a sua face neoliberal, que impacta sobremaneira na forma de viver dos sujeitos. Apesar de alguns questionarem se ainda é possível tipificá-la como patriarcal, a hierarquia entre os sexos (e a subordinação das mulheres) se mantém (PEIXOTO, 2012).

A história mostra que a constituição da família monogâmica ou nuclear em substituição à comunal não se configurou como um processo imune a barbáries; ao contrário, a superação da sociedade primitiva foi mediada por muita violência, resultando no surgimento de guerras, de onde vieram os escravos, a riqueza desapropriada dos trabalhadores e a propriedade privada para “os indivíduos masculinos da classe dominante” (LESSA, 2012, p. 27). Esses sujeitos passam a ser responsáveis pelas atividades mais relevantes para a reprodução da sociedade:

[...], acima de tudo a exploração do trabalhador. A economia, o Direito, a política, a religião, a guerra, o comércio, as artes, a filosofia, a ciência, a exploração e a conquista de novos territórios surgem já como atividades masculinas. A vida dos indivíduos masculinos está, na nova sociedade, diretamente articulada aos destinos coletivos; todas as “grandes questões sociais”, tudo o que diz respeito ao destino da classe, à história do período, estará a cargo dos indivíduos masculinos; serão, agora, tarefas que cabem “aos homens”. As questões que dizem respeito à totalidade da sociedade, ao destino comum, serão masculinas – as mulheres estarão delas excluídas. (LESSA, 2012, p. 27).

Entretanto, é da mulher que a humanidade depende para a sua continuidade. Logo, essa exclusão é parcial porque no mundo da reprodução sexual ela é necessária a fim de procriar massas de trabalhadores para o capital. Lessa (2012) ressalta a contribuição da propriedade privada para a constituição da família monogâmica.

Uma vez historicamente estabelecida a superioridade das sociedades de classe ante o modo de produção primitivo, o espaço de reação e resistência para as mulheres diminuiu, mas jamais desapareceu por completo. E, ao longo dos séculos [...], as mulheres foram resistindo como foi possível. Uma das formas mais universais dessa resistência foi a conversão dos lares em territórios nos quais a mulher pôde afirmar a sua identidade – o que, na sociedade de classe, equivale a afirmar o seu poder. (LESSA, 2012, p. 37).

As mulheres passam a tomar conta do lar patriarcal em detrimento da participação na vida social. Enclausuradas no limitado circuito de relações sociais criado pela propriedade privada, desenvolvem um perfil feminino que perdurou ao longo de centenas de anos: “pessoas dependentes, débeis, frágeis, ignorantes, bonitas para os homens aos quais devem servir, dóceis, compreensivas. Enfim, pessoas moldadas para a vida submissa e subalterna que lhes cabe na sociedade de classes” (LESSA, 2012, p. 37).

Saffioti (2013) afirma que a inferioridade social da mulher não foi invenção do capitalismo, mas este sistema se aproveitou dessa condição e acirrou as desigualdades entre homens e mulheres.

Os homens (leia-se maridos) nesse processo são incumbidos de cuidar do que se refere à reprodução da riqueza material; nos seus lares há mais uma forma de manifestação do poder resultante da propriedade privada. “Recebem dos filhos e das esposas apenas aquilo que a sua propriedade privada lhes

possibilita receber: respeito ao poder e não à pessoa, temor e não solidariedade” (LESSA, 2012, p. 38).

Sua casa se torna um terreno inóspito e estranho; eles lá habitam não pelas relações pessoais que estabeleceram ao longo da vida, mas predominantemente pelas relações que a esposa e os filhos estabelecem com a propriedade privada da qual são guardiões. Sua capacidade de desenvolver-se afetivamente se reduz enormemente: ser marido, ser homem, ser pai passa a ser quase sinônimo de ser bruto, selvagem, insensível. (LESSA, 2012, p. 38).

Para Saffioti (2013), o surgimento do sistema capitalista ocorre em condições muito desfavoráveis para a mulher. No seu processo de individualização, constituinte do modo de produção, a desvantagem social para a mulher assume uma dupla dimensão: a subvalorização das suas capacidades em face da supremacia masculina e, assim, “da ordem social que a gerava; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo periféricamente situada no sistema de produção” (SAFFIOTI, 1976, p.66).

Lessa (2012) aponta que com o desenvolvimento das forças produtivas, a universalização do sistema do capital impactou em mudanças em todo o mundo na forma de ser dos sujeitos, inclusive de viver a individualidade num sistema que cada vez mais possibilita o isolamento. Essas questões, assim como as duas grandes guerras do século XX, implicaram mudanças importantes no interior das famílias. Também a luta das mulheres por direitos contribuiu para a crise da família monogâmica.

Essa crise pode ser exemplificada com as transformações ocorridas no perfil das famílias estadunidenses no início do século XXI, reduzindo a predominância da típica família burguesa (nuclear), resultando em diversas outras organizações familiares, tais como esposas provedoras do lar, casais homossexuais, famílias monoparentais masculina, aumento de casais hétero ou homossexuais que optam por não ter filhos etc. “Desde pelo menos a Segunda Grande Guerra, mas possivelmente antes, a família vai deixando de ser a unidade econômica decisiva” (LESSA, 2012, p. 79).

Tais mudanças globalizadas não deixam imunes as famílias brasileiras e o modo de ser do feminino e masculino na contemporaneidade. Os sujeitos do sexo masculino cadastrados no CRAS estão inseridos em diversas

configurações familiares. Embora nosso entendimento seja o de que independentemente da sua composição e da forma como se organizam, são formas de ser família, elegemos uma “tipificação” para facilitar a explicitação dessas configurações.

Para conhecer o perfil familiar desses sujeitos, identificamos o número de membros de seus domicílios, o número de filhos, o estado civil e a configuração familiar, conforme as tipologias estabelecidas pelo IBGE.

Tabela 8– Configurações familiares

Configuração Familiar	Número de sujeitos	%
Unipessoal masculina	114	31,84
Nuclear	90	25,14
Casal sem filhos	53	14,80
Monoparental masculina	39	10,90
Família extensa	21	5,87
Reconstituída	17	4,75
Anaparental	07	1,95
Monoparental feminina	07	1,95
Avós com Netos	05	1,40
Socioafetiva	05	1,40
Total	358	100

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

A realidade familiar dos homens indica que a família nuclear não é hegemônica em suas configurações: 268 (74,86%) dos homens estão inseridos em famílias diversas desta, prevalecendo a unipessoal masculina, o que corrobora os dados da PNAD; estes apontam que desde 2005 o perfil composto unicamente por pai, mãe e filhos deixou de ter a maior representatividade nos domicílios brasileiros (PNAD, 2015). “Por outro lado, novas tendências ganharam força. Em 2015, por exemplo, quase um em cada cinco lares era composto apenas por casais sem filhos, 19,9%, enquanto em 14,4% das casas só havia um morador” (PNAD, 2015, p. 18).

Quanto ao estado civil, elencamos todas as formas identificadas nos prontuários, considerando como os homens manifestaram seu estado civil, o que nos permitiu identificar as mais variadas situações, visando contribuir para o desdobramento das diversas configurações familiares explicitadas acima.

Tabela 9– Estado civil dos sujeitos do sexo masculino

Estado Civil	Número de sujeitos	%
Casado	125	34,91
Solteiro	95	26,54
Divorciado	66	18,44
Amasiado	44	12,29
Viúvo	24	6,70
União Estável	04	1,12
Total	358	100

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

O quantitativo de sujeitos que se declararam casados, amasiados ou na condição de união estável não alcança metade do total de usuários. No entanto, nos chamou a atenção um número expressivo de homens que se intitularam na condição de solteiros e divorciados: 44,98% dos sujeitos.

É verdade que a dissolução do matrimônio é mais fácil quando a única propriedade que se possui é a força de trabalho; todavia, não porque os trabalhadores se emanciparam da propriedade privada, mas porque se submetem a ela pela mediação da miséria. Nesse contexto, o matrimônio mais facilmente desfeito é manifestação antes da pobreza material do que da superação das alienações fundadas pela exploração do homem pelo homem. (LESSA, 2012, p.75).

No que se refere ao número de filhos, buscamos identificar se os sujeitos do sexo masculino possuíam filhos que residiam em seus domicílios, considerando, portanto, a configuração familiar declarada no cadastro do CRAS. Os dados que serão explicitados aqui versam sobre o total de filhos que residem nos domicílios dos homens cadastrados.

Tabela 10– Número de filhos residindo nos domicílios

Número de filhos	Número de sujeitos	%
0	191	53,35
1	81	22,66
2	40	11,17
4	26	7,25
3	19	5,30
5	1	0,27
Total	358	100

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

Mais da metade dos homens não possui ou não reside com filhos. Esse quadro se aproxima da configuração familiar, tendo em vista que o montante de famílias unipessoais masculinas e casais sem filhos abrange quase metade do número de famílias pesquisadas.

Aqui ficam algumas questões que não poderão ser respondidas através da leitura somente desses dados. O fato de muitos aparecerem sem filhos pode significar a ausência e/ou a presença destes na configuração familiar das mães. Sabemos que na realidade brasileira, em casos de separação ou do não estabelecimento de qualquer laço conjugal, os filhos majoritariamente ainda são de responsabilidade da mulher, e em muitos casos, apenas desta.

Aos homens, os processos alienantes atingiram-nos com igual intensidade, ainda que por outras mediações. Ser marido e provedor torna-se um fardo cada vez mais pesado, e para dar conta do recado, os homens se embrutecem: isolam-se de suas esposas e de seus filhos, e às suas identidades incorporam mais intensamente a mercadoria da qual são “guardiães”. (LESSA, 2012, p. 74).

O número de pessoas que compõem essas famílias também contribui para a derrubada de rótulos que insistem em afirmar que famílias pobres geralmente são numerosas. A família da classe trabalhadora também vem apresentando uma redução no número de membros, o que dificilmente seria diferente tendo em vista que o tipo de vida da classe trabalhadora corresponde às ideias determinadas pela classe dominante.

Tabela 11– Total de membros no domicílio

Número de membros	Nº de famílias	%
1	114	31,84
2	76	21,22
3	64	17,87
4	69	19,28
5	24	6,70
6	06	1,67
7	03	0,87
8	02	0,55
Total	358	100

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

As variadas formas de configurações familiares determinam a manutenção ou não de papéis delimitados por relações patriarcais de gênero. Os sujeitos unipessoais masculinos se defrontam com o universo doméstico sob sua responsabilidade; os casais sem filhos estabelecem rotinas diferenciadas para além da criação de uma criança para a continuação da manutenção da ordem. Enfim, as possibilidades de experimentar outras formas de vida diferente das impostas pela estrutura patriarcal se abrem em um plano imediato.

Por outro lado, o que se observa em muitos casos é a reprodução de papéis da família nuclear mesmo em configurações que acreditávamos estarem mais disponíveis para novas formas de ser família. Isso significa que apesar do enfraquecimento do patriarcado de forma mais individualizada, a sua estrutura ainda permanece.

A superação de qualquer tipo de exploração exige a transcendência da ordem vigente. Não queremos desmerecer nenhuma luta, entretanto não coadunamos com aquelas que defendem, compreendem e miram o horizonte para o alcance de melhores condições no interior do capital. As lutas das mulheres são deveras importantes, mas não podemos entendê-las dissociadas da sociedade de classes e do Estado. Se assim o fizéssemos, estaríamos reduzindo a sociedade de classes a uma sociedade assimétrica, que requer apenas correção do desequilíbrio relativo do local ocupado pelos homens e pelas mulheres na sociedade “contemporânea”. Corrigidos tais desequilíbrios, a questão estaria resolvida (LESSA, 2012).

Entendemos não ser esse o caminho. Portanto, o Trabalho Social com Famílias (TSF) que acreditamos ser necessário deve vislumbrar a perspectiva da emancipação não apenas política, mas humana, de maneira que homens e mulheres possam ter condições dignas de vida. “Precisamos trabalhar com estas famílias em uma perspectiva emancipatória, pois programas sociais que atendem famílias não têm a perspectiva de buscar essa emancipação” (OLIVEIRA; FILHO, 2009, p. 7).

As informações disponibilizadas neste item acerca do perfil familiar dos sujeitos cadastrados no CRAS não almejam estabelecer rótulos ou a definição de procedimentos de como desenvolver o TSF para homens ou mulheres; o que almejamos é provocar alterações na forma de pensar a política, para

alcançar o conjunto da classe trabalhadora que dela demanda atenção, pois, “embora a política de assistência social, a partir da promulgação da LOAS, tenha encetado um avanço altamente significativo, ela ainda não tem consolidada a inserção da família na perspectiva do direito” (MIOTO, 2013, p. 9).

3.2 Trabalho Social com Famílias no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

A família é objeto de intervenção do Serviço Social desde a origem da profissão, porém durante muito tempo não foi entendida como um campo privilegiado de conhecimento. Nos anos 2000, quando passou a ser alvo das políticas sociais, desencadeou uma série de estudos (MIOTO, 2010). “Tanto na Constituição de 1988 como nas legislações que regulam as conquistas, reafirma-se a necessidade de proteger as famílias das adversidades que a sociedade capitalista impõe” (COUTO, 2018, p. 13).

Chamar para o centro do debate da proteção social as famílias, se por um lado foi considerado um avanço, pois responsabiliza o Estado pela sua garantia, de outro lado criou o espaço para que, apoiados em diretrizes do pensamento neoliberal, em movimento de rebote e minimização do Estado, a tarefa de proteger fosse devolvida para as famílias. (COUTO, 2018, p. 13).

É instaurado um trabalho social desenvolvido nas políticas sociais de lógica mercadológica, esvaziado de conteúdos reflexivos, de possibilidade de fortalecimento de lutas coletivas da classe trabalhadora e repleto de responsabilidades direcionadas para as famílias, responsabilidades estas que deveriam ser assumidas pelo Estado.

Na área da assistência social, no âmbito da PSB, o TSF é desenvolvido via PAIF, serviço instituído como “ação continuada da assistência social” através do Decreto 5.085/2004, sendo sua oferta obrigatória e exclusiva no CRAS. O PAIF foi criado a partir do reconhecimento de que as vulnerabilidades e os riscos sociais que atingem as famílias extrapolam a dimensão econômica, exigindo intervenções que trabalhem aspectos objetivos e subjetivos relacionados à função protetiva da família e ao direito à convivência familiar.

Em todos os níveis de proteção social dessa política é demandado TSF, que por ser contínuo, sistemático e planejado, transformou-se em serviços, como é o caso do PAIF, na proteção social básica, em que o trabalho com famílias envolve atendimentos e acompanhamentos, sejam em ações particularizadas e/ou coletivas (grupos, oficinas, palestras). (TEIXEIRA, 2017, p. 81).

Para alcançar esse campo de ação continuada TSF no âmbito da assistência social, houve antes um longo período de ações fragmentadas, segmentadas, focadas nas situações problemas das famílias pobres, prevalecendo uma perspectiva de um olhar para suas incapacidades.

As ações da assistência social adicionaram as características do assistencialismo, do paternalismo ao sistema, que, mesmo com a intervenção do Estado a partir de serviços públicos, eram fragmentados, descontínuos, assistemáticos, superpostos, executados por organizações filantrópicas e religiosas, sem financiamento garantido. (TEIXEIRA, 2017, p. 75).

Visavam ao alcance de uma família com o padrão dentro da “normalidade”, ou seja, “com a presença de um casal heterossexual e sua prole, concepção difundida por várias disciplinas científicas, como, por exemplo, a Psicologia e os Terapeutas Familiares, a Psicanálise, o Serviço Social e o Direito” (TEIXEIRA, 2017, p. 76).

Teixeira (2013) observa que anteriormente ao tipo de trabalho social proposto na contemporaneidade, as ações eram direcionadas às famílias rotuladas como “desestruturadas”, consideradas incapazes numa perspectiva teórico-metodológica positivista/funcionalista.

O questionamento não se voltava para a injusta ordem vigente que aprofundava as desigualdades sociais e, conseqüentemente submetia as famílias em situação de pobreza à vivência de uma enorme diversidade de expressões da questão social. O problema eram os sujeitos, e estes deveriam alterar seus comportamentos para se ajustar à sociedade, contribuindo para seu funcionamento harmônico.

As novas perspectivas TSF iniciadas em meados dos anos 2000, especialmente no campo da assistência social, buscaram superar a segmentação e a fragmentação histórica dessa área, centrando-se na família. A inovação reside na eleição de trabalho social na perspectiva da prevenção,

alterando assim a lógica de atendimento de situações limites. Inova “[...] ao materializar a centralidade do Estado no atendimento e acompanhamento das famílias, de modo proativo, protetivo, preventivo e territorializado, assegurando o acesso a direitos e a melhoria da qualidade de vida” (BRASIL, 2012, p. 5).

A garantia do financiamento especificamente para o PAIF permitiu ações continuadas próprias do que denominamos serviço, reduzindo as problemáticas que impactavam as ações e comprometiam o atendimento às famílias.

As orientações das cartilhas técnicas produzidas na área da assistência social acerca do TSF através do PAIF explicitam que na contemporaneidade a operacionalização desse TSF demanda saberes técnicos especializados, porquanto o trabalho exigido, diante da complexidade que envolve as realidades das famílias, não mais é compreendido como clientelismo, assistencialismo, caridade, porém como política pública e dever do Estado. Trata-se de um trabalho especializado, realizado por técnicos de nível superior, com formação profissional, fundamentado em conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e em pressupostos éticos e projetos ético-políticos (BRASIL, 2012).

É preciso escapar do pragmatismo, da empiria que tem alimentado as análises apressadas que são realizadas no campo da assistência social. Fugir das armadilhas que apontam esse campo como do adestramento da população usuária, construindo modelos ideais de famílias, de serviços, de territórios, sem considerar as condições de vida, de luta e de resistência dessa população. É preciso garantir um serviço de qualidade, conectado com as necessidades sociais da população. E ao realizá-lo reafirmar a condição de classe, que se expressa também na pobreza imposta à classe trabalhadora, com a destituição do direito de usufruir da riqueza socialmente produzida. (COUTO, 2015, p. 8).

A apreensão do conceito de TSF no campo de atuação do PAIF é importante, pois eleva a concepção deste trabalho ao patamar de procedimentos qualificados, edificados a partir de saberes profissionais, embasados em princípios éticos e com finalidades a serem alcançadas (BRASIL, 2012).

Portanto, atuar junto a famílias [...] impõe a necessidade de uma prática profissional que não ignore a diversidade e a dinamicidade dos arranjos familiares. Desse modo, é imprescindível aos profissionais que formulam e implementam a política social superar a

naturalização das funções e papéis de mulheres e homens no âmbito familiar. (BARBOSA E FREITAS, 2013, p. 77).

As ações do PAIF, numa perspectiva crítica, reforçam a necessidade de romper com concepções de gênero fortemente enraizadas, uma vez que a construção histórica de papéis predefinidos para homens e mulheres continua sendo reafirmada cotidianamente na realidade das famílias, explicitando que “ser homem é seguir à risca os ‘códigos de virilidade’ secularmente construídos e concebidos como verdades absolutas. Nossa representação de família está assentada nesta visão e nesta divisão entre as esferas pública e privada” (MUNIZ, 2011, p.67).

Muitos equipamentos ainda desenvolvem as ações do PAIF como sinônimo de “espaço doméstico”, “o lugar do feminino”, contribuindo para o reforço da desigualdade de gênero, conforme pontuam Magalhães, Silva e Oliveira (2011, p. 17):

Nota-se que a maior parte desses grupos de convivência do CRAS é referenciada às mulheres dessas famílias em situação de vulnerabilidade, pois estas se mostram mais participativas e receptivas em relação às atividades propostas pelo Centro de Referência de Assistência Social, sendo vistas então como meio de intervenção que a equipe encontra para estar próxima às demandas dessas famílias. Estes grupos são denominados “Maria flor”, “Menina mulher”, “Mulheres em ação”, o “De bem com a vida” e “Amor e CIA”. (MAGALHÃES; SILVA, 2011, p. 17).

“Para a mulher, o mundo privado, a família, a casa, o afeto, as práticas do cuidado; já para os homens, o mundo público, o trabalho, as ruas, a razão” (BARBOSA E FREITAS, 2013, p. 67). Logicamente, nesse contexto, os homens não possuem lugar no PAIF, o que contribui para o agravamento das expressões da questão social, pois as violações são resultantes das desproteções, e estas podem e devem ser amenizadas através das ações estatais.

Um exemplo claro de tal desigualdade está nos argumentos de Mariano e Carloto (2009), no que tange às transferências condicionadas de renda, que priorizam os repasses monetários às mulheres. As autoras pontuam que, em geral, os “benefícios” envolvem essas mulheres numa rede de obrigações que impede outras conquistas e, conseqüentemente, sua autonomia. Ao serem

incluídas no PBF, as mulheres assumem o papel de representantes familiares e passam a ser vistas, mais uma vez, em função dos seus papéis femininos, particularmente os que vinculam a figura da mulher ao de mãe e de cuidadora.

Essa questão de desigualdade relacionada ao gênero faz com que as mulheres sejam o grupo populacional mais afetado pela pobreza. A pobreza não afeta do mesmo modo e intensidade os homens e as mulheres (SANTOS, 2008). De acordo com o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1995, 70% dos pobres do mundo eram mulheres. Não foi coincidência que a liberação das mulheres tenha ocorrido na década de 70 (crise estrutural do capital), na extrema precarização do mundo do trabalho (MÉSZÁROS, 2002).

Nesse panorama, ressaltamos as falas de Carloto e Mariano (2009), que consideram fundamental manter-se atento aos riscos da cristalização dos papéis sociais de gênero; estes aprisionam as mulheres nas tarefas referentes aos cuidados, à maternagem e à reprodução social, obstando-lhes o acesso a oportunidades.

Mantém-se a divisão sexual do trabalho doméstico, o modelo da mulher reprodutora e do homem provedor que é incapaz de gerir eficazmente a renda familiar. A mulher é suspeita de não ser eficiente nas tarefas laborais extradomésticas, e o homem é suspeito de não distribuir adequadamente a renda familiar. (MARTINO, 2015 *apud* PAUTASSI E ZIBECH, 2010, p. 114-115).

Couto (2018) afirma que o TSF se configura como um grande desafio. “Por muito tempo, e apesar de antigo, reverbera ainda hoje a família como um âmbito considerado privado, eivado de preconceitos, que vão desde as questões de gênero até o papel que devem assumir frente a seus membros” (COUTO, 2018, p. 14). Apesar de a PNAS reconhecer as diversas configurações familiares para além dos laços consanguíneos, ainda reina uma perspectiva moralizante nas ações do TSF que as conduzem a reproduzir os papéis típicos da família burguesa.

As temáticas sobre a família contemporânea podem nos levar por diferentes realidades em transformações, e por questões complexas, pois geralmente temos uma família ou um modelo familiar internalizado. Esta intimidade do conceito de família pode causar confusão entre as famílias com as quais pesquisamos e as nossas

próprias concepções sobre a configuração familiar. (OLIVEIRA, 2009, p. 65).

Pensar o TSF no âmbito do PAIF considerando as transformações ocorridas na sociedade como um todo é um desafio para os trabalhadores, mais ainda quando se faz necessário pensar ações que alcancem homens e mulheres das mais diversas idades e configurações familiares, vivenciando expressões da questão social cada vez mais complexas, as quais não comportam receitas.

O TSF desenvolvido pelo CRAS Cila de Lucio Bauab no âmbito do PAIF segue as normativas das cartilhas e desenvolve ações individuais (atendimentos socioassistenciais particularizados, visitas domiciliares) e coletivas (grupos e oficinas socioeducativas e ações comunitárias) com as famílias. A participação dos homens ocorre tanto no âmbito coletivo como no âmbito individual.

Os Relatórios Mensais de Atividades (RMA) do equipamento nos permitiu evidenciar a presença de homens em todos os grupos desenvolvidos (crianças, adolescentes, idosos e com as famílias beneficiárias de PTR). O registro de informações no RMA especifica as participações, algo que a Vigilância Socioassistencial do município estabeleceu há pouco mais de um ano e que o Governo Federal, a partir do Censo SUAS³¹, passou a incluir também as participações de homens e de mulheres nas ações coletivas do PAIF.

Abordar as orientações teórico-metodológicas do TSF desenvolvidas pelo CRAS Cila através do PAIF não compõe o rol de objetivos deste estudo, assunto que consideramos de extrema relevância e que será objeto de investigação futura.

Buscamos aqui identificar se os atendimentos se configuraram como pontuais ou continuados e desvendar os fatores que originaram o atendimento dos sujeitos do sexo masculino no CRAS, no âmbito do PAIF. Para tanto,

³¹O Governo Federal, no âmbito da Vigilância Socioassistencial, desde 2007 realiza o Censo SUAS. Este permite traçar informações sobre atividades, quantidade e serviços prestados nas unidades de atendimento de assistência social, além do perfil dos trabalhadores e conselheiros. É uma forma de monitorar o SUAS em âmbito nacional e a partir daí implementar novas ações.

levantamos informações dos prontuários acerca do ano de acesso, forma de acesso, motivo que originou o atendimento e total de atendimentos no CRAS.

No que se refere à forma de acesso, identificamos que esta ocorreu de diferentes maneiras, o que aponta que o CRAS é um equipamento que já consolidou sua identidade, passando a ser de fato referência também para serviços de diversas áreas e a comunidade em geral.

Tabela 12– Formas de acesso ao CRAS

Forma de acesso	Número de sujeitos	%
Demanda Espontânea	238	66,48
Busca Ativa	42	11,73
Secretaria Assist. e Desenv. Social	27	7,55
Comunidade	10	2,79
Serviços de saúde	9	2,52
Outros Serviços da P.S.B.	6	1,67
Serviços da P.S.E.	6	1,67
Serviços da Previdência Social	6	1,67
Agentes políticos	3	0,84
Familiares	2	0,56
ONGS	2	0,56
Conselho Tutelar	2	0,56
Defensoria Pública	2	0,56
Serviços privados	1	0,28
CEJUSC	1	0,28
Zoonose	1	0,28
Total	358	100

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

A forma de acesso preponderante ocorreu espontaneamente, situação que pode ser explicada pelo fato de o CRAS estar localizado no território em que a maioria dos sujeitos que foi atendida reside. Essa questão é de extrema importância no âmbito da assistência social, porquanto define como um de seus eixos estruturantes a territorialidade; esta preconiza a execução do PAIF nos territórios com maiores índices de vulnerabilidade social.

A segunda forma de acesso, embora não tão expressiva quanto a primeira, cabe ser analisada tendo em vista que explicita o cumprimento de uma das diretrizes da política: tornar o Estado alcançável às famílias que ainda não o acessaram, porém demandam atenção. “Todas as famílias referenciadas ao CRAS são alvo das ações proativas e preventivas do PAIF, bem como da busca ativa do CRAS” (BRASIL, 2012).

Essa forma de acesso rompe com perspectivas de atuações mais passivas e pontuais, quando o profissional apenas atendia o sujeito que buscava por atendimento sem considerar que muitas vezes as condições materiais objetivas da vida de parcelas de famílias comporta a vivência de múltiplas expressões da questão social, o que as torna tão desprotegidas a ponto de não conseguirem acessar um direito. Ou, em muitos casos, esses sujeitos não se enxergam como sujeitos de direitos nessa área; como exemplo, os sujeitos do sexo masculino.

Quanto ao ano de atendimento, investigamos desde a data de implantação do CRAS (julho de 2009) até 30 de agosto do ano vigente.

Tabela 13– Primeiro acesso ao CRAS

Data de Cadastro	Número de sujeitos	%
2009	24	6,70
2010	21	5,86
2011	23	6,42
2012	38	10,62
2013	26	7,27
2014	69	19,27
2015	43	12,02
2016	36	10,05
2017	44	12,30
2018	34	9,49
Total	358	100

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

Ao longo desses dez anos, o acesso ao PAIF não ocorreu uniformemente; houve variações a cada ano. O que a realidade nos mostra é que o acesso não estava relacionado ao tempo de existência do serviço no território; caso fosse assim, obviamente o aumento deveria ocorrer ano a ano e/ou estabilizar à medida que grande parte dos sujeitos já estivesse cadastrada.

O acesso está vinculado a uma característica inerente à política de assistência social, o seu caráter conjuntural, isto é, depende da oferta de cada período. Não foi por acaso, portanto, que o ano de 2014 apresentou o maior número de homens que efetivaram cadastro no CRAS. Em 2014 certamente havia “lugar” para esses sujeitos no PAIF, devido a um forte investimento em políticas de ativação para o trabalho: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC):

[...] foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. (BRASIL, 2011).

Apesar de o PRONATEC ter sido criado em 2011, sua expansão foi gradativa e em 2014 alcançou seu auge, possível de ser identificado através das perspectivas de crescimento para o programa na época. “Desde a criação do programa, em 2011, até o fim de 2014, a expectativa é realizar 8 milhões de matrículas [...] nas mais diversas modalidades de ensino”(CNI, 2018).

O Programa, na sua origem, priorizava a inclusão de pessoas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, com ênfase para os beneficiários dos grupos mais expostos aos riscos da extrema pobreza, como as pessoas com deficiência, jovens, mulheres, negros, população em situação de rua, catadores de material reciclável, índios e comunidades tradicionais (BRASIL, 2013).

O PRONATEC foi atrelado ao ACESUAS/Trabalho, estabelecendo uma parceria entre as políticas de assistência social e as políticas de ativação para o trabalho. A assistência social estatal mais uma vez se apresenta como um campo provisório, desconsiderando a questão do desemprego estrutural e assumindo o compromisso de mobilizar a classe trabalhadora da fração mais pauperizada para o mundo do trabalho.

A cartilha do ACESSUAS traz na sua apresentação:

Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
ACESUAS tem por finalidade promover o acesso dos usuários da Assistência Social ao mundo do trabalho. Com vigência entre 2012 e 2014 [...] para acesso a oportunidades a políticas afetas ao trabalho e emprego. (BRASIL, 2012, p.7).

O MDS (2012) entendeu que era essa a forma de o Estado vislumbrar a transformação do usuário da assistência em consumidor; “[...] o braço do Estado busca alcançar aquela pobreza tão pobre que a miséria quase a faz invisível. Assim, todo o país vai sair lucrando, pois cada pessoa que sai da miséria é um novo produtor, um novo consumidor” (BRASIL, 2012).

O fortalecimento de tais programas obriga os sujeitos a se inserirem num mercado de trabalho cada vez mais caótico e desumano, “[...] haja vista que

ainda perduram situações em que se evidenciam as mais perversas formas de superexploração da força de trabalho, tais como: trabalho infantil, formas de trabalho análogo ao trabalho escravo etc.” (VILVERT, 2012. p. 73).

As relações historicamente tensas entre assistência social e trabalho tendem a se aprofundar na atual conjuntura – é conhecido o processo de transformação do pobre em trabalhador na transição para o capitalismo liberal, que impunha a renúncia da condição de cidadania aos indivíduos que dependiam da assistência social pública, fazendo uma dualidade entre “pobre” e trabalhador. (COUTO, 2012, p. 44).

Todavia, as expressões da questão social vivenciadas pelos sujeitos da classe trabalhadora não serão solucionadas simplesmente com o acesso a cursos profissionalizantes, haja vista o cenário do mundo de trabalho: o desemprego estrutural tão mencionado neste estudo, que o Estado prefere não “enxergar”. Há a exigência de ações no âmbito do PAIF cada vez mais conectadas com a realidade dos sujeitos, sem soluções via procedimentos mecanizados, devido às demandas trazidas pelos sujeitos do sexo masculino, assim como pelo conjunto da classe trabalhadora no capitalismo, não serem pontuais. Cumpre observar os dados abaixo:

Tabela 14– Número de vezes que os sujeitos do sexo masculino e/ou suas famílias foram atendidos/as

Total de atendimentos	Número de sujeitos	%
1	163	45,53
2	64	17,87
3	26	7,26
4	19	5,30
5	14	3,91
6	10	2,79
7	16	4,46
8	3	0,83
9	6	1,67
10	5	1,39
11 a 20	20	5,58
21 a 30	5	1,39
31 a 40	2	0,56
41 a 50	3	0,83
50 a 60	1	0,27
De 60 a 70	1	0,27
Total	358	100

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

A maior parte dos homens atendidos através do PAIF passou por dois ou mais atendimentos; além de mais de 10% terem sido alvo de dez atendimentos ou mais. Essa realidade, apesar de contraditória³², mostra a relevância do caráter de ação continuada no âmbito do PAIF em detrimento de ações pontuais e paliativas que marcaram a trajetória do TSF na assistência social, bem como o desafio de executá-lo com qualidade numa conjuntura de sucateamento dos serviços e de redução do investimento na assistência social.

As informações coletadas nos prontuários e expostas neste item nos permitira uma visão preliminar da realidade dos homens no PAIF, provocando um repensar no TSF desenvolvido até então. Precisam de espaço para pontuar suas demandas e pleitear as seguranças afiançadas, formalmente, no âmbito do PAIF.

Perguntamos então: quais são essas demandas e quais as garantias afiançadas? É a essas questões que buscaremos responder no próximo item.

3.3 Entre as garantias sociais asseguradas e o não acesso

Os sujeitos do sexo masculino chegam ao PAIF inicialmente via atendimentos socioassistenciais particularizados, solicitando algum tipo de auxílio em face da impossibilidade de gestar sua vida e a de sua família apenas com a renda do trabalho. Muitas vezes nem sequer têm trabalho ou alguma fonte de renda fixa. “Diante do desemprego estrutural e da redução das proteções sociais decorrentes do trabalho, a tendência é a ampliação dos que demandam o acesso a serviços e benefícios de assistência social” (COUTO, 2012, p. 43).

A concepção e o desenho da política de assistência social estão baseados em **seguranças afiançadas por esta política**. As seguranças, apreendidas como as **garantias sociais**, que devem nortear todas as ações da política de assistência social buscam assegurar a concretização de alguns direitos sociais reconhecidos pelo Estado brasileiro. (Grifo nosso). (BRASIL, 2012, p. 62).

³² Ao tempo que apontam a constância da vivência das expressões da questão social, a atenção pública com perspectiva de ação continuada possibilita condições de leituras mais aprofundadas da realidade social e, conseqüentemente viabilidades de lutas coletivas para a concretização dos direitos da classe trabalhadora.

Ter um equipamento público como o CRAS no território, próximo de onde as famílias vivem, é de suma importância. Contudo, há em muitos momentos a dificuldade histórica de reafirmar o campo específico da assistência social, especialmente quando o CRAS/PAIF passa a ser espaço no qual os usuários expõem necessidades de toda ordem e a articulação com as demais políticas já não faz sentido. Identificamos que estas foram as responsáveis pelo encaminhamento do usuário ao CRAS mesmo quando a intervenção não cabe a esse campo. Estabelecem-se então relações conflitantes.

Tal aproximação com a população usuária da política de assistência social e com as situações encontradas no contexto familiar e no território permitiu amplo reconhecimento da legitimidade do CRAS e do serviço PAIF. Isto ocorre por configurar-se em espaço de convívios, de informações, de trocas de experiências, de esclarecimentos, de aquisições, de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a construção de leituras e releituras das situações vivenciadas, além da organização e disposição de alternativas para o enfrentamento de questões adversas que se impõem no espectro da família e na relação com o território. (BRASIL, 2012, p. 6).

Verifica-se um conjunto de sobrecargas, a negação de direito das demais áreas e a concessão de alguns, o que dificulta a reafirmação da sua especificidade. É assim que muitos homens chegam ao CRAS: na busca pelo que não acessou em outra área. Chegam com uma imensa diversidade de motivos e com desproteções de toda ordem.

Encontramos ainda a ideia do usuário da assistência como o “excluído” das outras políticas sociais, dando a ideia de que há um atendimento para as políticas sociais em geral, e outro atendimento, particularizado, para os “pobres” da Assistência. (SCHONS, 2015, p. 36).

Isso faz com que os usuários solicitem uma série de intervenções para além desse campo, respaldados pelas demais políticas. Instala-se um processo no qual a assistência social, muitas vezes marginalizada, passa a ser exaltada como a única possibilidade de intervenção ante as inúmeras expressões da questão social apresentadas, ganhando ainda mais força essa ideia quando identificamos que os principais motivos estão relacionados à questão da ausência de renda, a qual é explícita na solicitação da cesta básica, elaboração de currículos, a inserção em PTR e BPC tanto para idoso quanto para PCD, a

dificuldade em arcar com o pagamento de contas fixas básicas, tais como água e energia, a solicitação por móveis usados, utensílios domésticos e até vestuário, acarretando uma amplitude de desproteção social que dificulta o entendimento de a quem cabe o quê. O sujeito é um só, a família é uma só, mas a complexidade das privações e violações é de diversos campos, pois as legislações delimitam as políticas sociais e as expressões, como se estas não estivessem organicamente interligadas.

Tabela 15– Motivo que originou o atendimento no PAIF

Motivo do atendimento	Número de sujeitos
Solicitar CB	55
Equipe buscou trabalhos para prevenção	42
Ausência de renda/desemprego	40
Orientação sobre benefício/PTR	40
Questões da área da saúde (dentista, óculos de grau, fraldas geriátrica/medicamentos, transporte, auxílio doença)	29
Vaga no SCFV para filhos	26
BPC – P.C.D. e Idoso	21
Cursos profissionalizantes/PRONATEC/Programa Time do Emprego/Elaboração de currículos	21
Conhecer o trabalho do CRAS	20
Tarifa Social de energia e água e/ou auxílio para pagamento de contas	19
Questões área da habitação (isenção de IPTU, MCMVI)	13
Conflitos familiares/Separações/Guarda de criança	12
Vaga para idosos	11
2ª via de documentos	10
SCFV – Idoso/Idoso em isolamento	6
Obrigatoriedade de efetivar cadastro por ser beneficiário do BPC	5
Alcoolismo/drogadição	4
Passe livre	3
Vestuário, móveis e utensílios domésticos, <i>kit</i> de fotos	3
Conversor Digital	3
Vaga em Serviços para idoso semidependente	3
Viva – Leite	2
Interesse nos grupos	2
Horta comunitária	1
Passagem para buscar neto em outro município	1
Infestação de carrapatos	1
Sol. Aliment. especial para filhos	1
Carteira de transporte interestadual do idoso	1
Apoio para processo de saída das ruas	1
Vaga em creche	1
Total:	394

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

Finalmente, as demandas que conseguem penetrar o processo de tomada de decisões burocrático recebem um tratamento "técnico" que busca destematizar a sua relação social e seu caráter de classe, por meio de um conjunto complexo de estratégias administrativas, de forma a compatibilizar a atenção a estas exigências com a manutenção da dominação vigente. (FLEURY, 1994, p. 22).

Mesmo que a perspectiva do atendimento seja direcionada sob o entendimento da sociedade de classes, os limites institucionais, especialmente num campo como o da assistência social, nos impelem a operacionalizar práticas no atendimento de demandas individuais.

A realidade de não cidadania acha-se expressa na busca pelo PAIF motivada pela solicitação de uma alimentação especial para o filho à declaração literal de pobreza, mediante o desemprego e a solicitação de apoio para o processo de saída das ruas, bem como nos motivos relacionados à política de saúde, que levam o usuário a buscar atendimento através do PAIF apresentando a precariedade dessa área. Em face do desemprego, o usuário peregrina pelos diversos espaços com a esperança de conseguir algum auxílio.

São também preocupantes doenças como o alcoolismo e a drogadição. A dependência de drogas num contexto de vida marcado pela pobreza e desproteção social só aprofunda a indignidade a que estes homens estão expostos, contribuindo para o aumento de estatística do atendimento na perspectiva da punição, constantemente direcionada aos homens jovens e negro-pardos. Sua taxa de mortalidade é quase três vezes maior que a de brancos (PNAD, 2014). "Mais pobre e menos escolarizada, essa fatia dos brasileiros ainda vive, em grande parte, marginalizada e com poucas oportunidades de ascensão social, exposta ao cotidiano de violência das periferias" (GREGÓRIO, 2018, s/p.).

As demandas da política de habitação também são expostas na assistência social. Os homens querem participar de programas habitacionais para acessar uma moradia, pois grande parte reside em domicílios cedidos ou alugados. Pleiteiam isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), pois mesmo os que possuem moradia não conseguem honrar com o pagamento do imposto. Idosos chegam ao CRAS para requerer a inserção num programa de moradia subsidiada; chegaram à velhice sem acessar o direito à moradia. "A vida na cidade regida pelo sistema capitalista é organizada a partir

da propriedade privada dos meios de produção e da terra, acumulação, mais-valia, trabalho assalariado, exército de reserva, e exploração do trabalho” (CUNHA, 2018, p. 3).

Os demais motivos versam sobre o campo dos serviços, específico da assistência social, como solicitações por vagas em SCFV para crianças e idosos. Refletem o campo tipificado dos serviços que contribui com o compartilhamento do cuidado social.

As demandas trazidas por estes homens expressam quem são na sociedade de classes. São homens que não conseguiram suprir suas necessidades, nem a de suas famílias, necessidades estas as mais básicas: alimentação, pagamento das contas mensais de água, energia, aluguel, prestação da casa e compra de medicamentos. Homens vítimas de preconceitos, com problemas de saúde, usuários e/ou dependentes de drogas, vivenciando conflitos familiares e/ou comunitários. Homens isolados do convívio familiar e social, descartados do mercado de trabalho e com mínimas chances de serem “reaproveitados”. Todos eles são duplamente penalizados pela precariedade das condições de vida e pela não honradez das “atribuições específicas da masculinidade”.

Como, então, exigir de todos os homens que tenham sucesso no campo econômico? Como impor-lhes a necessidade de ganhar seu próprio sustento e o de toda a sua família? Como responsabilizá-los pelo seu “fracasso”? Sem dúvida, é demasiadamente pesado o fardo masculino de *provedor do lar*. Quantos homens não perdem o desejo de viver em face da impossibilidade de cumprir o destino que a sociedade lhes reserva? Quantos não se tornam alcoólatras ao cabo de um longo período de buscas infrutíferas de emprego? Quantos não se tornam sexualmente impotentes pela impossibilidade de desempenhar sua função de *macho*, segundo reza a cartilha das classes dominantes? Quantos não se tornam violentos, espancando mulheres e filhos em virtude do desespero provocado pelo desemprego? (SAFFIOTI, 1987, p. 25).

Dado esse cenário imerso em necessidades que transbordam o campo da assistência social, ainda mais da PSB, perguntamos: o que os homens e/ou suas respectivas famílias têm acessado através do PAIF?

Tabela 16– Inserção das famílias dos sujeitos masculinos em programas, serviços e benefícios

Inserção em programa, serviço ou benefício	Número de sujeitos
Nenhum	143
CB	90
BPC – P.C.D.	34
Bolsa Família	27
Inserção em República para idosos	18
BPC – Idoso	18
SCFV crianças	21
Tarifa Social de água e/ou energia	17
Acompanhamento – PAIF	16
2ª via de documentos	08
Produtos de higiene	05
Programa Viva – Leite	03
PAEFI	03
Óculos de grau	03
Curso profissional/PRONATEC	02
Fotos 3x4	02
SCFV Idoso	02
Articulação com Conselho Tutelar	01
Atendimento Defensoria Pública	01
Isenção de IPTU	01
Currículo	01
Apoio para restabelecimento de vínculos	01
ID Jovem	01
Orientações referentes a outras áreas	01
Conversor digital	01
Serv. Acolhimento Idoso– Abrigo	01
Centro Dia do Idoso	01
Grupo Socioeducativo Idoso	01
Total	280

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2018.

A provisão mais afeiçoada ainda é a cesta básica, somada a outras como os produtos de higiene, considerados benefícios eventuais, com caráter provisório, contudo, contrariando a não provisoriedade da pobreza estrutural. “As classes dominantes invocam a política de assistência social como solução para combater a pobreza relativa e nela imprimem o selo do enfrentamento da desigualdade” (MOTA, 2007, p. 135).

Mediante as transferências diretas de renda, poderíamos questionar a necessidade de a cesta de alimentos ainda ser fornecida, uma vez que é mais digno (nos moldes da cidadania burguesa) que o trabalhador tenha acesso à renda. Ocorre que os valores pífios dos programas não permitem a garantia, sequer, do mínimo, demandando a complementação da cesta básica. Ainda, em muitas situações, a cesta básica é fornecida em face da impossibilidade de a pobreza atingir os critérios focalistas dos programas, isto é, o sujeito não é tão pobre a ponto de ser eleito para o acesso de um PTR, mas contraditoriamente é tão miserável a ponto de necessitar de auxílio para atender a uma necessidade básica: a alimentação.

No âmbito da assistência social, traduzem-se nos reduzidos valores dos benefícios monetários, insuficientes para a reprodução da vida, nas exigências às vezes vexatórias de condicionalidades e de contrapartidas, na criação de uma cultura crítica aos direitos, transmutados em “ajuda” e que alimentam as famosas defesas de “portas de saída” dos benefícios, no estabelecimento de critérios burocráticos e restritivos que reduzem o escopo dos beneficiários, a exemplo do que ocorre nos processos de análise do BPC no INSS, quando o parecer do “perito médico” pode recusar a concessão sob o pretexto da “capacidade para o trabalho” dos “demandantes”. (FLORES, 2014).

O BPC, entendido como uma garantia social no âmbito da segurança do rendimento e afiançada pela assistência social, também alcançou um número expressivo das famílias dos homens, pois 52 famílias (15,85%) possuem algum beneficiário. Tal situação indica o grau de pobreza aguda das famílias, já que o fato de recebê-lo comprova a miserabilidade.

Em uma conjuntura social adversa, é relevante analisar o significado que os serviços e benefícios sociais passam a ter para os trabalhadores precarizados. Também são conhecidos os impactos dos benefícios sociais como o Bolsa Família ou a aposentadoria rural nas economias locais, especialmente nos pequenos municípios dependentes da agricultura, que em muitos casos constituem-se as mais significativas fontes de renda a movimentar o mercado interno e de bens de serviços essenciais. (COUTO, 2012, p. 43).

O acesso ao SCFV para crianças teve expressividade, o que revela sua importância para famílias com configurações muito diversas das tradicionais, como a monoparental masculina, algo não tão comum na assistência que recebe historicamente a monoparental feminina. Altera-se o gênero do

responsável pela família, porém a necessidade por cuidado das crianças se mantém.

É fundamental o investimento em políticas sociais que compartilhem o cuidado social de idosos, crianças, pessoas com deficiência; que preconize como garantia social o convívio familiar e comunitário. Para que a família consiga exercer essa proteção tão falada na assistência social, primeiro ela precisa ser protegida.

O trabalho com essas famílias tem por objetivo potencializar funções protetivas da família como mecanismo de enfrentamento das vulnerabilidades, quando, na verdade, quem deve ser protegida, apoiada e ajudada é a família, como forma de o Estado garantir o direito das pessoas de viverem em família, amenizando essas funções de proteção, de cuidado, de assistência, mediante acesso aos serviços oferecidos pela rede pública socioassistencial a seus membros dependentes. (TEIXEIRA, 2017, p. 84).

Esse cuidado compartilhado reduz uma série de sobrecargas para as famílias, inclusive conflitos intrafamiliares, evitando assim a possibilidade de ter evoluída a vulnerabilidade social para uma situação de risco pessoal e social (assim como define a política) e demandar a atenção de serviços de alta complexidade como o Serviço de Proteção e Atenção Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI). Observamos que três famílias foram encaminhadas para o referido serviço, o que demonstra a condição de violação de direitos; esta, quando constatada, deve ser atendida nos serviços da PSE de média e/ou alta complexidade.

Abrimos aqui um parêntese para pontuar algumas questões acerca da divisão dos níveis de proteção, tornando mais multifacetadas as demandas vivenciadas pelos sujeitos e expondo-os muitas vezes a mais riscos do que proteção, causando sérios dilemas aos profissionais que atuam no PAIF e no PAEFI.

Como se o nosso trabalho fosse uma equação matemática, dedicamo-nos a estas perguntas com tanto afinco, esquecendo, por vezes, o nome dos usuários, as peregrinações que eles fazem pelos inúmeros serviços da rede pública (não apenas pelos serviços da Assistência Social) e o desgaste e a revitimização a qual ficam expostos cada vez que contam a sua história para um profissional diferente. A busca por uma resposta objetiva que defina qual equipe tem a obrigatoriedade de acompanhar cada família faz com que nos

distanciemos cada vez mais dos objetivos do nosso trabalho. (PAULA, 2017, p. 2).

No âmbito do acompanhamento do PAIF, 16 homens e/ou suas respectivas famílias foram inseridos/as em acompanhamento devido à sua situação de vulnerabilidade social. Isso significa que foi estabelecido um processo de ações continuadas e regulares em detrimento de ações pontuais, o que fica claro quando observamos o quadro do total de atendimentos que foram realizados com estes sujeitos. “Vulneráveis são pessoas ou grupos que por condições sociais, de classe, culturais, étnicas, econômicas, educacionais e de saúde distinguem-se por suas precárias condições gerais de vida, no conjunto da sociedade envolvente” (YAZBEK, 2008, p. 19).

Esse é o quadro em que se encontram os homens atendidos no CRAS, imersos num conjunto de desproteções sociais no âmbito econômico, educacional, habitacional, de saúde, com diversos graus de impactos na vida cotidiana, que os fragilizam, marginalizam e/ou os elegem como alvo de algum tipo de proteção, quando se enquadram em alguma especificidade dos recortes dos programas, serviços e benefícios.

Se vulneráveis, serão incluídos no PAIF; se violados, seus direitos a indicação é o PAEFI; se confirmam a pobreza monetária no seu grau extremo, prescrevem-se os PTRs; porém, se não se enquadram nas receitas estabelecidas, são jogados ao léu. “Isso porque o Estado capitalista com o discurso de não poder garantir o direito ao trabalho a todos, amplia o campo de ação da Assistência Social ao tempo que limita o acesso à saúde e à previdência social” (PAULA, 2016, p. 385).

Estas estratégias de destematização sistemática da origem de classe das questões sociais, bem como da sua compatibilização com a ordem social vigente, efetuam-se através de procedimentos administrativos tais como o adiamento das decisões, a decomposição da demanda social em múltiplos setores de competência administrativa, o fomento do conflito e divisões entre os grupos demandantes, a destinação de recursos insuficientes, etc. (FLEURY, 1994, p. 22).

E assim ocorreu com 143 homens que não encontraram lugar no PAIF nem conseguiram provar o seu grau de vulnerabilidade social mais agudo para o acesso a algum benefício, serviço ou programa no âmbito da proteção social

básica; tampouco apresentaram “violação de direitos” para o pronto encaminhamento ao PAEFI. Para onde foram encaminhados, então? Talvez lançados novamente à margem da sociedade, para se tornarem “sujeitos de direitos” no PAIF, no PAEFI, ou terem transgredido a ponto de ser alcançados pelo campo da punição.

O sistema perverso não mais garante renda suficiente para a reprodução social. Não há mais a massa de trabalho suficiente para todos (MÉSZÁROS, 2002). O capital produz lixo humano, desemprega pela porta da frente e não há mais porta dos fundos; apresenta aos trabalhadores sem trabalho a perda de controle da própria vida e cria o lumpemproletariado.³³

Para Marx o lumpem não era parte da classe trabalhadora; eram entendidos como os sujeitos que não poderiam contribuir para a revolução devido à ausência da consciência de classe, em decorrência de seu estado de extrema decadência (os vagabundos). No entanto, hoje o lumpem é parte da classe trabalhadora, resultante do desemprego estrutural.

As garantias para os sujeitos do sexo masculino são poucas e para poucos, pois os recursos da política estão em uma arena de disputa com maior margem para o capital. “A disputa pelo controle dos fundos tem-se acirrado nos últimos anos, facilitada pela crise financeira dos sistemas de proteção social e pela ideologia liberal, para a qual a solução da crise passa pelo desmantelamento do Estado” (FLEURY, 1994, p. 234).

A contradição entre a emergência de uma consciência cidadã, com uma intensidade nunca vista entre nós, e a reificação da existência de Estados sem cidadãos em um projeto de readequação do padrão de proteção social em direção a uma inclusão segmentada, adia mais uma vez (até quando?) o enfrentamento da questão fundamental da proteção social: a constituição plena de uma comunidade nacional democrática. (FLEURY, 1994, p. 235).

Junto aos homens chegam escancaradas as não efetivações do acesso à saúde, educação, moradia, trabalho. Eles estão na assistência social disputando espaços com outras demandas. Chegam ao PAIF com a possibilidade de acessar ofertas pontuais mesmo com a miserabilidade

³³Na perspectiva marxista é a camada flutuante do proletariado, destituída de recursos econômicos, e especialmente caracterizada pela ausência da consciência de classe.

constante. Chegam os homens tão precários quanto o público que ali já estava, porém com o “agravante” de serem homens que não trabalham. Chegam sem garantias, sequer, da hora marcada para sair. Chegam reafirmando que a prevenção nesse tipo de sociedade, especialmente em um país de capitalismo periférico como o Brasil, é inexistente, nos encorajando a dizer que essa característica na assistência social somente se materializa para prevenir a “reincidência” ou o desencadeamento de outra violação, pois os motivos que os levam ao PAIF explicitam a desproteção que não foi prevenida, com a implantação tardia das políticas nessa perspectiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociabilidade dos indivíduos e mesmo o exercício da cidadania correm o risco de se alterarem e se perderem drasticamente.
(NETTO; CARVALHO, 2012, p. 40).

As considerações expostas aqui dizem respeito ao retrato da realidade realizado através deste estudo; no entanto, sabemos que enquanto escrevemos, o movimento do real segue a comprovar que em outro momento o retrato pode apresentar “imagens” diferentes das que explicitamos agora.

A vida da classe trabalhadora – como incessantemente afirmamos ao longo deste estudo – está envolta em desproteções sociais de toda ordem. Os homens e as mulheres de todas as idades enfrentam desafios não mais para viver, senão para sobreviver. Esses desafios são amplificados conforme aumenta o grau de agressividade do sistema capitalista. Estabelece-se uma queda de braços desleal, a qual impede a classe trabalhadora, no seu grau máximo de alienação, de visualizar sua força e se movimentar na perspectiva de transcender essa ordem.

Enquanto isso, o sistema se mantém, alcançando espaços que até há pouco eram inimagináveis, ditando a nossa forma de ser e de viver. “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Os interesses da classe burguesa sobressaem na aparente neutralidade do Estado; mercantilizam as políticas sociais, destroem direitos do trabalhador, lhe tiram o trabalho, jogam-no à própria sorte e, em alguns momentos, oferece algum direito transmutado de benefício, de preferência cada vez mais provisório. A ordem é ocupar espaços no mercado de trabalho, mesmo o precarizado, não importando a ausência de direitos trabalhistas e a insuficiência da renda adquirida para a reprodução social.

[...] Estado contemporâneo desempenha o papel de árbitro [...] o árbitro não é neutro [...] a arbitragem não se dá no vácuo: dá-se na estrutura que mantém a sociedade existente de classes. Sem dúvidas que pode ser feitas concessões aos explorados; isso depende especialmente da correlação de forças [...] o [Estado] está ao serviço da classe dominante, com o fim de manter o seu domínio (MANDEL, 1977, p. 28).

É nesse emaranhado de contradições que desenvolvemos o presente estudo, intitulado “Assistência Social e os sujeitos do sexo masculino: uma análise sobre o atendimento através do CRAS”. No início, com certo receio de segmentar ainda mais a classe trabalhadora e/ou criar certas oposições no campo do feminino e do masculino; contudo, o concluímos com a certeza de que ele era, de fato, necessário—não no sentido de promover um determinado sujeito, mas para explicitar uma nova configuração do público da assistência social.

Analizamos então como vem se concretizando o atendimento da política de assistência social através do CRAS aos sujeitos do sexo masculino. Para tanto, inicialmente buscamos conhecer o perfil e as condições de vida a que estes sujeitos estão expostos, o que nos permitiu constatar que o homem que vem buscando atendimento no CRAS é, em sua maioria, adulto. As desproteções previstas para a velhice, como resultado de uma vida difícil, têm se antecipado, e cada vez mais cedo os homens da classe trabalhadora estão sendo lançados para fora do circuito de produção.

Possuem força de trabalho (sua única mercadoria), mas também baixa escolaridade e diversos problemas de saúde, muitos envolvendo o campo da saúde mental, ou apresentando alcoolismo e/ou dependência química, o que torna mais ainda difíceis as perspectivas de acesso ao mercado de trabalho, mesmo o precário. Essas características, por si sós, já criam um tipo no imaginário conservador: o sujeito vagabundo.

Muitos desses homens residem sozinhos e pertencem ao grupo das denominadas famílias unipessoais, tornando difícil evocar até a perspectiva familista que vem sendo investida pelas políticas sociais; estes sujeitos não têm com quem contar. Muitos deles não possuem moradia própria, residem em domicílios alugados e ou cedidos, em bairros entendidos como vulneráveis, estão desempregados e/ou subempregados. Buscam por atenção da assistência social em face da multiplicidade de expressões da questão social vivenciadas e experimentam uma completa desproteção social.

A concepção de prevenção eleita para o TSF no âmbito da assistência através do PAIF não condiz com a operacionalização real do trabalho, o que fica explícito no tipo de demanda que está sendo atendida: não ter alimento,

não ter o mínimo de renda para programar a vida, não ter saúde, educação, moradia e tantas outras desproteções já conforma um conjunto de violações que ultrapassam o modelo do TSF no âmbito do PAIF. As vidas dos sujeitos do sexo masculino expostas nesse estudo nos levam a constatar que o campo da prevenção não concilia com um sistema que produz violações. Eis aqui os fatores que originaram o atendimento dos sujeitos do sexo masculino no CRAS.

Na busca de identificar se os atendimentos se configuraram como pontuais ou continuados, a realidade dos sujeitos só nos confirma que os atendimentos não são pontuais, e quando o são, isso pode significar que não houve nenhuma resposta para a demanda naquele espaço, não apenas no CRAS, mas talvez em tantos outros espaços, já que muitas questões trazidas pelos homens são do domínio de outras áreas. Aqueles que se encaixam nas estreitezias da política permanecem em atendimentos e/ou acompanhamentos continuados; seu contínuo retorno é a reafirmação/comprovação da sua condição de miséria, para novamente acessar e/ou manter-se em algum programa ou serviço, ou para receber algum benefício. “Não é possível em um processo civilizatório digno que os homens sejam obrigados a transformar-se em escravos, compactuando com a ideia de que é preferível um trabalho escravo à dependência de um benefício assistencial” (COUTO, 2015, p. 669).

E assim segue a ameaça a qualquer margem de mobilidade social. A voz do Estado patriarcal cotidianamente ecoa: “se aumentar a *per capita* de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, perderá o BPC; se sair da pobreza (alcançando a grande renda *per capita* acima de R\$ 170,00) ³⁴, perderá o Bolsa Família”. Essa voz também ecoa nos SCFVs, quando a criança e/ou o idoso não se enquadra no público prioritário. É preciso saber se está em isolamento, negligenciado, se foi vítima de violência ou talvez de abuso sexual, se está na condição de trabalho infantil, se é egresso de medidas socioeducativas ou se possui algum tipo de deficiência. É preciso saber se a desgraça é tão grande a ponto de o Estado gastar algum recurso com a família, não no sentido de protegê-la, mas para controlá-la.

³⁴ Recortes de renda estipulados pelo Governo Federal para acesso ao Programa Bolsa Família.

Pensar as políticas sociais para além do horizonte da mera acomodação de conflitos requer referenciá-las no processo de disputa política pelo excedente econômico real pelas massas historicamente expropriadas de maneira que elas não possibilitem somente reduzir as manifestações mais agudas da pobreza, através de serviços sociais básicos e do seu acesso, mas, sobretudo permitir que a política social torne-se um instrumento de transformação social que mobiliza e organiza as massas a partir de seus interesses mais fortes. Insistir na densidade político – emancipatória das políticas sociais. (PAIVA, 2006, p. 6-7).

A avaliação das garantias asseguradas através do atendimento, no CRAS, nos permitiu constatar que para parte dos homens se concretizaram via inserção de serviços, benefícios e programas de formas provisórias, mesmo inscritas no campo do direito. Não se apresentam assim somente para estes, mas ante a escassez, estes certamente não serão públicos prioritários. O entendimento é que “[...] estar vinculado ao trabalho também é uma opção sua. Se por alguma incapacidade não for possível acessar, caberá à política social, no caso, a assistência social, “capacitá-lo” para responder a essa expectativa” (COUTO, 2015, p. 669).

Reconhecemos o avanço legal da assistência social comparada à assistência de outrora; no entanto, não podemos negar que ela vem se desmontando cotidianamente, com fortes possibilidades de regredir ao campo da filantropia explícita novamente.

A identificação da Assistência Social com assistencialismo e filantropia ainda é parte dos desafios a serem enfrentados nessa área. Décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários da Assistência Social na nossa sociedade. (YAZBEK, 2004, p. 19).

Chegamos ao fim deste estudo contempladas pelo alcance dos objetivos traçados, porém com tantas outras inquietações ante uma realidade tão rica a ser explorada. Nesta pesquisa, a voz desses homens ecoou em cada parte da realidade analisada. Sentimo-nos sempre instigadas em ouvi-los, em aprofundar o conhecimento dessa realidade a partir de suas falas, especialmente em um campo, no qual ainda não é concretizado como direito em suas vidas. Este momento, certamente, ocorrerá em outros estudos; em breve daremos escuta às suas vozes no campo da assistência social.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, M. S. **Risco e Vulnerabilidade**: Razões e implicações para o uso na Política Nacional de Assistência Social. 2012. 133 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6497/1/Mirella%20Souza%20Alvarenga.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

ALVES, G. **Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil**. 2013.

Disponível em:

<<https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/>>. Acesso em: 22 maio 2018.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ARRAZOLA, L. S. D. **O lugar das mulheres nas políticas de assistência social**: um estudo sobre a experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Pernambuco. 2004. Tese (Programa de Pós Graduação em Serviço Social)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9746>>. Acesso em: 22 maio 2018.

ARRUZA, C. **Considerações sobre gênero**: reabrindo o debate sobre patriarcalismo e/ou capitalismo. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 12 set. 2018.

BARBOSA, D; F, R. C. S. A invisibilidade dos homens na Proteção Social Básica: um debate sobre gênero e masculinidades. **Revista OPSIS**. Goiás, v. 13, n.2.2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/23131#.V6FLNPkrLIU>> Acesso em: 6 maio 2016.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez: 2007.

BITTENCOURT, N. A. Movimentos feministas. In: **Revista Insurgência**, Brasília, v. 1, n. 1 (jan./jul. 2015). p. 109-2010.

BORGES, A. R. F. **Gênero – Uma Dimensão Oculta na Prática Profissional do/a Assistente Social?** Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF%2006/Andreia%20Borges.pdf>> Acesso em 28 jul. 2016.

BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. Prefácio. In: PEREIRA, C. P. **Proteção Social no capitalismo: críticas a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 1988.

_____. **Resolução nº 39, de 9 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Poder Executivo, Brasília, DF. 9 dez. 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/renat/Downloads/CNAS%202010%20-%20039b%20-%2009.12.2010%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/renat/Downloads/CNAS%202010%20-%20039b%20-%2009.12.2010%20(1).pdf)> Acesso em: 18 abr. 2018.

_____. **CRAS: A melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Cras_melhoria_fisica.pdf. Acesso em: 12 ago. 2017.

_____. **Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social. Brasília. 1993.

_____. **Decreto 6.214, de 26 de setembro de 2007**. Regulamenta o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social devido à pessoa com deficiência e ao Idoso. D.O.U., 28/9/2007 – Seção 1.

_____. **Decreto 8.805, de 7 de julho de 2016**. Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes**. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/saude_do_homem.pdf. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Perfil da Situação da Saúde do Homem no Brasil**. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/maio/21/CNSH-DOC-Perfil-da-Situa----o-de-Sa--de-do-Homem-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social: 2004**. Brasília, DF, 2005.

_____. Secretaria Nacional De Assistência Social. **Censo SUAS – Bases e Resultados:CRAS**. 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em: 21 maio 2018.

_____. Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. **Mulheres representam 93% da titularidade do Bolsa Família**. Disponível em: http://www.spm.gov.br/area-imprensa/ultimas_noticias/2012/01/31-01-2013-mulheres-correspondem-a-93-dos-titulares-do-bolsa-familia. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. **Orientações Técnicas do Programa Nacional de Promoção do acesso ao mundo do trabalho: ACESSUAS TRABALHO**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Acessuas.pdf. Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; 2009**. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**. Brasília, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>. Acesso em: 11 ago. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2005.

_____. **Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm. Acesso em: 12 set. 2018.

CARLOTO, C. M; MARIANO, S. **A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social**. Disponível em: <http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/377/334>. Acesso em: 6 jun. 2016.

_____. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 17, v. 3, p. 901 a 908, set/dez. 2009.

CISNE, M. **Marxismo**: uma teoria indispensável à luta feminista. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAI%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZSvXq073UvQ&t=15s> "link". Acesso em: julho de 2018.

_____; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Pronatec representa avanço de 70 anos em 4**: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego apresentou mais de 2,5 milhões de matrículas desde sua criação até 2013. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/pronatec-representa-avanco-de-70-anos-em-4/>. Acesso em: 10 out. 2018.

COSTA II, C.R.M; COSTA, S.R.M. **A proteção social estatal:** das leis elizabetanas ao *Welfare State*. Disponível em:http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/aprotecaosociales_tataldasleiselizabetanasawelfarestate.pdf. Acesso em: 6 ago. 2018.

COUTO, B. R. Prefácio. In: TEIXEIRA, S. M. **Trabalho com família:** no âmbito das políticas públicas. Campinas: Papel Social, 2018.

_____ et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010. 301 p.

_____. Assistência Social: direito ou benesse? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out. 2015.

_____. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira:** uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004. 198 p.

CUNHA, M. **A cidade-mercadoria:** a lógica da acumulação do capital. Disponível em:<http://www.inscrições.fmb.unesp.br/publicacao.asp?codTrabalho=MjczTg=>. Acesso em: 10 out. 2018.

DELPHY, C. L'ennemi principal. **Économie politique du patriarcat**. Paris. Éditions Syllepse, 2009.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930:** história e historiografia. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos:** seguridade social na América Latina [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

GIFFIN, K. **A inserção dos homens nos estudos de gênero:** contribuições de um sujeito histórico. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2005.v10n1/47-57>. Acesso em: 12 set. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GREGÓRIO, R. **Homens, negros e jovens são os que mais morrem e os que mais matam**. Folha de São Paulo. São Paulo [20/04/2018] E agora Brasil? Segurança pública. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/e-agora-brasil-seguranca-publica/criminalidade/homens-negros-e-jovens-sao-os-que-mais-morrem-e-os-que-mais-matam.shtml>. Acesso em: 02 nov. 2018.

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS. Brasília, 2009.

HADDAD, E. G. M. **A Ideologia da Velhice**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo do capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O novo ecletismo na política social brasileira**: entre o “risco social” e a luta por direitos. In Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 12, 2010, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2010, não paginado.

_____. A questão social no capitalismo. In **Temporalis** / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n.3 (jan./jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. **PNAD Contínua 2016: 10% da população com maiores rendimentos concentra quase metade da renda**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18376-pnad-continua-2016-10-da-populacao-com-maiores-rendimentos-concentra-quase-metade-da-renda.html>. Acesso em: 5 dez. 2017.

_____. **PNAD Contínua tri**: taxa de subutilização da força de trabalho é de 24,7% no primeiro tri de 2018. 2018. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21246-pnad-continua-tri-taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-e-de-24-7-no-primeiro-tri-de-2018.html>>. Acesso em: 23 maio 2018.

_____. **Síntese de indicadores 2015**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. **2017: o ano da agricultura O clima ajudou e a terra respondeu com safras recordes de milho e soja**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3ee63778c4cfdbcbe4684937273d15e2.pdf. Acesso em: 3 nov. 2018.

JAHU. Vigilância Socioassistencial. **Relatório Trimestral Proteção Social Básica**. Jahu, 2016.

KNAUTH, D. R; COUTO, M. T; FIGUEIREDO, W dos S. **A visão dos profissionais sobre a presença e as demandas dos homens nos serviços de saúde: perspectivas para a análise da implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n10/11.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2018.

KOGA, D. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 16, n.1, p. 30-42, jul./dez. 2013.

LARA, R. **Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100009. Acesso em: 5 nov. 2018.

LEHFELD. N. A. S. A política habitacional brasileira – Alternativas de reequacionamento. In: **Serviço Social e Sociedade**, ano IV, n. 11. São Paulo: Cortez editora. Abril de 1983.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 112 p.

_____ ; TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, C. S; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>. Acesso em: 10 out. 2016.

LYRA, J. **Homens, Feminismo e direitos reprodutivos no Brasil**: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006). 2008. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008. Disponível em: <http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2008fonseca-jlcl.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

MAGALHÃES, S; SILVA, V. O; OLIVEIRA, J. A. **O desafio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários nos CRAS de Álvares Machado e Regentes Feijó**. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/viewFile/2891/2669>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

MANDEL. E. **A teoria marxista do Estado**. Lisboa: Antídoto, 1977.

MARTINELLI, M. L. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 9-24, 2006.

MARTINO, M. Programas de transferências condicionadas, família e gênero: aproximações a alguns dilemas e desencontros. In: MIOTO; CAMPOS; CARLOTO.(org.). **Familismo, direitos e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015, p. 95-124.

MARTINS, A. A; MOREIRA, J. I. S. **Questão Social e Assistência Social na contemporaneidade brasileira**. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo1/oral/41_questao_social....pdf. Acesso em: 13 mar. 2017.

MARTINS, L. M. **As aparências enganam**: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0016/4005/As_aparA_ncias_enganam_-_divergencias_entre_o_mhd_e_as_abordagens_qualitativas.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I. V. 1. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELLO, M. S. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZSvXq073UvQ&t=15s> "link">. Acesso em: julho de 2018.

MÉZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIOTO, R.C.T. Família e assistência social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. In: DUARTE;ALENCAR (orgs.). **Família & famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013, p. 3-14.

_____. R.C.T. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584/6835>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MOTA, A. E. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. In: **Revista em Pauta**. N. 20, p. 127-139, 2007.

MUNHOZ, D. N. Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. **Emancipação**. Ponta Grossa/PR, v.6, n. 1, p. 25-40. 2006.

MUNIZ, A. A. R. **Homens, Masculinidade e Política Pública de Assistência Social**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/1999/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Ho

mens%2C%20masculinidades%20e%20pol%C3%ADtica%20p%C3%BAblica%20de%20assist%C3%A2ncia%20social.pdf .Acesso em: 17 maio 2016.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **“O método em Marx”**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jWamCheyxKM>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; CARVALHO, M.C.B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafio**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

_____; FILHO, M.J. O trabalho social com famílias: repercussões, possibilidades e desafios. In **Serviço Social & Realidade**. V.18. n. 2. Franca: UNESP, 2009.

OSHIRO, F; MARQUES, R.M. **O desemprego na sociedade contemporânea**. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/9245/1/Felicio%20Oshiro.pdf> Acesso em: 5 ago. 2018.

PAIVA, B. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalidade da seguridade social em debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 87, 2006.

PAULA, R.F. dos S. **Estado capitalista e Serviço Social: o neodesenvolvimentismo em questão**. Campinas: Papel Social, 2016.

PEIXOTO, S. L. F. **Os Significados do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres**: um estudo na comunidade Morro da Vitória. 2010. 193 f. Dissertação de Mestrado (Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade)- Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <[http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/socorro_leticia\[1\].pdf](http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/socorro_leticia[1].pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2018.

PEREIRA, C.P. **Proteção social no capitalismo**: críticas a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA-PEREIRA, P. A. **Política Social**: Temas e Questões. São Paulo: Cortez, 2011.

POLANY, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1980.

RODRIGUES, M. T. Equidade de gênero e transferência de renda – reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In: BOSCHETTI ET AL.(org.). **Política Social no capitalismo**: tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 220-241.

ROMCY, D. **“Fala que nem homem”**: gênero, poder e honra em um canteiro de obras. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppgcsociais/images/dissertacoes/2011/DANIELA%20-%20Dissertao%20FALA%20QUE%20NEM%20HOMEM%20GNERO%20PODER%20E.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987, p. 139-201.

RUMMERT, S. M; ALGEBAIL, E; VENTURA, J. **Educação da classe trabalhadora brasileira**: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/11.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALVADOR, E; BOSCHETTI, I. A reforma da Previdência Social no Brasil e os impactos sobre o mercado de trabalho. In: **Serviço Social & Sociedade**. Ano XXIII – n. 70 (julho 2002). p. 114-139.

SANTOS, T. S. **Gêneros e políticas sociais**: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar. Disponível em: http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/Santos_genero_politicas%20sociais.pdf. Acesso em: 23 mar. 2016.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, S. C. M; BERTOLDO, E. **Mészáros e seus contributos para a educação**: algumas reflexões. Disponível em: file:///C:/Users/renat/Downloads/14547-60854-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: 3 nov. 2018.

SCHONS, S. M. **Assistência social entre a ordem e a “des-ordem”**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SOUZA, F. S; MOURA, M. A. G. **Uma discussão acerca da questão de gênero e o Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/umadiscussaoacercadaquestaodegeneroeoservicosocial.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

TEIXEIRA, S. M. **As condições de vida dos velhos trabalhadores aposentados no Brasil**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/049ff0a4836f644bfd89SOLANGE%20MARIA_TEIXEIRA.pdf . Acesso em: 10 de ago. 2017.

_____. **Trabalho social com família**: fundamentos históricos, teórico-metodológicos e técnicos –operativos. Teresina: EDUFPI, 2017.

_____. **Assistência social na atual conjuntura: rumos no Governo Temer, Revista do SASEAL**. Alagoas, Ano 17, n.15, p. 21-29, set. 2016.

TELLES, V.S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

TONET, I. **Cidadania ou Emancipação Humana**. 2012. Disponível em: <<https://espacoacademico.wordpress.com/2012/05/26/cidadania-ou-emancipacao-humana/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

VILVERT, J. C. M. **PRONATEC/BSM: Reflexão sobre a relação trabalho e Assistência Social**. UFSC, Florianópolis/ SC, 2012. TCC de Graduação em Serviço Social. Orientadora Prof.^a Ma. Kathiúça Bertollo.

YAZBEK, M. C. **Estado e Políticas Sociais**. 2008. 22p. Disponível em:<http://www.es.ufrj.br/praiavermelha/index.php/praiavermelha/article/view/39/24> Acesso em: 10 maio 2011.

_____. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1993

_____. As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de Loas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n. 77, mar. 2004.

ANEXOS**Anexo I – Declaração de autorização da pesquisa.**

*PREFEITURA MUNICIPAL DE JAHU
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
Estado de São Paulo
CRAS "CILA DE LUCIO BAUAB"
Braz Nicodemo, 149 – Jd. Cila de Lucio Bauab
CEP: 17.209-314 Tel: (14) 3624 4377*

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que a assistente social e pesquisadora Renata Rocha Anjos Garcia, RG 40.014.379-3, está autorizada a manusear os prontuários das famílias cadastradas, contendo titulares sujeitos do sexo masculino, bem como utilizar os dados necessários para a pesquisa da dissertação de mestrado intitulada "Assistência Social e os sujeitos do sexo masculino: uma análise sobre o atendimento através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)", nesta unidade denominada "Cila de Lucio Bauab", sob o CNPJ: 46195079-0001-54, localizado na Rua Braz Nicodemo, 149 – CEP: 17.209-314 – Jardim Cila de Lucio Bauab, no município de Jahu – São Paulo.

Jahu, 16 de agosto de 2018.

Vanessa Schiavon

VANESSA SCHIAVON

RG: 47.736.477-9

COORDENADORA

Anexo II – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Assistência Social e os sujeitos do sexo masculino: uma análise sobre o atendimento através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

Pesquisador: RENATA ROCHA ANJOS GARCIA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 97740718.0.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.017.440

Apresentação do Projeto:

O projeto encontra-se bem definido em suas etapas. Entretanto trata-se de uma pesquisa documental, sem contato com o humano.

Objetivo da Pesquisa:

Bem definidos exequíveis.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não haverá contato com seres humanos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sugiro retirada do projeto do CEP, pois segundo a pesquisadora, não haverá contato com os seres humanos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não haverá contato com seres humanos.

Recomendações:

Sugiro retirada do projeto do CEP, pois segundo a pesquisadora, não haverá contato com os seres humanos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sugiro retirada do projeto do CEP, pois segundo a pesquisadora, não haverá contato com os seres humanos.

Endereço: Av. Eutrásia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br